

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mulheres negras, famílias e trabalho subalterno

Layla Gomes da Silva

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MULHERES NEGRAS, FAMÍLIAS E TRABALHO SUBALTERNO

LAYLA GOMES DA SILVA

Sob a orientação da Professora
Luena Nascimento Nunes Pereira

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais, no
Curso de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, Área de Concentração em
Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Setembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 586 Silva, Layla Gomes da, 1995-
m Mulheres negras, famílias e trabalho subalterno /
 Layla Gomes da Silva. - Seropédica, 2024.
 102 f.

Orientador: Luena Nascimento Nunes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. mulheres negras. 2. famílias. 3. trabalho
subalterno. 4. interseccionalidade. I. Pereira, Luena
Nascimento Nunes , 1971-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LAYLA GOMES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUENA NASCIMENTO NUNES PEREIRA
Data: 09/12/2024 14:55:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luena Nascimento Nunes Pereira (Dra.) UFRRJ (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br CAMILA FERNANDES PINTO
Data: 10/12/2024 11:49:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Camila Fernandes Pinto (Dra.) UFBA

Documento assinado digitalmente
gov.br GRAZIELE CRISTINA DAINENSE DE LIMA
Data: 10/12/2024 10:58:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Graziele Cristina Dainese de Lima (Dra.) UFF

Dedico esta dissertação a todas as mulheres negras que resistiram e resistem diariamente mesmo em condições difíceis de vida e de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe que é a luz da minha vida. Uma mulher negra que teve tantas barreiras na vida e vivenciou a solidão por tanto tempo. Ainda que o afeto tenha lhe sido negado por tanto tempo, distribuiu o amor por onde quer que fosse. Sua existência e resistência nesse mundo foi uma das minhas inspirações em escrever esse trabalho. Contar sua história ainda que tenha sido algo desafiador para mim, devido ao nosso vínculo familiar, foi necessário para que eu refletisse a respeito de como somos e porque somos o que somos nesse mundo. Fiquei muito feliz por sua contribuição em minha pesquisa.

Ao meu pai, Grivaldo (*in memoriam*), homem do campo, sonhador e com consciência de classe, que mesmo diante de tantas dificuldades, fez o possível para que nossa família tivesse afeto e conforto. Nunca esquecerei das nossas tardes debatendo os conteúdos da minhas disciplinas da escola, sobretudo, de História. Isso me trazia muita motivação para aprender mais. Sou extremamente grata por ser sua filha e pelo tanto que lutou para que eu, minhas irmãs e irmão tivéssemos nossos diplomas hoje.

Às minhas irmãs: Gilmara, por ter me incentivado tanto em ingressar no Mestrado, por me ajudar e orientar em tantos momentos; e Gislane, que juntamente ao meu cunhado Adriano, me deu tanto suporte e me ajudou na fase da aulas presenciais. Ao meu irmão Mateus, por acreditar tanto no meu potencial.

Aos meus sobrinhos tão amados, Miguel e Maria Júlia. Tenho muita alegria de tê-los em minha vida.

Às minhas interlocutoras, por confiarem em mim para contarem sobre suas vidas, alegrias e dores. Aprendi muito com suas narrativas.

Agradeço à minha orientadora Luena Nascimento Nunes Pereira por todo acolhimento, carinho, paciência e por sempre ter sido solícita às minhas demandas e dificuldades durante o Mestrado. Seu suporte foi essencial à minha permanência e finalização do curso.

Agradeço às professoras Camila Fernandes Pinto e Graziele Cristina Dainese de Lima, por participarem da minha banca de dissertação e pelas dicas de bibliografia e metodológicas.

Agradeço ao corpo docente, colegas, secretaria, coordenação, PPGCS e todas as trabalhadoras e trabalhadores que fazem a universidade funcionar, pois contribuíram direta ou indiretamente com minha conclusão de curso.

Às servidoras e aos servidores da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras que apoiaram a minha licença para estudos e àqueles que se colocaram à disposição em contribuir com o meu trabalho enquanto estive fora.

E por último e não menos importante, agradeço a todas as amigas, amigos e familiares que me incentivaram durante o curso e torceram por mim. Aqui não direi nomes, pois sabem quem são e a importância que têm em minha vida.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

SILVA, Layla Gomes da. **Mulheres negras, famílias e trabalho subalterno.** 2024. 102 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Este trabalho pretende tratar da realidade social de mulheres negras, com recorte no trabalho subalterno e sua relação com processos de subjetivação no interior da família. Analisa-se para além do racismo e machismo estruturais que condicionam vidas de mulheres negras, buscando observar como a instituição familiar pode internalizar e reproduzir eixos de subordinação na socialização dos sujeitos, contribuindo com o seu assujeitamento não só no contexto da família, mas também em outras relações sociais e no mundo do trabalho. Para tanto, parte-se de uma pesquisa etnográfica, centrada na análise de histórias de vidas de três mulheres negras de Rio das Ostras, com idade entre 55 e 69 anos, que possuem em sua trajetória relação com o trabalho doméstico, função que, historicamente, é associada à subordinação de gênero, raça e classe. Esta dissertação, portanto, apoia-se epistemologicamente na teoria crítica do feminismo negro, na teoria decolonial e interseccional.

Palavras-chave: mulheres negras, famílias, trabalho subalterno, interseccionalidade.

ABSTRACT

SILVA, Layla Gomes da. **Black women, families and subordinate work.** 2024. 102 p. Dissertation (Master in Social Sciences). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This work aims to address the social reality of black women, with a focus on subordinate work and its relationship with processes of subjectivation within the family. It analyzes beyond the structural racism and sexism that condition the lives of black women, seeking to observe how the family institution can internalize and reproduce axes of subordination in the socialization of subjects, contributing to their subjection not only in the context of the family, but also in other social relationships and in the world of work. To this end, we begin with an ethnographic study focused on the analysis of the life stories of three black women from Rio das Ostras, aged between 55 and 69, who have worked in domestic work, a role that has historically been associated with subordination based on gender, race and class. This dissertation is therefore epistemologically supported by the critical theory of black feminism decolonial and intersectional theory.

Keywords: black women, families, subordinate work, interseccionality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Minha trajetória e escolha do objeto de pesquisa.....	02
Percursos da pesquisa.....	10
O perfil das entrevistadas e o trabalho de campo.....	13
Apresentação dos capítulos.....	17
CAPÍTULO I – MULHERES NEGRAS: RELAÇÃO COM O TRABALHO SUBALTERNO E FAMÍLIAS.....	19
1.1 A subalternização de mulheres negras no âmbito do trabalho e no lar.....	20
1.2 O perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras.....	31
1.3 A categoria interseccionalidade enquanto ferramenta analítica.....	37
CAPÍTULO II – HISTÓRIAS DE VIDA A TRÊS VOZES: MARIA, BETÂNIA E EUGÉNIA.....	40
2.1. Maria.....	42
2.1.1. Primeiras memórias de infância.....	43
2.1.2 Chegada da minha mãe ao Sudeste: família e o trabalho doméstico remunerado.....	46
2.1.3 Reprodução do racismo por pessoas negras.....	48
2.1.4 As violências sofridas por minha mãe Maria.....	50
2.2. Betânia.....	51
2.2.1. Contexto familiar de Betânia e circulação na infância e adolescência.....	53
2.2.2. O sentimento de não aceitação por parte da mãe e abandono do pai.....	55
2.2.3. Trabalho subalterno na infância e violências sofridas.....	58
2.2.4. Betânia e seu companheiro.....	61

2.2.5. Retorno ao trabalho doméstico remunerado na idade adulta e contextos de trabalho doméstico na atualidade.....	62
2.2.6. “Filhos de criação” de Betânia.....	66
2.3. Eugênia.....	68
2.3.1. A família de Eugênia.....	69
2.3.2 Entrada no trabalho doméstico aos nove anos <i>por opção?</i>	70
2.3.3. Condições de trabalho de Eugênia.....	72
2.4 Relatos das interlocutoras sobre comensalidade e o quarto de empregada.....	73
CAPÍTULO III – ABANDONO E SOLIDÃO DE MULHERES NEGRAS.....	75
3.1 Por trás da rejeição e abandono de meninas negras.....	76
3.2. Mães solos negras.....	80
3.3 Circulação de crianças e filhas de criação.....	85
3.4 Mulher negra e afeto dentro da família.....	89
3.5 Controle moral do trabalho.....	91
3.6 A agência de mulheres negras.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata do processo de subjetivação de mulheres negras no interior de suas famílias, tendo em vista que a instituição familiar pode reproduzir diversas violências no seu interior, contribuindo com sua subalternização e a entrada em trabalhos precarizados. Valores racistas e machistas podem vir a ser reproduzidos no lar, influenciando no modo como familiares tratam meninas e mulheres negras e os papéis sociais que lhes são demandados, uma tendência que algumas vezes pode ser observada enquanto uma socialização para a submissão.

Meu objeto de estudo são histórias de vida de três mulheres negras residentes de Rio das Ostras (cidade da baixada litorânea do Rio de Janeiro), de faixa etária entre 55 e 69 anos que desde suas infâncias viveram desprotegidas nos seus próprios lares, sofreram violências interseccionais e tiveram que se submeter precocemente ao trabalho doméstico. Portanto, a partir desse recorte, busco qualificar a realidade precária e dura que muitas meninas e mulheres negras brasileiras vivenciam, compreendendo que o trabalho doméstico é função que ainda tem a mesma cor e gênero predominantes desde a colonização¹.

Os processos de sujeição vividos na esfera familiar tendem a repercutir de forma contundente na relação dessas mulheres com o mundo externo, nas suas escolhas emocionais, experiências laborais e posições/lugares que vão ocupando ao longo da vida. Se já na sua socialização, mulheres negras enfrentam diversas formas de violências (simbólica, física e outras), as suas subjetividades tendem a ser construídas marcadas pela baixa autoestima e o autodesprezo. Por conseguinte, estes sujeitos podem assimilar a subordinação como uma dimensão da vida, sendo comum que tenham uma visão deturpada da violência patronal, tendo dificuldade de perceber relações assimétricas e de poder revestida de “afeto” e “amizade” e, consequentemente, inviabilizando o rompimento com ambientes de trabalho em que estas sofram variadas formas de violências.

¹ Se nos tempos coloniais, havia as mucamas servindo a branquitude, em contextos recentes, em 2018, 63% daqueles(as) empregados no trabalho doméstico eram mulheres negras, segundo dados do Texto para Discussão do IPEA (PINHEIRO, 2019 et al).

Mulheres negras, que são atingidas por opressões imbricadas (de gênero, raça e classe), compõem o segmento populacional mais afetado por vínculos empregatícios precarizados, em que se destaca o trabalho doméstico e do cuidado – historicamente estigmatizado e desvalorizado –, ainda que seja um trabalho do campo da economia reprodutiva fundamental à vida privada e, consequentemente, base para a economia produtiva.

No campo, pude perceber que as responsabilidades atribuídas às mulheres negras desde a infância, são tanto da esfera privada, quanto da esfera pública. Isso porque são chamadas às responsabilidades no lar, a aprenderem a cuidar de si precocemente e a cuidar de outras crianças da família, contribuir nas atividades domésticas, ao mesmo tempo que entram ainda muito novas (crianças ou adolescentes) no trabalho remunerado ou de modo que tenham retorno para suas famílias.

Assim, a questão que vem norteando meu trabalho, portanto, é que famílias de mulheres negras podem deixar de ser local de acolhimento para desempenhar papel na reprodução de valores, comportamentos e violências que contribuem para a situação de vulnerabilização que estes sujeitos se encontram, contribuindo para a presença ou permanência destas no trabalho subalterno e complexificando a construção de subjetividades.

Minha trajetória e escolha do objeto de pesquisa

Sou uma mulher negra de origem pobre, tendo em minhas memórias diversos momentos em que sofri estigmas e violências simbólicas. Nasci em 1995, no interior do estado do Rio de Janeiro, e autodenomino-me “da roça” aos mais chegados. Sou filha de pessoas negras que transitaram entre diversas atividades laborais durante a vida, que em comum tiveram os elevados níveis de exploração e precarização – tanto quando residiam no campo ou na cidade, frente a um movimento migratório de meus pais. Inclusive, minha mãe, que por tempo considerável de sua vida exerceu função de trabalhadora doméstica remunerada, foi uma das minhas inspirações para a escolha do meu objeto, tanto que ela foi uma das escolhidas para contribuir com minha pesquisa.

Sou a caçula dos quatro filhos de meus pais (somos três mulheres e um homem cisgêneros). Meus pais poucos frequentaram a escola. Minha mãe mal recorda quanto tempo estudou, ainda que mais tarde tenha conseguido aprender a ler e escrever por conta própria. Já meu pai estudou mais, chegando a cursar até a sétima série (atual oitavo ano) do ensino fundamental, só tendo essa oportunidade de estudar depois de adulto, quando por um tempo saiu do campo e residiu nas proximidades da capital do Rio de Janeiro.

Quando olho ao meu passado, observo que o interesse que possuo pela temática de raça me acompanha desde a adolescência, quando a partir de seriados norte-americanos fui me reconhecendo enquanto negra, porque até aquele momento, devido ao tom da minha pele ser “escuro, mas não tanto” para o imaginário social brasileiro, observava muita gente negar minha negritude como se me fizessem um favor², como se eu estivesse me autodepreciando ao me identificar com um grupo que foi escravizado por tanto tempo. Assim, era frequentemente considerada “moreninha”. Só mais tarde, a partir da leitura de Abdias do Nascimento (1978), comprehendi sobre o racismo mascarado perpetrado na sociabilidade brasileira e que os eufemismos raciais (como os empregados por Gilberto Freyre ao reforçar a “morenidade”) corrobora com o racismo na medida em que estava implícita a defesa pelo embranquecimento não só no fenótipo da população negra, mas também em âmbito cultural.

Desde criança vivenciei situações constrangedoras, incômodas e que impactaram na minha autoestima, mas só na idade adulta tive a percepção de ser pela minha condição de mulher negra de classe trabalhadora. O poder hegemônico, que é masculino e branco, busca minar as condições para que nós, grupos atravessados por marcadores sociais da diferença, desenvolvamos consciência de classe e sobre as opressões imbricadas (fortalecidas por discursos de meritocracia, de democracia racial, entre outros). Assim sendo, mesmo quando não há violência sobre nossos corpos diretamente, no cotidiano percebemos um tratamento diferenciado, perpetrado de violências simbólicas e violações de direitos.

² Por toda minha vida, ouvi frases como: “Mas você não é negra”, como se autodeclarar como negro fosse algo negativo/ruim. Por vezes, ouvi isso de pessoas com “boas intenções”.

Em vista disso, fui percebendo o quanto as situações que me constrangiam se tratavam de expressões do racismo e sexismo incrustados no imaginário social brasileiro: como ter sido considerada uma das meninas mais feias da sala na infância; ser chamada de “Macaca” por um familiar (ainda que ele acreditasse ser carinhoso, mas não apelidava as meninas brancas da família do mesmo modo); do porquê mesmo tendo ficado em primeiro lugar em um processo seletivo por meio de prova, um rapaz branco de classe média assumiu o cargo; do porquê peguei uma carona com um antigo locador português e ele, ironicamente, disse que precisava pegar algo em casa, deixando a chave na ignição, mas dizendo-me que eu não roubasse seu carro; do porquê ouvi de um homem branco que sempre namorou brancas, que há pouco tempo vinha tendo relacionamentos casuais com negras porque realmente são mais “quentes”; dentre outras situações.

Desde quando nasci até meus quase 11 anos vivi junto à minha família na cidade de São Francisco de Itabapoana³, no norte do estado do Rio de Janeiro que tem como principal atividade econômica a agropecuária. Nessa cidade, pude observar as rotinas cansativas da minha mãe, que executava as tarefas domésticas, cuidava dos filhos e também trabalhava na lavoura com meu pai, e observar meu pai, que além do campo, por vezes precisou exercer várias outras atividades, necessitando até dirigir-se à capital, quando estávamos em momentos de maiores dificuldades de garantir o nosso sustento.

Quando penso na história da minha mãe, tenho sentimento de indignação, tanto com o modelo de sociedade desigual em que vivemos sob a lógica capitalista, quanto com os comportamentos individualistas, moralistas e discriminatórios que ele fomenta, perceptíveis em vários momentos de sua vida. A sua trajetória, nesse sentido, é marcada por dificuldades, como o trabalho duro desde a infância (já criança trabalhava na colheita de coco babaçu no Maranhão); o afastamento da convivência com sua mãe e irmão adotivo/*de criação* (tio João)⁴; o abuso

³ São Francisco de Itabapoana, segundo censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma população estimada de pouco mais de 45 mil habitantes. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-francisco-de-itabapoana/panorama>> Acesso em 03 de outubro de 2023.

⁴ Minha avó materna era muito julgada por ter sido mãe solo, não podendo escolher viver sozinha com seus filhos, minha mãe e o seu irmão adotivo, porque a família interferia. Assim, estes ficavam transitando

financeiro familiar que vivenciou; a sua entrada prematura no trabalho doméstico; e várias outras violências e discriminações sofridas pela minha mãe, tanto em contexto familiar, quanto no âmbito do trabalho.

Minha avó faleceu quando minha mãe ainda era criança, não restando alternativas a não ser continuar morando com sua tia Francisca e sua prima Maria da Paz, filha de Francisca⁵. Estas logo mudaram-se do povoado Pedra do Salgado (em Vitorino Freire, no estado Maranhão) em direção à cidade de Seropédica (localizado na Baixada Fluminense) para ficarem próximas do José, filho de sua tia Francisca, que lá residia e trabalhava como pedreiro. Em Seropédica, minha mãe já foi direcionada ao trabalho doméstico pelos seus primos (residindo em casas dos patrões, submetida a longas jornadas de trabalho). Estes parentes orientavam que seu trabalho seria para contribuir com o sustento do lar, porém, pouco sobrava para o atendimento de suas necessidades básicas e dinheiro para pagamento de passagens para que fosse visitá-los quinzenalmente – isso permaneceu até o seu último salário e, por mais que seu salário tenha se elevado nos anos em que trabalhou, sua situação permanecia igual, pois quase nenhum dinheiro podia permanecer com ela.

Posteriormente, quando já tinha 22 anos, minha mãe se casou com meu pai em Seropédica e logo se mudou para São Francisco de Itabapoana, cidade natal do meu pai, para viver em uma pequena casa construída na terra do meu avô. Lá minha mãe ocupou-se não só dos afazeres domésticos e, posteriormente, do cuidado dos filhos, mas também das plantações (que, a depender do período, podia ser aipim, maracujá, feijão, etc.). Por um período trabalhou também na fábrica de farinha do meu avô paterno, até que esta foi fechada. De fato, ela demorou a exercer novamente atividades do trabalho doméstico remunerado, só voltando temporariamente para essa função quando já tinha mais de 50 anos de idade na nossa cidade atual, Rio das Ostras⁶. No

de casa em casa de parentes, exceto o meu tio João, que era rejeitado e um dia foi embora e não mais voltou para a cidade que moravam, como conta a minha mãe. Familiares sequer citam sua existência, apenas a minha mãe que ainda sonha em reencontrá-lo.

⁵ Quando me refiro à minha mãe, minha avó Luzia e meu tio João utilizo nomes reais, mas os nomes Maria da Paz e Francisca são fictícios, a fim de preservar suas identidades.

⁶ Cidade da baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro que viemos a residir justamente porque meu pai conseguiu um emprego de caseiro num pequeno sítio com salário fixo e carteira assinada. Minha mãe nos relata sempre que Rio das Ostras sempre foi uma cidade que meu pai quis morar, justamente por tê-la considerado como um local onde eu e meus irmãos teríamos maior possibilidade de estudo e trabalho que

entanto, viu-se num cargo informal que recebia um salário baixo (menos que um salário-mínimo) para exercer duas funções, cuidando dia e noite de uma idosa com limitações das capacidades funcionais e fazendo os serviços domésticos, tendo ainda que dormir na residência com apenas uma folga semanal.

O meu pai sempre disse para a família que em sua vida o trabalho também foi iniciado em tenra idade, chocando-nos ao revelar que aos quatro anos de idade já trabalhava no campo, cortava madeira, etc. Em São Francisco de Itabapoana, ele esteve sempre à frente de tarefas esgotantes e braçais, sobretudo, devido às responsabilidades a ele atribuídas por ser o irmão mais velho dos oito filhos dos meus avós. Conversando com minha mãe recentemente, fiquei sabendo que além dos trabalhos nas “roças” da família e na fábrica de farinha de meu avô paterno, teve também que trabalhar para donos de plantações da região (como no corte de cana-de-açúcar). Por vezes também precisou ir a outras cidades buscar trabalhos temporários quando a situação financeira estava mais difícil – como nas salinas da cidade de Cabo Frio (RJ) e na construção do metrô no Rio de Janeiro (capital).

Minhas duas irmãs e meu irmão também tiveram períodos em suas vidas que estiveram em contextos do trabalho subalterno e informal, frente à baixa renda familiar, porém hoje todos possuem diplomas de graduação e pós-graduação, bem como atuam em empregos de nível superior. Entretanto é preciso salientar que de forma alguma poderia atribuir a essas três histórias particulares de sucesso ao argumento meritocrático tão difundido no neoliberalismo, pois todos acessaram alguma política social pública em determinado momento. Essas políticas possibilitaram a entrada e a permanência nos estudos – sendo cada um usuário de uma das seguintes políticas: programa de assistência estudantil, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade Para Todos (PROUNI), etc.

Quanto a mim, não foi diferente, pois devido ao suporte da minha família, somada ao acesso a políticas de assistência estudantil, consegui me dedicar e concluir minha graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Aliás, tanto minha irmã mais velha

em São Francisco. Rio das Ostras era uma cidade em desenvolvimento e vizinha à Macaé, cidade conhecida pelas empresas do ramo de petróleo e gás.

(em seu doutorado) quanto eu (na graduação), tivemos a possibilidade de viajar para outro país para fazer intercâmbio, algo que talvez não teríamos acesso sem a existência de bolsas de estudo nas universidades.

Atualmente, minha mãe é pensionista (devido ao falecimento do meu pai) e eu atuo como servidora pública municipal no cargo de Agente Comunitária de Saúde (cargo de nível médio) em Rio das Ostras. Já minhas irmãs e irmão trabalham em cargos compatíveis com suas formações de nível superior em diferentes cidades do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ainda que para alguns de classes abastadas nossas conquistas de formação e de trabalho não pareçam extraordinárias, principalmente, por terem maior acesso a recursos materiais, capital cultural e oportunidades para acessarem os diversos espaços, observo nossas vidas atuais como resultado de algo mais amplo que nossos esforços individuais (que, evidentemente, também foram importantes). Tais conquistas foram possibilitadas, acima de tudo, pelas lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais que reivindicam há muitas décadas direitos e oportunidades para classes e grupos subalternizados.

Voltando a falar da cidade que residi durante minha infância com minha família, São Francisco de Itabapoana, pude observar um fenômeno muito frequente, no qual adolescentes de baixa renda (majoritariamente negros) deixavam de estudar para trabalhar para contribuírem com o sustento de suas famílias. Porém, conciliar ambas as atividades os leva a exaustão os (por geralmente serem trabalhos que exigem considerável esforço físico) e, muitas vezes, a falta de perspectiva fomentada numa estrutura social racista, dificultava o retorno para a sala de aula.

Posso afirmar algo fundamental à minha família e a mim: é que mesmo diante das nossas diversas dificuldades, meus pais acreditavam que, se havia alguma possibilidade de nós, seus filhos, ascenderem socialmente, seria através do estudo, mesmo que isso significasse maior sacrifício deles. Mas, como sabemos, a realidade em que vivemos nos condiciona, portanto, é possível que não tivéssemos a mesma trajetória e as pequenas conquistas de hoje se não fôssemos usuários de programas de transferência de renda do governo. Ainda que naquela época os valores desses programas fossem baixos, faziam diferença em nossas vidas, contribuindo consideravelmente com o sustento familiar.

Cursar Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense permitiu com que tivesse contato com uma literatura crítica e conhecer as lutas de movimentos sociais de defesa de grupos marginalizados socialmente. Considero fundamental, nesse sentido, ter cursado disciplina sobre relações étnico-raciais, ter visitado quilombos fluminenses (da Machadinha em Quissamã e de Valença, ambos no Rio de Janeiro) e me inserir em projetos que davam destaque à atuação de movimentos sociais camponeses.

A partir daí, comecei a me indagar ainda mais sobre as desigualdades sociais no Brasil, em um contexto mais amplo. Compreendi que a má distribuição de renda e o ataque aos direitos individuais e sociais afetava, sobretudo, pessoas dos chamados grupos minoritários, seja na cidade ou no campo. E que o Estado tem papel de garantir um mínimo na reprodução da classe trabalhadora, ao passo que contribui com a ampliação do capital – sendo que os interesses do último são vistos como pauta prioritária, o que pode resultar em contínuas perdas de direitos dos trabalhadores.

Na graduação, mesmo antes de definir meu objeto de estudo da monografia, tinha em mente que abordaria relações étnico-raciais. Sentia que enquanto uma mulher negra e pobre tinha um compromisso em trazer para discussão o quanto o racismo (tal como a opressão de gênero) é naturalizado, útil e lucrativo ao capitalismo, sendo expresso em situações de injustiças, marginalização e precarização de trabalho (com níveis elevados de exploração, baixos salários, etc.) a que negras e negros são submetidos diariamente. Além disso, observava que mesmo a história do povo negro tendia a ser contada por homens brancos das classes dominantes, o que me levava a considerar primordial que nós, de grupos oprimidos historicamente, deveríamos nos ocupar da narrativa crítica da nossa história.

E assim, influenciada pela literatura crítica, no qual há destaque a teoria do feminismo negro, a exemplo de Lélia Gonzalez (1984) que observa como a imbricação de raça e gênero se converte na produção de efeitos violentos sobre a vida de mulheres negras, escrevi a monografia intitulada “As múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres negras na contemporaneidade” (SILVA, 2019). Na mesma, discorri sobre patriarcado e racismo no desenvolvimento do capitalismo, abordando as opressões de gênero, raça e classe que se iniciam com a colonização,

mas que, mesmo séculos depois ainda subalternizam e desumanizam sujeitos. Abordei também a luta das mulheres e a importância da criação do Feminismo Negro para representar as mulheres negras, frente a uma categoria universal de mulher que acaba sendo excludente com mulheres negras. Discorri sobre a categoria interseccionalidade, uma das utilizadas na análise de opressões imbricadas, bem como discuti sobre direitos, violências e violações de direitos.

De modo a dar seguimento aos estudos iniciados na graduação, continuei, durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), a me debruçar sobre estudos de relações de gênero, raça e classe. Para a definição do meu objeto de pesquisa, contei com contribuição da minha irmã mais velha, Gilmara⁷, e com muito diálogo, direcionei o recorte da pesquisa para a relação entre mulheres negras e trabalho subalterno. Isto por entender por entender a relação da temática com à minha própria trajetória familiar, bem como frente aos diálogos que vinha tendo com algumas amigas negras, no qual percebemos que todas tínhamos relação direta ou indireta com o trabalho subalterno, seja por ter trabalhado como doméstica ou ser filha de uma, bem como frente às frequentes reportagens de resgate de mulheres negras de trabalhos análogo à escravidão durante à pandemia de Covid-19⁸.

Por conseguinte, de modo a dar continuidade aos estudos iniciados na graduação, que se desenvolveu exclusivamente a partir de pesquisa bibliográfica, busquei para o desenvolvimento desta dissertação etnografar mulheres negras que experienciaram o trabalho subalterno, atentando-me às diversas questões familiares e a percepção que esses sujeitos tinham das suas experiências pessoais e laborais.

⁷ Gilmara Gomes da Silva Sarmento é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ.

⁸ Recordo que um dia no meu trabalho, frente às notícias do resgate de Madalena Gordiano (uma mulher negra que ficou quase 40 anos em condição análoga à escravidão numa família, desde sua infância – disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/12/20/mulher-e-libertada-em-mg-apos-38-anos-vivendo-em-condicoes-analogas-a-escravidao.ghtml>> Acesso em 28 de agosto de 2024), acabou fomentando uma conversa muito interessante com algumas colegas de trabalho. Estava num grupo de quatro mulheres negras (incluindo eu), e a partir de comentarmos a respeito de Madalena, tocamos em dores do nosso passado familiar que demonstraram que mulheres negras são levadas à circulação e trabalho precoce por diversos motivos, dentre eles a pauperização e desproteção da família.

Percursos da pesquisa

Meu projeto de pesquisa inicial tinha outra proposta metodológica e temática. A princípio, propus uma pesquisa qualitativa, no qual mediante entrevista seria aplicado um questionário semiestruturado a mulheres negras que já tiveram experiência no trabalho doméstico, buscando observar as múltiplas formas de violência patronal e como isso refletia na subjetividade desses sujeitos. Inclusive, eu já tinha vários nomes em mente para a pesquisa. No entanto, após muito diálogo com minha orientadora, concluímos que seria mais viável e proveitoso em termos de material, reduzir a quantidade de pesquisadas (passando de 10 (dez) a quatro e, posteriormente três), focar numa faixa etária e, em vez de entrevistas com questionário semiestruturado, aplicar o método de história de vida.

De início, tive inseguranças com relação ao rumo da pesquisa e até mesmo sobre as hipóteses do trabalho. A entrada no campo e a observação das narrativas das pesquisadas, suas angústias e traumas provocados no seio familiar foi muito importante para eu redirecionar minha pesquisa que passou a ter como foco não mais a violência patronal, ainda que também seja trabalhado ao longo do trabalho, mas como agiam as famílias das minhas interlocutoras.

Ler Lia Vainer Schucman (2018), da área da Psicologia Social, foi muito pertinente ao meu trabalho, pois através de sua pesquisa qualitativa com 13 (treze) famílias interraciais, a autora aborda as relações de poder existentes no interior das famílias diretamente vinculadas à raça. Como ela bem sintetiza sobre sua pesquisa “tem como intuito compreender como membros de famílias inter-raciais compostas por negros e brancos negociam, formulam, reformulam e produzem sentidos de raça e de racismo dentro das dinâmicas destas famílias (SCHUCMAN, 2018, p. 46). À luz desta autora (idem, 2018), pude analisar como, na vida concreta, o racismo intrafamiliar vai sendo reproduzido não só dentre as famílias interraciais das pesquisadas negras, mas também na família em que todos os membros são negros.

Desse modo, nas famílias, o racismo tende a ser conjugado à opressão de gênero, na medida em que são reforçados e naturalizados papéis sociais que subalternizam e condicionam mulheres negras. Isso pode ser observado na desproteção familiar que vivenciam, falta de afeto,

introdução precoce destas ao mundo do trabalho e nas violências cotidianas, conduzindo meninas/mulheres negras a uma percepção de si atravessada pela assimilação da inferioridade, complexificando suas relações sociais e como agenciam suas vidas, frente às já escassas possibilidades que lhes são concedidas numa sociedade tão desigual.

Confesso que, num primeiro momento, tive receio de conduzir o meu trabalho para um caminho de culpabilização dos sujeitos, como se fosse exclusivamente culpa das famílias a realidade das mulheres negras, sobretudo, frente ao longo o processo de enfraquecimento de identidades negras. Entretanto, hoje observo que é preciso que sejam colocados em evidência todos os fatores que condicionam esse segmento social. Portanto, se a família é uma instituição que também violenta e socializa mulheres negras para assumir o seu lugar historicamente posto na sociedade, ela também precisa ser estudada.

A partir disso, essa dissertação se desdobra a partir de uma pesquisa de cunho etnográfico, através do método da história de vida, busca analisar a trajetória pessoal, familiar e profissional de três mulheres negras para que formulássemos novas questões e reflexões a respeito da relação entre mulheres, famílias e trabalho subalterno. Observaremos, todavia, que podem existir movimentos de ascensão social, de construção de autonomia e agência mesmo quando essas mulheres se encontram em contextos de trabalho precarizados e de altos índices de exploração.

Aline Pacheco Silva et al (2007) permite-nos pensar na contribuição do método escolhido para o meu trabalho (o da história de vida), pois por meio dele as pesquisadas contam sobre suas trajetórias de seu próprio modo, tendo maior abertura para que se expressem livremente, portanto, permitindo captar determinadas informações que poderiam vir a ser suprimidas involuntariamente em pesquisas qualitativas com roteiros pré-definidos, por exemplo.

Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido. Ao se trabalhar o vivido subjetivo dos sujeitos, através do método de História de vida, temos acesso à cultura, ao meio social, aos valores que ele elegeu e, ainda, à ideologia (SILVA et al, 2007, p. 32-33).

Além disso, esse método exige atenção ao vínculo entre pesquisadora e pesquisadas, pois a pesquisada, ao narrar a sua própria história, ressignifica suas vivências e experiências, ao passo que também exerce efeito sobre a pesquisadora, o que revela uma dimensão dual da história de vida (SILVA, et al, 2007). Já no que tange à condução das entrevistas, Bourdieu (2001), atenta-nos, enquanto pesquisadores(as), ao cuidado com violências simbólicas e a postura tida frente as pesquisados(as), pois podem refletir na qualidade da investigação. Pesquisados(as) poderiam se sentir desconfortáveis, silenciarem ou mesmo construírem suas narrativas em direção ao que acreditam que espera o(a) pesquisador(a). Desse modo, para alcançar uma construção mais realista, é necessário que se crie uma relação de confiança mútua, que é possível através do acolhimento.

Contudo, “nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo” (SILVA et al, 2017, p. 468). A meu ver, a minha relação de proximidade com as pesquisadas – que antecedia a esta investigação – contribuiu com que elas tenham se apresentado, de certo modo, seguras e/ou confortáveis para contarem-me sobre suas memórias, que incluem eventos traumáticos. Mas não só isso, por também me direcionar às interlocutoras, não representando apenas uma pessoa “de fora” (da academia), mas uma pessoa “de dentro”, de cor, gênero e classe semelhantes.

O perfil das entrevistadas e o trabalho de campo

As participantes da minha pesquisa se autodeclararam pretas ou pardas, possuem idade entre 55 e 69 anos e são residentes (no momento da pesquisa) na cidade Rio das Ostras (baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro), que é também onde resido neste momento. A escolha das mesmas não foi feita ao acaso, pois já as conhecia, sendo algumas das minhas inspirações a escrever e submeter meu projeto de pesquisa à seleção do mestrado neste Programa, tendo em vista que já sabia um pouco de suas histórias e da relação com o trabalho subalterno desde bem jovens. Algo que precisa ser enfatizado é que neste trabalho preservo a identidade das interlocutoras e outros sujeitos que surgirem em suas narrativas. Para tanto, utilizarei nomes fictícios, exceto no caso da minha mãe – como já explicitado anteriormente e que me deu autorização para tal. Deste modo, da minha pesquisa participaram: Betânia, Eugênia e minha mãe, Maria.

Em uma breve apresentação, a primeira delas, que chamo de Betânia, vem de uma família interracial (filha de mãe branca com homem negro). Na maior parte de sua vida foi criada por bisavó e avó, mas foi *dada* juntamente ao seu irmão (também negro) a uma família que trocava comida por trabalho doméstico já aos doze anos. Ela tinha outros irmãos brancos e negros, sendo ela a que tinha *a cor mais fechada*, mas sentia uma não aceitação da mãe para com ela, no qual afirma que uns são *protégidos pela mãe*. Betânia é a única interlocutora que ainda permanece na função de trabalhadora doméstica atualmente.

Já Eugênia – também negra filha de mulher branca com homem negro – começou a trabalhar aos nove anos de idade, para fugir da fome e no intuito de contribuir de alguma forma com o sustento de sua família, seja com alguma alimentação ou dinheiro, não descreveu sua entrada no trabalho nessa idade como imposição, mas *por opção* diante das dificuldades vivenciadas até aquele momento. A sua narrativa considera duas particularidades que acredita ter influenciado nas suas relações familiares, vivenciando tratamento diferenciado sobretudo pelo pai de registro, mas também por parte da mãe e alguns tios. Primeiro pelo fato de não ser filha biológica de seu pai de registro (o marido de sua mãe) e, segundo, pela questão racial, por possuir

traços mais comuns em negros, como o caso do seu cabelo cacheado (diferentemente de seus irmãos, que eram mais claros e de cabelos mais lisos, ainda que o pai de registro também seja negro, mas de cabelo liso). Eugênia, inclusive, por anos de sua vida viveu com sua avó materna, da qual guarda memórias de afeto, separada do restante da família nuclear.

E a terceira participante trata-se da minha mãe, Maria. Portanto, minha escrita reflete também minhas experiências individuais e familiares, tendo em vista o meu lugar social, enquanto classe trabalhadora, filha de uma ex-trabalhadora doméstica e, posteriormente, mulher camponesa, e pai, homem camponês que ao longo da vida, juntamente à minha mãe, necessitou pensar estratégias para o sustento familiar.

Minha mãe, embora seja filha de mãe solo negra (e pai desconhecido), tendo família extensa também negra, experienciou o fato de sua família extensa tê-la separado desde muito criança da mãe, pois ambas foram responsabilizadas com serviços domésticos em casas de familiares distintos. Posteriormente, minha mãe é levada ao trabalho doméstico remunerado pela família extensa, isto é, Francisca e Maria da Paz, que se diziam mãe e irmã *de criação*. Sua vida revela ainda experiências que evidenciam uma assimilação da ideologia racial dominante pela família extensa, na qual os que tinham tom de pele mais claro não se reconheciam enquanto negros e reproduziam valores racistas que incidiam sobre minha mãe (no qual a ofendiam pela sua aparência ou traços, por exemplo) e sobre o irmão *de criação* de minha mãe que era negro de pele escura.

De fato, como posso vínculo pessoal com todas as pesquisadas, pude perceber que em comum tiveram vivências atravessadas por escassas condições materiais para sua sobrevivência e a presença do trabalho desde infância, destacando-se o trabalho doméstico remunerado (ou não quando a exploração do trabalho era em casa de familiares ou outros ou em condições análogas à escravidão). Isso me gerou um forte desconforto que venho transformando em estímulo para contar suas histórias. Além do que, encaro esse trabalho como forma de produzir ciência ao mesmo tempo em que é dada visibilidade às mulheres negras, no qual percebo como relevante analisar seu contexto familiar a fim de compreender os desdobramentos de suas trajetórias.

Remeto minha posição enquanto pesquisadora associada ao termo utilizado por Patricia Hill Collins (2016), enquanto uma *outsider within*⁹, pois estou produzindo conhecimento em uma universidade pública, espaço elitista e eurocêntrico, apresentando e propondo reflexões a respeito de etnografias de outras mulheres negras que possuem diversos pontos em comum com a minha trajetória individual e/ou familiar. Como explica Collins (2016, p. 99), “muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, do seu status de *outsider within*, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao “*self*”, à família e à sociedade”. E mais a frente acrescenta que “um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras” (idem, p. 102).

Patricia Hill Collins (2016) também aborda essa tendência em associar mulheres negras ao status de o “outro” (tendo em vista que o ser universal seria o homem branco), pois, como explica, “tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana”. Ela (idem) ainda reforça que é necessário que mulheres negras se autodefinam e autoavaliem, para que resistam à condição de desumanização e objetificação que lhe éposta na sociedade para garantir sua dominação. E, em segundo lugar, para que consigam rejeitar o controle que tende a ser internalizado por elas, sendo necessário que se percebam como detentoras de autonomia de pensamento para que resistam às diferentes formas de opressão psicológica que sofrem (BALDWIN, 1980; GWALTNEY, 1980 apud COLLINS, 2016, p. 106).

Nesse sentido, busco neste trabalho abordar a realidade de mulheres negras a partir delas mesmas, não colocando-as como meros sujeitos passivos, ainda que elas estejam condicionadas pelos sistemas de dominação, mas enquanto sujeitos que resistem em diversos espaços, detentoras de agência, que buscam construir suas autonomias e alargar as possibilidades para si e suas famílias.

⁹ Traduzindo para o português, seria algo semelhante a “estrangeiras/forasteiras de dentro”. No próprio texto (que se trata de uma tradução), é proposto a utilização do termo original em inglês.

É verdade que fui me encontrando na pesquisa de campo através do popular "aprender fazendo", mas, evidentemente, busquei apoio no arcabouço teórico. As entrevistas, que foram feitas sem roteiro ou questionário previamente estruturado, foram fluindo na medida em que tínhamos um diálogo aparentemente informal e corriqueiro, mas depois de alguns momentos de hesitação, eu falava sobre minha rotina, minha pesquisa e a relevância de apreender um pouco de suas trajetórias. E então, as narrativas foram fluindo de modo bem natural, como conversas usuais.

Lembro que em umas das entrevistas com minha mãe, algo que me chamou atenção é que ela, em tom bem descontraído, introduziu sua fala dizendo-me: "Minha vida dá uma história, que eu acho que não tem nem fim. Uma história e tanto. Bota aí: era uma vez, uma criança e sempre teve a esperança de ser feliz...". No entanto, minutos depois, vi suas expressões faciais e tom da voz mudando drasticamente ao passo que narrava as diversas violências sofridas tanto no contexto do trabalho, quanto no seu lócus familiar.

Quanto ao local das entrevistas, alguns encontros foram realizados nas residências das mesmas, porém com uma mesma interlocutora, Eugênia, nossos encontros foram realizados em locais públicos (uma numa clínica de saúde e outra, na praça do Centro da cidade), com intuito de deixá-la mais confortável, já que eu sabia, devido ao nosso grau de proximidade, que ela preserva bastante a privacidade do seu lar. Já quanto ao registro das entrevistas, optei por não fazer a gravação das primeiras entrevistas com cada uma delas, por ser algo mais experimental e exploratório, gravando somente as segundas entrevistas. A média das entrevistas gravadas foi de aproximadamente uma hora e meia. Além disso, também mantive contato via aplicativo *Whatsapp*, onde conseguimos fazer novas trocas, considerações ou acrescentaram-me outros detalhes que julgaram pertinente à minha pesquisa.

Apresentação dos capítulos

No primeiro capítulo, apresento a relação sócio histórica das mulheres negras com o trabalho subalterno frente a uma sociedade racista, machista e desigual. Se observamos que, nos períodos coloniais, mulheres negras eram escravizadas, trabalhando nos campos e na casa grande – na figura da mucama – e também sendo vítima de violência e estupros, na contemporaneidade, podemos observar que na vida das mulheres negras ainda predominam algumas semelhanças. Mulheres negras ainda permanecem nos estratos sociais mais baixos, ocupam funções de trabalho mais precarizadas (e mal pagas) e, são estigmatizadas, desumanizadas e fetichizadas, sendo maiores alvos de violência de todos os tipos, dentre elas a sexual.

Apresentarei nesse capítulo, a subalternização da mulher negra em múltiplas dimensões da vida, dentre eles no campo do trabalho e do lar (ambiente em que são socializadas), observando os papéis a elas atribuídos e demandados, o racismo intrafamiliar, etc., bem como discutiremos sobre a violência patronal que é algo frequente nas vivências de mulheres negras. Buscarei, para tanto, discorrer e promover debate embasada em bibliografia do feminismo negro, interseccional e decolonial, ao mesmo tempo em que analiso as narrativas das entrevistadas, isto é, reforçando a unidade entre teoria e realidade social.

Apresentarei ainda o perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras e as recentes leis que visam contribuir com melhorias para a classe, mas que ainda é distante da realidade da maioria dessas trabalhadoras, tendo em vista que uma minoria ainda tem acesso à carteira assinada. E por último, discorrei sobre a teoria de imbricação denominada interseccionalidade, que contribui para a discussão da realidade do objeto de estudo à medida em não pensa isoladamente raça, gênero ou classe, mas todos articulados.

Já o segundo capítulo é o espaço que discutirei as histórias de vida das três pesquisadas, de modo mais detalhado. Apresentarei como suas vivências contrastam a relação entre família e trabalho subalterno, para além das condições objetivas de sobrevivência, demonstrando que das

mulheres negras são demandadas múltiplas responsabilidades desde muito jovens, ao mesmo tempo em que muitas vezes são alvos de violência já em sua socialização. Isso pode se traduzir em distorções nas percepções que possuem de si mesmas, na autoestima, dentre outros. A partir disso, trarei as narrativas das interlocutoras que explicitam o contexto de suas entradas no trabalho subalterno precoce, a configuração familiar (famílias interraciais ou não), a proteção ou desproteção familiar, o contexto de violências que foram submetidas dentro e fora de casa, a violência patronal, suas estratégias de sobrevivência e autonomia, dentre outros.

No terceiro capítulo, busco fundamentar-me em teoria para analisar fenômenos e situações relatadas pelas interlocutoras no segundo capítulo. Dentre eles, destacam-se as situações de abandono que as meninas negras vivenciam em suas trajetórias, buscando analisar as condições que contribuem para a circulação de crianças e a apropriação da força do trabalho infantil feminino/negro. Tratarei ainda sobre a maternidade solo, a solidão de mulheres negras, a questão moral do trabalho e agência exercida por essas mulheres, mesmo em condições desfavoráveis e vulnerabilização.

E, por último, na conclusão faço algumas reflexões sobre outros assuntos complementares, com as condições de envelhecimento dessas mulheres, suas estratégias para melhorias de vida de si e seus descendentes, ascensão social, agências e autonomias.

CAPÍTULO I – MULHERES NEGRAS: RELAÇÃO COM O TRABALHO SUBALTERNO E FAMÍLIAS

Este capítulo abordará a questão da subalternização das mulheres negras, no âmbito do trabalho. Se no passado elas eram escravizadas, atualmente ocupam trabalhos mais precarizados e subalternizados, como é o caso do trabalho doméstico –, e também do lar. É de se notar que, mesmo em famílias pobres há a reprodução de valores machistas e racistas predominantes na sociedade, contribuindo para a vulnerabilização dessas mulheres e refletindo nas suas subjetividades. Abordaremos ainda o perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras e faremos uma discussão sobre a categoria interseccionalidade, que subsidia nossa análise a partir da compreensão de que gênero, raça e classe não podem ser considerados isoladamente.

De fato, pensar a questão das mulheres negras na sociedade brasileira nos remete à formação sócio histórica brasileira, que tem como marca a exploração de trabalho escravizado de povos negros e indígenas, ao mesmo tempo em se reforçava a autoridade do homem sobre a mulher. Nesse sentido, a mulher negra e a indígena que tinham raças e gênero considerado inferiores, acabavam sendo àquelas mais vulnerabilizadas na sociedade, sendo marginalizadas, estigmatizadas e desumanizadas.

O racismo e machismo estruturais contribuem com o capital à medida que controlam diversos segmentos e perpetuam a dinâmica de exploração que estão inseridos. Isso pode ser analisado ao observar diversos empecilhos, mecanismos jurídicos e ideológicos de dominação aplicados ao longo da história deste país para inviabilizar a construção de identidades, bem como a ascensão social de grupos subalternos, deixando-os à mercê das classes dominantes. Racismo e machismo são reforçados, sobretudo, no imaginário social pelas classes dominantes, mídia, igreja e também nas famílias, com intuito de facilitar a sua dominação acriticamente, como no caso do mito da democracia racial.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do

endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 1984, p. 228).

No Brasil, objetivou-se embranquecer a população (não só em questão de fenótipo, mas também em valores), relegando às pessoas não brancas e, sobretudo, às mulheres negras um lugar de subalternização e subserviência. Portanto, abordaremos a seguir sobre como as múltiplas opressões (gênero, raça e classe) que afetaram e afetam mulheres negras pobres no Brasil, refletindo sobre suas experiências afetivas, familiares, subjetividades e contexto de violências e de exploração em que muitas se encontram, em especial no trabalho doméstico.

1.1 A subalternização de mulheres negras no âmbito do trabalho e no lar

Para analisarmos criticamente o status de subalternidade concedido às mulheres negras em nossa sociedade, seja no âmbito do trabalho ou do lar, é preciso voltarmos o nosso olhar ao passado escravagista, visto que até os dias atuais são reproduzidos os mesmos eixos de subordinação que condicionam corpos não-brancos, de mulheres, etc. Beatriz Nascimento (2021) destaca que no período colonial prevalecia uma engessada hierarquização entre os grupos, tendo, de um lado, a concentração de poder político e econômico pelos senhores de terras, e de outro, um grande grupo escravizado. Há ainda um grupo de mulheres e homens livres – mas em condições precárias de sobrevivência –, sendo todos submetidos à uma lógica de sociedade paternalista e patriarcal.

Como enfatiza Abdias Nascimento (1978), a exploração dos homens e mulheres escravizados foi fundamental para a existência da estrutura econômica brasileira que beneficiou exclusivamente a aristocracia branca, havendo a estimativa de que ao menos 4 (quatro) milhões de africanos(as) tenham sido vitimizados pelo tráfico negreiro no país. “Por volta de 1530, os africanos, trazidos sobre correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil já estava regularmente constituído e organizado, e

rapidamente aumentaria em proporções enormes” (NASCIMENTO, 1978, p. 48). Abdias Nascimento ainda cita a atuação da Igreja Católica em prol das práticas escravagistas:

Em verdade, o papel exercido pela igreja católica tem sido aquele de principal ideólogo e pedra angular para a instituição da escravidão em toda sua brutalidade. O papel ativo desempenhado pelos missionários cristãos na colonização da África não se satisfez com a conversão dos “infiéis”, mas prosseguiu, efetivo e entusiástico, dando apoio até mesmo à crueldade, ao terror do desumano tráfico negreiro (NASCIMENTO, 1978, p. 52).

No que diz respeito a raça enquanto categoria, discorre Aníbal Quijano:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos (QUIJANO, 2019, p. 117).

Foram emergindo na América novas identidades sociais (como negros, mestiços, etc.), não mais exclusivamente como origem geográfica como era de costume – ou seja, identidades raciais. (QUIJANO, 2019). Dado que “as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha” (idem, p. 117).

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também de seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2019, p. 118).

Papéis sociais, bem como, hierarquias foram sendo sustentadas mediante a ideia de raça, fortalecendo uma distribuição racista do trabalho, onde cada raça era atribuída a um determinado

lugar, favorecendo a branquitude, tida como superior (QUIJANO, 2019). Europeus, nesse sentido, além de todo o processo de escravização (e genocídio) de indígenas e negros, também se veem como “*os modernos* da humanidade e de sua história, isto é, como *o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie*” (QUIJANO, 2019, p. 122; grifos do autor). A partir disso, considera Anibal Quijano: “a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização das populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrísta e além de tudo provinciana” (idem, p. 123).

Nesse modelo de sociedade focado na exploração do trabalho, é importante destacar que o ócio das mulheres brancas era visto positivamente, pois representava a dedicação com o lar como um todo (ainda que também submetida ao homem branco), ao passo que a mulher negra era considerada antes de tudo uma trabalhadora, tanto na casa-grande quanto no campo, e reproduutora de novos escravizados(as) (NASCIMENTO, 2021).

Angela Davis (2016), ao abordar a escravatura estadunidense, explicita que os senhores consideravam rentável possuir negras escravizadas, isto, pois estas eram exploradas desconsiderando seu gênero, trabalhando juntamente aos homens nos campos (mesmo quando grávidas), porém, quando eram castigadas era perceptível que seu gênero colocado em questão. Mulheres negras, portanto, eram mutiladas, estupradas e, além de tudo, não tinham a maternidade respeitada e tinham a sua reprodução reguladas de acordo com os interesses dos senhores.

Bianca Vieira (2018) permite-nos refletir sobre as injustiças que assolavam famílias negras escravizadas no período colonial, que eram frequentemente desmembradas. Escravocratas vendiam membros de famílias, sobretudo, para evitar a manutenção de vínculos que dificultavam a resistência dos(as) escravizados(as). A própria exploração sexual de mulheres negras pelos escravocratas, podiam ter como resultado a venda de seus companheiros, com o intuito de mostrar o domínio dos homens brancos.

Enquanto a supremacia masculina do branco e toda sua autoridade eram reforçadas na sociedade colonial, a do negro era desestimulada, isto porque homens, mulheres e também as

crianças escravizadas deviam trabalhar de modo semelhante e responder prioritariamente aos feitores (DAVIS, 2016). Portanto, não havia relação contrastante entre provedor e dona de casa, tal qual ocorria com casais brancos, pois as famílias negras inteiras eram exploradas para garantir interesses das famílias brancas proprietárias de escravizados.

As condições de anomia em que vivia a população negra durante a escravidão não permitiram ao homem negro exercer sobre a mulher negra a opressão “paternalisticamente protetora” a que estavam submetidas as mulheres brancas. Igualmente, as relações estabelecidas entre homem branco e mulheres negras evidentemente estavam longe de reproduzir as formas de opressão características das relações de gênero entre brancos (CARNEIRO, SANTOS, 1985, p. 42 apud VIEIRA, 2018, p. 67).

De fato, foram bem mais do que os três séculos de escravização do povo negro no Brasil. De modo a minar as possibilidades de ascensão social deste grupo, visto que àquela altura a abolição da escravatura estava cada dia mais inevitável frente às pressões inglesas, em 1850 é criada a Lei de Terras. João da Cruz Gonçalves Neto e Keilla Ingrid Silva (2019) explicam-nos que a referida legislação é extremamente excludente, pois contribuiu com a manutenção da desigual estrutura fundiária brasileira ao definir a aquisição da terra exclusivamente por meio da compra, submetendo uma grande parcela de pessoas às condições de trabalho impostas por aqueles que deteriam os meios de produção, isto é, a terra (NETO; SILVA, 2019).

Isso afetou imigrantes também, evidentemente em menor grau, pois compunham força de trabalho priorizada em detrimento a negras e negros, mas, sobretudo, a população negra, pois mesmo com a Abolição permaneceu tendo apenas com sua força de trabalho a oferecer. Com isso, ainda que sob lógica do trabalho assalariado, continuaram a ocupar os trabalhos mais precarizados e exaustivos que os demais para garantir um mínimo para sua sobrevivência.

Não é por acaso que essa população acabou por ser atirada na periferia do sistema de produção que se instalou no país, um modo de produção capitalista, e a população negra, o conjunto dos trabalhadores negros, vai constituir uma espécie de exército de reserva ou até mesmo a população marginal crescente, que só tem acesso em termos de trabalho à periferia do sistema, ou seja: aos setores satelitizados da economia brasileira. (GONZALEZ, 2020, p. 306).

De fato, o processo de miscigenação que ocorre no país deu-se primeiramente a partir da violência sexual de corpos de mulheres negras escravizadas. No entanto, posteriormente, embranquecer a população brasileira tornou-se um projeto – tanto em contexto fenótipo até no campo dos valores disseminados na sociedade. A ideia era assemelhar a sociedade brasileira àquelas tidas como mais desenvolvidas e civilizadas, isto é, as europeias, tanto que observaremos na história do Brasil, incentivos à entrada de imigrantes europeus e, por outro lado, dificultou a entrada de imigrantes não brancos. Nessa lógica, Lélia Gonzalez nos explica:

De 1890 a 1930 vamos ter no país políticas de estímulo à presença do imigrante europeu na nossa sociedade, uma vez que a ideologia que se estabeleceu na nossa sociedade era justamente aquela de branqueamento. E qual a fundamentação dessa teoria? Claro que a fundamentação estava no velho evolucionismo, hoje devidamente superado, aquela perspectiva de que ser branco, europeu e homem significava estar no degrau máximo da sociedade ou da humanidade (GONZALES, 2020, p. 303).

Lélia Gonzalez (2020) trata da postura paternalista das elites e Estado, típica da democracia racial, que objetiva mascarar o racismo e suas consequências através das relações de compadrio, dificultando a compreensão dos grupos oprimidos sobre a relação de desigualdade e de exploração que estão inseridos. Petrônio José Domingues (2002), complementa o pensamento de Gonzalez ao chamar atenção sobre a assimilação da ideologia do branqueamento por parte da população negra. Segundo ele, isto “converteu-se num mecanismo de inserção psicossocial dos negros em um mundo dominado pelos brancos” (DOMINGUES, 2002, p. 563). Esse distanciamento de negras e negros brasileiros de suas próprias raízes, estética e valores para tentar buscar determinada aceitação na sociedade, também pode ser traduzido enquanto uma violência simbólica sofrida por estes segmentos.

O branqueamento moral e/ou social estava fundado na aquisição ou assimilação pelo negro de atitudes e comportamentos “positivos” do branco. Para conquistar a “Segunda Abolição”, por exemplo, um articulista – que se apresentava como antigo militante negro – escreveu um artigo no jornal da “imprensa branca”,

apregoando a necessidade de os negros se espelharem nas ações políticas dos brancos (DOMINGUES, 2002, p. 574).

Tive uma exemplificação dessa assimilação ao entrevistar a minha mãe. Ela que carrega consigo diversas dores, sobretudo, de infância, relatou-me acerca do apagamento da existência de seu *irmão de criação* João por sua família. Segundo ela, João nasceu de um casal de conhecidos do seu avô, mas com o falecimento de sua mãe biológica no parto, seu pai biológico acabou *dando-lhes* João para a minha avó materna e meu bisavô criarem. Entretanto, ainda que os familiares da minha avó fossem negros de pele clara, expressavam uma forte rejeição por João na família, tratando-lhe sempre com distinção justamente. João, segundo minha mãe, era negro de pele escura. Isto é, se busca-se uma aproximação pelo ideal de branquitude, deve se deixar para trás tudo aquilo que tende a “escurecer” a família. Meu tio João, nesse caso, ultrapassou o limite de tonalidade de pele que era “aceito” na família.

Maria: “Então, ele não tinha nome, o nome era “nego”. Mas ele recebia carinho de alguém? Só se fosse da minha mãe”.

Recentemente, fui à cidade de Seropédica (RJ) com minha mãe visitar sua prima, Maria da Paz (a prima com quem minha mãe residiu por anos da sua vida e com quem saiu do Maranhão nos anos 1960, pouco tempo após do falecimento de minha avó materna), resolvi perguntar-lhe sobre meu tio João. Ela me respondeu que não sabia desse João e ainda me repreendeu quando reformulei e insisti na pergunta.

Nessa mesma visita, observei o diálogo entre ela e minha mãe por um tempo, no qual ambas discutiam sobre o fato dela (Maria da Paz) se autodeclarar branca, apoiando-se no fato de sua pele ser mais clara que a da minha mãe e seu cabelo ser liso – fatores esses que minha mãe tentava explicar que não a tornavam branca –, mas, devido às discordâncias, acabaram mudando de assunto. Presenciar esse diálogo me fez relembrar das várias vezes que vi minha mãe dizer que em sua infância sua prima Maria da Paz implicava com seu cabelo. Hoje suponho que Maria da Paz acreditava, de algum jeito, que “tinha o direito” de proferir tais ofensas e ter atitudes racistas

por justamente se considerar branca, portanto, alguém superior, e ser racista é qualidade de quem é branco, como ela acredita ser.

Bianca Vieira (2018) explicita que quando mulheres negras passam à condição de recém-libertas continuaram trabalhando, diferentemente das mulheres brancas, que eram limitadas ao contexto do lar. As mulheres negras assim continuaram a ter importante função no sustento do lar. Sendo assim, “a independência da mulher liberta é incompatível com o ideal de feminilidade demandado pelos homens que tentam reproduzir a relação de poder patriarcal” (VIEIRA, 2018, p. 66).

Vieira (2018) discorre ainda sobre a associação do homem com a esfera pública e mulher com a privada – sendo o homem considerado trabalhador ideal por culturalmente não ser o principal responsável pelas tarefas de casa e cuidados familiares. A autora explica ainda sobre prevalecer na sociedade a ideia de que mulheres são aquelas incumbidas de exercer funções tidas como secundárias, de reprodução social, para que homens se ocupem de modo prioritário ou exclusivamente ao trabalho no âmbito da produção capitalista. Todavia, com a ampliação do mercado à força de trabalho feminina, podemos observar que mulheres brancas passam a delegar suas tarefas domésticas para outras mulheres, sobretudo, mulheres negras. Estas, por sua vez, acabam ficando impossibilitadas de cuidar de seus próprios filhos, demandando, muitas vezes, com que outras mulheres de sua rede de apoio, seja familiar ou de vizinhança exerçam essa função.

Isso ocorre porque, como Joaze Berbardino-Costa (2015) nos permite refletir, as hierarquias de raça e gênero instituídas nos tempos coloniais não foram eliminadas com o fim da escravidão, pois estes segmentos (população negra, indígena, mulheres, etc.) continuaram sendo subordinados ao mesmo padrão de poder que tentava minar as suas possibilidades de ascensão social. Nesse sentido, podemos observar que em face à desigual distribuição de oportunidades no âmbito do mercado de trabalho (que privilegia determinado gênero e raça), as mulheres negras acabam tendo que continuar se ocupando no trabalho subalterno, como é o caso do trabalho doméstico e que nos remete às mucamas dos tempos coloniais.

Caetana Damasceno (2011; 2013), ao investigar a relação das mulheres com o mercado de trabalho, analisou anúncios de jornais da década de 1930 e 1940 que deixavam explícitos os critérios de seletividade de “cor” e “boa aparência” não só para a contratação de funcionárias em empregos considerados femininos pela divisão sexual do trabalho, mas também os ditos masculinos. Tal lógica foi percebida mesmo nas vagas de trabalho doméstico, pois “cor” e “boa aparência” eram colocados em pauta: buscava-se pessoas de pele branca ou aquelas mais claras o possível.

Caetana Damasceno (2013) verificou que mesmo que a exigência de “cor” fosse ocultada nos anúncios com o passar das décadas, a requisição pela “boa aparência”, em termos raciais, permaneceu. Em consequência disso, a autora observou que mulheres não brancas que necessitavam de trabalho, acabavam tendo que ocultar sua raça, utilizando outras palavras em substituição à “negra”, como “morena”. Já quando o mercado de trabalho possibilitou uma maior entrada de mulheres com maior especialização (a exemplo, o domínio de línguas estrangeiras, datilografia etc.), as mulheres brancas foram priorizadas.

Dante de tal quadro, não seria uma impertinência considerar que as mulheres “brancas” deslizavam com mais frequência dos serviços domésticos remunerados para outros lugares mais valorizados do mundo do trabalho – ainda que esses lugares fossem bastante limitados à participação feminina (DAMASCENO, 2013, p. 10).

Tamis Porfírio (2021), a partir de seu estudo qualitativo com mulheres negras no trabalho doméstico, demonstra que há nítidas dificuldades para que mulheres negras rompam o seu vínculo com o trabalho doméstico, mesmo quando alcançam níveis mais altos de escolaridade (superior ou técnico) com a finalidade de exercer outra profissão com menos desgaste físico.

Isso expressa bem o que Cida Bento (2022) denomina de “pacto narcísico da branquitude”, no qual, a partir de sua experiência na área de Recursos Humanos de empresas, observa que ainda que pessoas negras tenham o perfil acadêmico e profissional exigido nas vagas de emprego, há uma resistência na sua contratação, exclusivamente, em decorrência de sua raça.

Por outro lado, este pacto busca garantir a preservação dos privilégios de pessoas brancas, garantindo-lhes dentre tantos outros benefícios, os melhores postos de trabalho (estando no topo da pirâmide da hierarquia social e da divisão social do trabalho).

Sueli Carneiro (2003) aborda o papel fundamental da mídia em não só transmitir valores que reforçam a superioridade branca, mas também valores de uma sociedade machista. Nessa perspectiva, “a naturalização do racismo e do sexism na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo” (CARNEIRO, 2003, p. 125). Ainda que negras e negros componham a maior parte da população brasileira, possuem pouco protagonismo na mídia, e se observarmos os personagens que interpretam nos filmes e novelas brasileiras, notaremos que geralmente atuam em papéis que representam sujeitos em lugares de subalternização, e/ou com pouca instrução e/ou alto grau de sexualização, reforçando diversos estereótipos atribuídos à população negra no imaginário social¹⁰. Como explica Vilma de Souza Lopes:

São representadas quase que exclusivamente como empregadas domésticas, motoristas, traficantes, escravos, a amante hiperssexualizada que quer destruir o relacionamento do casal branco, sambistas e amigos conselheiros que acompanham o protagonista durante a trama, mas sem nunca ter os holofotes em si, como meros coadjuvantes. (LOPES, 2020, p. 98).

A tendência da branquitude em preservar a sociedade sob o mesmo padrão de poder colonial, o patriarcado branco, pode ser expressa a partir da dupla imagem atribuída à mulher negra, de “mulata” ou “doméstica” no imaginário social, como explicitada por Lélia Gonzalez (2020), onde a mídia exerce papel fundamental na difusão de estereótipos sobre esse grupo, ao mesmo tempo em que cultua todos os aspectos da branquitude. O próprio ditado “branca para casar, mulata para fornigar, negra para trabalhar” (GONZALEZ, 2020, p.135; NASCIMENTO,

¹⁰ Em contexto recente, podemos observar algumas mudanças no que se refere à representatividade negra na mídia, mas ainda falta muito a avançar.

1978, p. 62) expressa bem esses valores, pois subordina todas as mulheres à figura masculina, mas distingue o papel de cada uma.

A mulher branca é tida como aquela “digna” de ser assumida publicamente pelo homem em matrimônio e para ser a mãe dos seus futuros herdeiros, garantindo a propriedade privada repassada dentro do lócus dessa família. Já a mulher negra é aquela estigmatizada, objetificada, vista como aquela que deva subserviência em todos os aspectos, sendo constante alvo de violências e, muitas vezes, não sendo vista como digna do amor ou mesmo afeto público mesmo quando em relações amorosas¹¹.

Ainda que todas as mulheres sofram opressão de gênero, frente a uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira, as mulheres negras, devido às opressões interseccionais de gênero, raça e classe, tendem a ser ainda mais atingidas. Isto, pois, como abordamos há pouco, a mulher branca ainda é atribuída a uma imagem de fragilidade e pureza, por outro lado, a mulher negra é vista como aquela que produz violência (“faz estardalhaços”) e é objeto de fetiches masculinos.

De fato, a branquitude atua com fim a fortalecer interesses do seu grupo, então, em situações em que brancas e negras sejam candidatas a uma vaga de emprego, mesmo com currículo semelhante, é comum que aquelas sejam priorizadas em detrimento destas. É reforçado que “há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco” (BENTO, 2022, p. 64) e são concedidas mais oportunidades para este grupo. Por outro lado, tenta-se solidificar a ideia de que negras e negros são intelectualmente incapazes de ocupares espaços de maior prestígio, de poder, com melhor remuneração, especialização, etc.

Se direcionarmos nosso olhar aos Estados Unidos ao século passado mesmo, observaremos que enquanto mulheres brancas lutavam pelo sufrágio, mulheres negras lutavam

¹¹ Particularmente, vi casos de duas mulheres negras retintas em que os homens brancos que se apaixonaram, aparentemente, tinham interesses afetivos nelas também, no entanto, tinham vergonha de assumi-las para a sociedade firmando compromissos mais sérios. Curiosamente, os dois relacionamentos chegaram ao final e ambos iniciaram relacionamento com mulheres brancas, que nitidamente tinham postura diferente diante dos olhares alheios e suas famílias, tendo maior responsabilidade afetiva.

para elas e os seus familiares pudessem simplesmente existir e ter reconhecidos seus civis – tem em vista que os EUA eram país extremamente racista, sendo comum linchamentos em massa, intensas explorações da força trabalho negro a salários ínfimos.

Angela Davis (2016) acredita que a postura neutra inicial dentro do próprio movimento das mulheres com relação à questão racial acabou corroborando com os posicionamentos e discursos racistas. Ainda hoje (abordando agora em contexto brasileiro), ainda que mulheres sofram com desigualdades de classe e gênero, é preciso que as demandas de mulheres negras sejam observadas de modo particular, pois o racismo estrutural contribui para as suas desvantagens na vida social e as violências que sofrem diariamente, bem como os seus familiares. Como nos mostra Vilma de Souza Lopes:

No trabalho, está sempre relegada a papéis considerados humilhantes demais para as mulheres brancas, como o serviço doméstico; Na questão da solidão, onde estruturalmente são preteridas pelos homens, além de ter seus filhos e demais familiares mortos pelo genocídio negro; Na saúde, onde sofrem violências vítimas de médicos racistas devido ao estereótipo da negra dotada de sobre-força; Nos meios de comunicação, onde não existe a presença da mulher negra ou, se existe, é sempre de uma forma sexualizada e subalternizada (LOPES, 2020, p. 94).

Deste modo, se faz necessário um olhar interseccional para observar que mulheres negras e brancas são afetadas de maneira diferente na sociedade de classes. As opressões imbricadas que incidem sobre a mulher negra também tendem a se refletir na identidade e na construção de subjetividade dessas mulheres. Prevalece nesta sociedade um padrão cultural hegemônico no qual o patriarcado branco ainda é protagonista frente aos demais segmentos da sociedade, sendo essencial à manutenção dos seus privilégios, moldar e/ou mesmo alienar as visões de mundo, comportamentos, valores, estética etc. dos grupos socialmente marginalizados.

A assimilação da ideia de inferioridade pelos grupos oprimidos contribui para facilitar com o processo de subordinação desses segmentos porque além de dificultar a compreensão dos sujeitos acerca das opressões que sofrem, também podem distanciar esses grupos socialmente

oprimidos do contexto de lutas por equidade e inviabilizar o despertar da consciência de classe. Maria Luisa Pereira de Oliveira et al (2009, p. 267) explica que “dessa maneira, são veiculadas normas e prescrições para a população negra, que funcionam como máquinas de agenciamento de identidades e subjetividades homogêneas, passivas e assujeitadas”.

A partir dos encontros com as pesquisadas, pude observar que as três vivenciaram diferentes formas de violência trabalhando como domésticas, desde a simbólica ao assédio sexual. No entanto, as primeiras violências em suas vidas se iniciaram no contexto familiar (da família nuclear e/ou extensa), no qual essas mulheres passam por tratamentos diferenciados de irmãos (como o caso de Eugênia e Betânia), são responsabilizadas diretamente ou indiretamente com sua própria sobrevivência e/ou de familiares e são estigmatizadas/discriminadas racialmente por algum familiar.

Portanto, a própria família, que deveria ser um local para fortalecimento de autoestima, construção de identidade e acolhimento dessas mulheres, acaba contribuindo para a solidão com que se encontram e, por vezes, com a naturalização de hierarquias raciais. Isso dificulta ainda mais para que estes sujeitos alcancem determinada mobilidade social, tendo em vista que por vezes são inseridos ainda muito jovens no contexto do trabalho subalterno. Algumas mulheres negras acabam tendo que evadir da escola, com altos índices de exploração ao mesmo que estão desempenhando múltiplas funções dentro do próprio lar. Além disso, o sofrimento vivenciado dentro do seio familiar também reflete no modo em que essas mulheres percebem a si mesmas e na forma que interagem com outrem.

1.2 O perfil das trabalhadoras domésticas brasileiras

De modo a compreender a realidade das trabalhadoras domésticas brasileiras de forma mais ampla e demonstrar que mulheres negras são maioria a se ocuparem desse trabalho, de

modo a permitir dialogar com as particularidades das entrevistadas, apresentarei aqui alguns dados que julgo pertinentes.

Quanto ao âmbito do trabalho doméstico, dados no Texto para Discussão do Ipea intitulado “Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua” (PINHEIRO, 2019 et al) apontam que no ano de 2018, 14,6% das mulheres brasileiras que estavam ativas no mercado de trabalho correspondiam a trabalhadoras domésticas remuneradas (sendo que o percentual dos homens não chegava a 1%) e dentre o total de 6,2 milhões de pessoas empregadas nessa função, 3,9 milhões eram mulheres negras, isto é, 63%.

Outro fenômeno registrado por esse documento foi uma redução considerável da presença de trabalhadoras mais jovens trabalho doméstico, isto é, com até 29 anos, deixando de representar pouco menos da metade em 1995, para representar em torno de 13% em 2018. Em caminho inverso, trabalhadoras adultas, com idade entre 30 e 59 anos, que consistiam em 50% da categoria no ano 1995, em 2018 passam a representar quase 80%. No entanto, é preciso fazer uma ressalva: esse “esvaziamento” de jovens no âmbito do trabalho doméstico, seja por outras oportunidades de emprego e/ou estudo, não ocorre de modo igual se analisarmos em termos de raça pois 14,3% das trabalhadoras domésticas negras são jovens e 11,3 das brancas também nessa categoria são jovens.

A baixa escolaridade ainda é predominante no contexto do trabalho doméstico. Quanto a isso, o documento do Ipea (PINHEIRO, 2019 et al) mostra que quanto à média de escolaridade das trabalhadoras domésticas brasileiras (mulheres negras e brancas das diferentes regiões) possuem média de anos estudados bem similares em 2018 (em torno de oito anos). A faixa etária de 19 a 29 anos tinha uma média de quase 10 a 10,7 anos de estudo, com pequena desvantagem para negras (mas que em nenhuma das idades compreendidas chega a um ano em relação à média das brancas). A disparidade de escolarização, no entanto, fica maior quando analisamos a faixa etária de 70 anos ou mais, onde negras possuem em média menos de 4,5 anos de estudo e brancas possuem aproximadamente 6,0 anos de estudo.

Ainda que sob a égide do neoliberalismo, o Estado brasileiro vem desenvolvendo de modo mais sistemático nas últimas décadas políticas sociais, assistenciais, políticas de cotas, etc., que são respostas às lutas das classes populares e movimentos sociais. Dessa forma, faz sentido que os dados que coloquem em evidência o maior acesso à educação pelas mulheres mais jovens que as mais velhas. Como explica Moema de Castro Guedes (2008), a Constituição Federal de 1988 foi um dos marcos decisivos para mudanças no campo de direitos sociais que beneficiaram mulheres e sociedade em geral. A atenção à frequência de crianças nas escolas e o incentivo à alfabetização de diferentes faixas etárias enquanto pautas governamentais foram essenciais para que fossem ampliados os índices de escolarização.

Guedes (2008) ainda nos demonstra, entretanto, que no processo de escolarização foram sendo reforçados papéis de gênero com intuito à sua naturalização, contribuindo para que áreas de estudos e ocupacionais sejam bastante segmentadas. Nesse sentido, homens eram incentivados às áreas/cursos de maior prestígio e remuneração (Engenharias, Medicina, Direito, etc.) e mulheres, em caminho inverso, incentivadas às áreas menos valorizadas, sobretudo, magistério e Saúde (Enfermagem, Serviço Social, etc.).

Retornando ao texto do Ipea (PINHEIRO, 2019 et al), esse documento entra em outro dois pontos pertinentes para compreensão do perfil das trabalhadoras domésticas, ainda observados nos dias atuais e que também estão presentes nas vivências das três pesquisadas: a migração e a residência dessas trabalhadoras no local de serviço, isto é, na casa dos patrões.

A história do trabalho doméstico enquanto ocupação foi marcada pelas migrações de jovens meninas das cidades do interior, especialmente do Nordeste, para morarem nas residências de famílias que as “acolhiam” nas grandes cidades, em uma relação com fronteiras profissionais muito pouco definidas. Como resultado, era frequente que as trabalhadoras domésticas residissem na casa de seus empregadores, tornando ainda mais fluida a separação entre espaço da casa e da profissão e, consequentemente, do descanso e do trabalho, o que favorece a existência de práticas de exploração – como longas jornadas de trabalho – e de assédios, em especial, o sexual. (PINHEIRO, 2019 et al, p. 18).

O documento (*idem*) verifica que, em 2018, menos de 1% das trabalhadoras domésticas (em torno de 46 mil mulheres) residiam no local em que trabalhavam. No entanto, em 1995, a realidade era bem diferente: em média 12% das trabalhadoras domésticas brasileiras residiam no local em que trabalhavam – sendo que havia uma disparidade regional, no qual no Nordeste 23% estavam nessas condições, para 8% no Sul e Sudeste.

Todas as interlocutoras, que entraram no mercado de trabalho entre os anos de 1968 e 1977 (com idades entre oito e 14 anos), relataram terem residido nas residências em que trabalharam por períodos consideráveis. No entanto, observo que a residir na casa de patrões ampliava o controle sobre as trabalhadoras domésticas, ampliação da exploração do trabalho e violência patronal.

É essa violência que incidia sobre trabalhadoras domésticas não vinha somente das patroas, mas também por parte dos patrões, que assediaram e violentaram sexualmente. A pesquisa de Valeria Ribeiro Corossacz (2014) elucida bem o contexto da violência de homens com essas trabalhadoras. Essa autora, a partir de entrevistas homens brancos da classe média, observa que parte considerável dos entrevistados compartilhavam da ideia de que estava implícito que as trabalhadoras domésticas deviam não só prestar serviços domésticos, como também sexuais. Esses homens enxergam-se enquanto dominantes na perspectiva de classe, gênero e raça, portanto, demandam subserviência dessas mulheres e normalizam assédios ao estigmatizar empregadas domésticas, sobretudo, negras, que são historicamente mais marginalizadas e objetificadas. Assim, “há a consciência da violência exercida ou possível e a diluição dela através de sua normalização e da sensação de que era um direito deles, de modo a produzir uma não consciência da violência, a sua negação” (CROSSACZ, 2014, p. 538).

Segundo dados do texto do IPEA (2019), o perfil do trabalho doméstico tem se modificado, onde recentemente tem-se destacado uma forte presença das diaristas, que corresponde a 44% das trabalhadoras domésticas no ano de 2018. Esse documento ainda esclarece que a própria Lei Complementar (LC) número 150/2015 explicita que o vínculo

empregatício é estabelecido em casos em que se excedam dois dias semanais (ou 16 horas semanais) trabalhados numa mesma residência.

Isso significa que grande parcela das trabalhadoras domésticas não estão cobertas por direitos trabalhistas e previdenciários, até porque, além das diaristas que já não possuem vínculos empregatícios nos termos da lei portanto, não exigindo que empregadores assinem suas carteiras de trabalho, por outro lado, muitas mensalistas que deveriam ter suas carteiras assinadas também não as possuem – Luana Pinheiro et al (2019) expõe que 43,5% das mensalistas possuíam carteira assinada em 2018, somente 9,5% das diaristas tinham carteira assinada nesse mesmo período.

Betânia, que é diarista, também faz parte do contingente de mulheres que não têm acesso a direitos regulamentados. Recentemente, inclusive, sofreu um acidente de trabalho enquanto fazia uma faxina resultando em algumas costelas fraturadas, porém, não teve cobertura do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), ficando meses contando apenas com a solidariedade de alguns, tendo em vista que seus rendimentos são essenciais para a sobrevivência familiar (a mesma reside com filha e marido aposentado, mas também contribui direta ou indiretamente com gastos de outros parentes, filhos e netos).

Nesse sentido, algumas dessas trabalhadoras acabam tendo que prover a sua própria proteção previdenciária contribuindo com o INSS, frente ao desamparo em legislação, para com isso garantir mínimos sociais em situações adversas e possibilitar suas aposentadorias no futuro – assim, a taxa de cobertura previdenciária, sobretudo, de diaristas é estendida e mais que dobra com relação às que possuem carteira assinada (9,5%) alcançando o índice de 24,3% em 2018.

Quanto aos índices considerando critério de raça, o Pinheiro et al (2019) aponta que, em 1995, 19,5% das mulheres brancas de 16 anos ou mais tinham carteira assinada para 16,4% das mulheres negras de 16 anos ou mais; já no ano de 2018, 30,8% das brancas de 16 anos ou mais tinham carteira assinada, para 27,5% das negras em iguais condições. Quanto à jornada de trabalho das trabalhadoras domésticas, onde é somada a jornada produtiva (em troca de remuneração) com a reprodutiva (realizada na residência das próprias trabalhadoras), tem-se a

média de horas semanais que ultrapassam as 50 horas em 2018, onde mulheres brancas trabalhavam em média 52,9 horas semanais e negras 51,5 horas semanais.

Estamos diante de um grupo de trabalhadoras cuja rotina praticamente exclui qualquer possibilidade de dedicação a atividades de lazer e momentos de descanso. Assim, podemos afirmar que são mulheres muito expostas a doenças ligadas ao corpo físico, derivadas do cansaço, do aparecimento de lesões oriundas de esforços repetitivos, bem como emocional e psiquicamente frágeis, expondo-as a maiores riscos de depressão e outras doenças emocionais (IPEA, 2019, p. 29).

Quanto aos salários, foi observado que em 2018, as trabalhadoras domésticas recebiam uma média 92% do salário-mínimo, onde somente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o salário da categoria tinha média que se equiparava ou ultrapassava o salário mínimo daquele ano (R\$954). É preciso destacar ainda que em todas as regiões do Brasil, mulheres brancas recebiam salários maiores que mulheres negras, nos anos de 2016 e 2018, sendo que em 2016 a média do salário de mulheres negras de todos os estados era de 85% do valor do recebido pelas mulheres brancas ((PINHEIRO et al, 2019).

Isso permite refletir que embora muitas mulheres brancas também estejam em vulnerabilidade socioeconômica e também estejam em grande número atuando no trabalho doméstico, ainda que efetivamente trabalhe em média um pouco mais de uma hora semanal que as mulheres negras (considerando a soma da dupla jornada de trabalho feminina), ainda assim, têm maior probabilidade de estarem inseridas em trabalhos com carteira assinada, isto é, com proteção trabalhista e previdenciária, bem como acessarem trabalhos com maiores rendimentos.

É verdade que todas as mulheres enfrentam desigualdades de gênero na sociedade vigente, frente a uma (injusta) divisão sexual do trabalho, que inviabiliza ou dificulta a entrada de mulheres em determinadas categorias profissionais ou espaços tidos como masculinos. Mulheres de modo geral também sofrem assédios no trabalho, disparidade salarial, as duplas e/ou triplas jornadas de trabalho frente à responsabilização com o cuidado doméstico familiar, que também

contribui na procura por trabalhos mais flexíveis e, consequentemente, mais precarizados. Entretanto, mesmo frente a todas essas barreiras colocadas pelo patriarcado, é preciso explicitar que mulheres brancas ainda possuem maior possibilidade de mobilidade social que mulheres negras. No caso das trabalhadoras domésticas, por exemplo, embora a média de nível de escolaridade de negras e brancas seja bem similar em diversas faixas etárias, o racismo tende a intensificar desigualdades sofridas pelas mulheres negras, ao passo que desvaloriza, marginaliza e até mesmo desumaniza essas mulheres.

Por fim, embora trabalhadoras domésticas tenham alcançado uma conquista no âmbito da legislação, onde os direitos dessa categoria foram equiparados aos demais trabalhadores (BERBARDINO-COSTA, 2015), observamos que ainda há uma dificuldade de efetivação dos direitos, tendo que muitas mulheres, sobretudo, negras tendo que se submeter a um contexto de alta exploração no trabalho doméstico.

1.3 A categoria interseccionalidade enquanto ferramenta analítica

Como abordei anteriormente, o conceito utilizado para imbricação de eixos de desigualdade (de gênero, raça e classe) utilizada ao longo do meu trabalho é a interseccionalidade. Venho me apropriando deste conceito ao longo dos últimos anos, influenciada, sobretudo, pelas minhas principais referências bibliográficas que contribuíram com o feminismo negro e o pensamento interseccional, como o caso de Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Angela Davis, entre outras.

Embora Kimberlé Crenshaw tenha sido responsável por criar o termo interseccionalidade no fim dos anos 1980, é possível observar a construção do pensamento interseccional em períodos anteriores. Como Patricia Hill Collins e Silma Bilge (2021) explicam, no ativismo político mulheres negras norte-americanas na década de 1960 e 1970 já utilizavam a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, sobretudo por observarem que movimentos

sociais tendiam a direcionar suas ações concedendo prioridade a determinada categoria de análise ou marcador social diferença, não dando conta da realidade de grupos específicos, como o caso das mulheres negras e pobres.

Fora do contexto ocidental, Collins e Bilge (2001) apresentam que a interseccionalidade em contexto da realidade concreta pode ser observada na militância de Savitribai Phule (1831-1897), ativista dalit india que no século XIX esteve engajada nas lutas contra os eixos de desigualdade de gênero, classe, religião, etc. Phule aplicou a interseccionalidade quando não priorizou um grupo subalternizado específico, tendo por resultado diversas conquistas para mulheres, populações rurais, dentre outros (COLLINS; BILGE 2001, p. 19).

A interseccionalidade é utilizada com a ideia de enfatizar que não há como separar eixos de desigualdade ou hierarquizá-los. Portanto, para dar conta da realidade das mulheres negras que não tinham suas particularidades consideradas no contexto do movimento feminista, que tendia a se direcionar às mulheres brancas de classes abastadas, a interseccionalidade surge “junto às feministas negras norte-americanas, que questionaram o suposto universalismo da categoria ‘mulher’” (BERBARDINO-COSTA, 2015, p. 151).

A interseccionalidade, nessa perspectiva, permite compreender que, mesmo em movimentos de lutas, há falhas quando não se observa a integralidade dos sujeitos, pois cada um possui diferentes demandas, privilégios, acessos ou desvantagens na sociedade. É preciso que consideremos que os sistemas de dominação que condicionam a vida dos grupos não agem separadamente, mas se intercruzam, se complexificam e/ou reforçam.

Assim, o trabalho doméstico, que é do campo da subalternidade e historicamente apresenta a subordinação/exploração de gênero, raça e classe de modo imbricado, deve ser analisado tendo como subsídio a teoria interseccional. Isto, pois, se ainda hoje esse trabalho é materializado no campo da informalidade e ausência de direitos, onde são mulheres negras que prevalecem ocupando estratos sociais mais baixos, é, sobretudo, devido à mentalidade colonizadora que prevalece na sociedade vigente, sobretudo, nas camadas abastadas. O que em

outras palavras diria, Bernardino-Costa, “a colonialidade do poder e a noção de interseccionalidade permitem aprofundar o entendimento do sistema hierárquico e as desigualdades vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas” (2015, p. 147).

CAPÍTULO II – HISTÓRIAS DE VIDA A TRÊS VOZES: MARIA, BETÂNIA E EUGÊNIA

Como dito anteriormente, a ideia da minha pesquisa é analisar histórias de vida de três mulheres negras para pensar sua relação com o trabalho subalterno, contextos familiares e construção de subjetividades, partindo da hipótese que suas vidas se desdobram condicionadas pelos eixos de subordinação gênero, raça e classe tal qual observamos de maneira macro. Assim, selecionei três mulheres, que já conhecia previamente, que se reconhecem como mulheres negras e que em suas trajetórias têm em comum o trabalho doméstico.

A meu ver, essas trajetórias, ainda que possam apresentar experiências singulares, podem ser úteis para questionarmos a realidade deste segmento social como um todo. E mesmo que em alguns momentos essas mulheres negras apresentem situações de melhorias de vida (ou conquistas de determinados tipos), terão sempre aspectos e/ou experiências em suas vidas que evidenciarão suas desvantagens por simplesmente serem sujeitos atravessados por marcadores sociais da diferença.

Isso pode ser expresso nas maiores dificuldades em que mulheres negras têm de acessar determinados espaços, terem direitos efetivados, ou mesmo poderem ser reconhecidas e respeitadas em sua condição de seres humanos. A respeito desta última, pude observar que a desumanização dessas mulheres para além da teoria, mas nas narrativas das entrevistadas que se sentiam, de certa forma, surpresas quando eram tratadas com um mínimo de respeito, ou mesmo, gentileza pelas patroas e patrões. Podemos observar esse aspecto nos seguintes fragmentos em que entrevistadas falam de experiências que consideram, de certo modo, positivas:

Eugênia: Aí nessa casa eu gostei muito. Eu fiquei lá bastante (tempo)... Essa de Campos, essa professora. Eu estava com 12, 13 anos. Uns 12 anos. Aí tinha uma meninazinha dela que eu amava, Ana Paula. A gente brincava, andava de bicicleta e era muito bom. Eu amei aquela casa. Tinha um tiozinho que jogava baralho, eu gostava de jogar baralho. Eu ficava jogando à noite. Lá eu era tratada

realmente como gente naquela casa. Eu gostei de lá. Tenho nada a reclamar deles mas eu não lembro porque eu fui embora.

Maria: Dona Z. foi aquela que eu disse que me tratava bem também... Que me tratava como ser humano, né? Aquela que conversava comigo. Contava, às vezes, história. Seu B. muito legal também.

Desde que entrei em contato falando da minha pesquisa e do quanto suas histórias poderiam agregar para construção de conhecimento sobre estudos de relações sociais de gênero e étnico-raciais, percebi bastante receptividade delas a contribuírem com meu trabalho. Ao ser questionada se era realmente interessante para mim entrevistá-las, pude entender que como mulheres negras são constantemente atribuídas a lugares de marginalização e subordinação em nossa sociedade, pode ser estranho a elas a proposta que eu, enquanto outra mulher negra, fiz de ter como norte da minha pesquisa as suas trajetórias de vida.

Nesta pesquisa, carrego comigo o compromisso em falar com as pesquisadas de maneira horizontalizada, já que carrego em mim experiências e visão de mundo também de mulher também negra e de classe popular, isto é, um sujeito que também sente efeitos da discriminação e desigualdade ocupando um espaço ainda elitista e branco, que é o espaço acadêmico. Partindo disso, apresentarei em seções a seguir um pouco da trajetória de vida e algumas características marcantes da vida de três mulheres negras que venho me articulando ao longo dos últimos meses para o desenvolvimento desta pesquisa: minha mãe, Maria; Eugênia; Betânia.

Há alguns pontos que me chamaram atenção nas narrativas das entrevistadas, que se alinham com venho me debruçando no arcabouço teórico utilizado nesse trabalho, que pretendo destrinchar nas próximas seções. Dentre eles, destacam-se: a entrada trabalho precoce (ou infantil em termos da atualidade) no trabalho doméstico, situação vivenciada pelas três, no qual duas delas trabalhou em troca de alimentação e moradia; a falta de condições objetivas para sobrevivência familiar; a rejeição materna por duas das entrevistadas, onde ambas são negras filhas de mães brancas com pai negro de pele retinta; o racismo no contexto familiar (na nuclear

ou extensa); situações de assédio sexual vivenciado por uma das entrevistadas (dois patrões, ambos brancos).

2.1. Maria

Maria, minha mãe, é uma mulher negra e nordestina de 69 anos. Atualmente, reside em Rio das Ostras (interior do Rio de Janeiro) e não exerce atividade remunerada, sendo pensionista, devido ao falecimento do meu pai em 2008. Mesmo tendo trabalhado por toda a sua vida, em diferentes funções, minha mãe nunca teve um vínculo formal de trabalho com direitos garantidos em legislação, onde, de fato, a falta de estudo formal também influenciou para que fossem ampliadas as barreiras enfrentadas por ela no mercado de trabalho.

Como empregada doméstica, minha mãe atuou por mais de oito anos (dos 14 aos 22 anos) em Seropédica (RJ) e em bairros da capital, em diferentes casas, quando recém-chegada do Nordeste. Trabalhou por mais de 30 anos no campo desde que casou com meu pai (dos 22 aos 51 anos) na cidade de São Francisco de Itabapoana – cidade de base rural –, além de cuidar dos afazeres domésticos e cuidar de quatro filhos (minhas duas irmãs, meu irmão e eu).

Maria teve outras experiências no trabalho subalterno, uma como merendeira de uma escola municipal também em São Francisco (ficando lá alguns meses, sendo enganada e nunca sendo remunerada). E, por último, minha mãe teve uma experiência de trabalho como cuidadora de uma idosa em Rio das Ostras, logo que nos mudamos em 2006, onde teve uma relação de trabalho precarizada e baixa remuneração. Ela trabalhava como cuidadora, mas também executava as tarefas de doméstica. Entretanto recebia valor menor que o salário da época para dormir na casa da patroa, com pouco descanso devido à função dupla.

Devido à nossa consanguinidade e conhecimento de parte da história da minha mãe, precisei ter um pouco mais de cuidado para que a sua história não fosse contada a partir da minha

compreensão e interpretação, bem como tentando me distanciar de juízos de valor, norteando-me pela sua narrativa. Portanto, tivemos algumas conversas exploratórias, na fase em que busquei refazer meu projeto de pesquisa, e uma entrevista mais extensa, onde pude fazer gravações e anotações.

2.1.1. Primeiras memórias de infância

Quando perguntei à Maria sobre suas primeiras memórias de infância, ela lembrou diretamente da época em que um tio seu arrumou um casamento para minha avó, que era mãe solo, onde esse suposto marido levou minha avó, ela e o João (irmão de criação da minha mãe) para outra cidade – saíram de Pedra do Salgado, um povoado de Vitorino Freire, em direção à Pedreiras, ambos no estado do Maranhão. Ela, que era muito pequena, lembra que esse homem que casou com sua mãe (através de um casamento arranjado pelos parentes desta), roubou-lhes todos os seus pertences, que incluía um *tesouro* deixado como herança pelo seu avô e deixou os minha avó e seus dois filhos desamparados, sem saber nem como voltar para casa.

Em suas próprias palavras, ela explicou que “foi um casamento só para roubar mesmo” e que, para sorte dos três, um tropeiro conhecido passou pela cidade, dando suporte para retornarem à casa de seu tio. Porém seu irmão, que não era aceito pela família extensa (sobretudo, por ser negro de pele mais escura que os demais da família materna de minha mãe), resolveu ficar com uns conhecidos de sua mãe que estavam com o tropeiro. Minha mãe afirma que nesse lugar¹², seu irmão se fixou e até constituiu família posteriormente.

Posteriormente, Maria relata que uma de suas tias maternas, Francisca, juntamente à sua prima Maria da Paz (que ela chama de madrinha) levaram-na para morar em sua casa quando

¹² Por ser ainda criança, minha mãe não soube me detalhar aonde estavam, mas ela recorda ser um lugar bem distante do povoado em que moravam.

tinha seis anos de idade, afastando-a de sua mãe. A partir da forma que ela constrói sua narrativa, pude observar que estas memórias lhe trazem dor:

Não sei porque que eles não deixaram minha mãe ficar num lugar, né? Aí, era esse ruim, é isso que eu tava pensando [inaudível], o que que tinha? Minha mãe morar na casinha, nós três, né? Muito estranhos.

Em determinado momento, ressalta: “Eu chorava muito, eu tinha muita saudade. É que eu nunca tinha separado da minha mãe assim”. Com isso, pude observar que minha avó materna era tratada com diferença pela família extensa pelo fato dela ter sido mãe solo, ao criar João primeiramente, o irmão *de criação* de minha mãe, e depois, dando a luz à minha mãe, que não tem pai em registro. Isto é, sem um homem, provedor para se responsabilizar por uma mulher e seus filhos, as decisões a respeito de suas vidas ficariam a cargo de outros familiares.

Minha mãe morava com o pai. E aí.. É....Tinha um conhecido do meu avô, né? Um casal novo, e aí a mulher estava esperando filho e veio a falecer, morreu de parto da criança. Assim minha mãe me contava, né? A criança... O pai pegou a criança e deu a minha mãe para criar. A minha mãe e o meu avô. E a mãe dele morreu, né? É... Meu avô criou como se fosse filho e minha mãe. Aí, depois disso, minha mãe me arrumou, né? Ficou grávida de mim. E aí foi uma revolta lá pros irmão, né? E queria que ela, meu avô, botasse ela pra fora de casa, essas coisa aí. E meu avô não botou. E aí ficou nós, né? Minha mãe criou os dois. João nunca conheceu o pai. Eu acho que a mãe tinha morrido mesmo. E aí, quando ele ficou na idade de adolescente que a gente fomo na época, quando lembra lá atrás, quando eu falei com você, que minha mãe casou? O João estava com a gente. Estava. E João foi morar lá com a gente. Mas quando a gente vê o rapaz que passou lá com os animais para levar a gente, o João estava com um pé muito machucado. Aí o pessoal lá que era muito amigo, conhecido da minha mãe, falou, “não, deixa ele aqui, depois, quando ele melhorar, ele vai”. Só que ele nunca foi, entendeu? Ele nunca veio. Aí ficou lá. Disse que depois ficou, casou com a filha do moço aí, do conhecido da minha mãe, aí eu nunca mais a gente... A minha mãe morreu e nunca mais viu ele. E depois disso, ele foi procurar minha mãe. Só que ele chegou lá, minha mãe já tinha morrido. Aí ele me levou para a casa dele. Eu levei uns quinze dias mais ou menos lá com ele (...). Depois disso, Maria da Paz foi lá, me buscou, acho com medo de João me carregar. Eu saí para levar um mês, levei quinze dias. Aí, é isso aí. Depois disso eu nunca mais vi João também, né? Que a gente logo vinha. Passou um tempo, a gente veio para o Rio, né?

Já aos dez, foi levada temporariamente à casa de um filho dessa mesma tia com quem residia, para fazer as atividades domésticas enquanto o mesmo trabalhava na roça, já que sua esposa e filhos tinham se mudado para o estado do Ceará. Isto é, ainda criança era responsabilizada pela limpeza da casa e o preparo de refeições de seu primo, sendo que até aí minha mãe afirma que mal sabia fazer arroz e feijão. E, isso também acontecia com minha avó, que também trabalhava com os parentes com quem residia. Portanto, foi similar a experiência de mãe e filha afastadas e levadas a residir com parentes em locais distintos para que pudessem trabalhar.

Pergunta: E aí voltou para casa da sua tia?

Voltei para casa da minha tia de novo, porque ele foi embora para a mulher lá pro Ceará. E é isso. A gente trabalhava, ia pra roça trabalhar, trabalhei muito na roça com ela tirando [inaudível]... Ia para o Mato, cortar lenha, essas coisas. E é isso.

Pergunta: A senhora ficou quanto tempo na casa destes desse primo seu?

Aí isso... Acho que nem um mês...

Quando perguntei à minha mãe com que idade começou a trabalhar com coco babaçu, fiquei surpresa pela resposta: “Muito nova. As crianças já nascem quebrando coco.” Mais a frente, ela deduziu ter começado a trabalhar ajudando sua mãe aos cinco anos, aproximadamente. Depois que mencionei o coco babaçu, pareceu que muitas memórias foram sendo desbloqueadas por ela na *mata* com familiares, nas longas caminhadas para catar coco babaçu no Maranhão e a fome que sentia todos os dias. Ela falou um tanto emocionada desse momento em sua vida, afirmindo que geralmente conseguiam fazer apenas uma refeição por dia, frente ao pauperismo que viviam.

Já passei muita fome. Muita sede. Porque a gente vai [inaudível] num leva nada, não leva almoço. Às vezes a gente levava um ovo, dois, se tivesse, para comer com farinha. E criança sente muita fome, né? E eu ficava com aquela fome. Eu comia coco pra caramba, Nossa Senhora, dava fome. Ou pelo menos, aliviar um

pouquinho. Uma vez que a gente levava água, acabava, a gente ficava com uma sede danada. Aí eu ficava rezando, pedindo a Deus para mandar a chuva [inaudível]. Fazia um, tipo, um copinho assim, nas folhas. Dobrava, ia, parava, assim. Fazia aquele copinho, bebi aquela água às vezes. Achava uma poça, pega água naquela poça mesmo. Era assim, a gente não morria, que Deus tinha pena. Nem eu nem lembrava que sapo tinha andado ali, nem cobra, tinha bebido aquela [inaudível]... É isso. Muita fome. Eu sei o que é a dor da fome. Tinha dia que eu ia dormir com aquela dor tão grande, aquela fome. Eu, criança. Eu lembro. Vou ficar sem fazer nada que eu durmo, pra mim esquecer. Ficar rezando pra mim... Pra mim dormir para esquecer da fome.

Durante nossa conversa, minha mãe disse que via a minha avó Luzia semanalmente no tempo que viveu com sua prima e tia no Maranhão. No entanto, volta a morar com ela por curto período de tempo quando esta adoece (de causa desconhecida), vendo-se sozinha, pois nenhum dos familiares se dispôs a cuidar dela. Minha mãe, que nesse período tinha 11 anos de idade, por aproximadamente seis meses, ficou como responsável pelos cuidados de sua mãe até o dia do seu falecimento. Um momento que faltou suporte dos familiares.

Pergunta: A senhora via a sua mãe com qual frequência, mãe?

Minha mãe morreu tinha 11 anos. Pergunta: Eu sei, mas a senhora via ela sempre? Todo mês? Toda semana? Via todo dia. Todo dia, não... Toda semana, talvez. [...] Quando ela adoeceu, fui morar com ela, mas ela ficou doente.

Pergunta: Quanto tempo mesmo?

Eu não sei, mas pelo que eu analiso no tempo, eu imagino que ela deve ter ficado uns cinco meses. De cinco a seis meses por aí.

2.1.2 Chegada da minha mãe ao Sudeste: família e trabalho doméstico remunerado

Quando minha mãe já tinha 14 anos, ela, sua prima Maria da Paz e sua tia Francisca (a mesma com quem foi morar aos seis anos) mudaram-se do Povoado Pedra do Salgado em Vitorino Freire (MA) para a cidade de Seropédica (RJ) – para residirem próximas ao Antônio, outro filho de Francisca que já havia se mudado para a referida cidade e trabalhava como pedreiro. Minha mãe relatou que logo ao chegar do Nordeste, quando tinha 14 anos de idade (algum tempo após falecimento de minha avó) arrumaram-lhe um trabalho doméstico remunerado.

Na época, era cobrada por sua prima para que transferisse quase todo o seu salário para contribuir com as despesas da casa, restando-lhe bem pouco apenas para necessidades básicas e passagem para visitá-los uma vez a cada quinzena. Como explicou-me, ela ganhava pouco, mas na última casa que trabalhou sob essa condição, ficou quase quatro anos, onde sua patroa a cada ano aumentava em 100 (cem) cruzeiros o seu salário, mas ainda assim, com pouco ficava ficava com ela, não sendo possível juntar qualquer dinheiro ou comprar minimamente os itens para suas necessidades básicas, tendo que transferir o seu salário quase que integralmente à prima.

As vezes comprava um desodorantinho daqueles bem ruins mesmo. Num era essas coisas assim... Tinha luxo não. Xampu era aquele bichinho de assim, que às vezes eu comprava. E baratinho. Era baratinho na época, né?

Isso me fez pensar em abuso financeiro dentro do próprio contexto familiar, isso porque foi situação que perdurou anos, até minha mãe se casar. Aliás, minha mãe conta que já estava noiva quando sua tia Francisca faleceu e que sua prima Maria da Paz em nada apoiava o seu casamento. Até quando minha mãe fala em fazer seu enxoval para casar com meu pai – meus pais se conheceram em Seropédica (RJ) na festa de casamento de um primo da minha mãe e acabaram se aproximando –, sua prima Maria da Paz não queria permitir que ela gastasse parte da sua

própria remuneração para tal, restando à minha mãe comprar pouquíssimos itens parceladas no cartão de uma colega, afirmando, “eu sei que comprei pouca coisa porque ela não me dava força nenhuma para mim fazer... Comprar as coisas para mim e nem para casar”.

2.1.3 Reprodução do racismo por pessoas negras

Embora minha mãe relate que sua tia Francisca a tratasse com carinho, uma pessoa que em suas narrativas não vi atribuir aspectos negativos, observo que ela teve algumas dificuldades com sua prima Maria da Paz, que é dez anos mais velha. Minha mãe me relatou que quando moravam juntas, Maria da Paz colocava-lhe diversos “apelidos” ofensivos, sendo alguns de teor racista. Conforme abordado anteriormente, Maria da Paz não se comprehende como pessoa negra, mas como branca (apesar de podermos observar que é negra de pele clara, ou parda). Com isso, podemos perceber a internalização da suposta superioridade branca por Maria da Paz, resultando na fragmentação da sua identidade racial, sendo expressos pela reprodução do racismo em seus discursos.

O próprio afastamento entre minha mãe e seu irmão João, bem como o seu apagamento deste pela família extensa da minha mãe também expressa o racismo assimilado e reproduzido no interior das famílias negras. Minha mãe relembrava do tratamento racista e sem afeto que seu irmão, que por ter a pele mais escura, recebia (sendo chamado de “nego” e não pelo nome). Que por anos, minha mãe soube de poucas notícias dele, e quando ele tenta uma aproximação com minha mãe, sua prima vai buscá-la da casa dele, antes do prazo combinado, se antecipando a evitar com que ambos morassem juntos, por exemplo. Com isso, não só os dois irmãos nunca mais tiveram contato (porque depois disso, minha mãe foi levada para o estado Rio de Janeiro com tia e prima), como a prima Maria da Paz, que até hoje rejeita a sua existência, dizendo não lembrar de João.

Uma outra uma situação em especial que minha mãe, com certa frequência, recorda, que também expressa a ideologia do branqueamento de maneira evidente, é do tempo em que minha mãe trabalhava na casa de uma família branca abastada e lá também residia uma idosa negra ex-empregada doméstica. Segundo minha mãe, essa idosa por longos anos de sua vida havia trabalhado nessa mesma residência, sendo a responsável pelas atividades domésticas e sendo babá dos filhos da patroa e, no momento de sua velhice, quando já não conseguia trabalhar, continuou residindo na casa dos seus patrões, tendo um forte sentimento de gratidão por isso. Essa idosa tinha uma trajetória similar à de sua própria mãe, que durante sua vida inteira trabalhou para os pais dessa sua (ex) patroa.

Ela contava que a mãe dela... a mãe dela era empregada do pai de F. Entendeu? Pelo tipo que ela conta, eu acho que era como se fosse escravo mesmo. E eles ficam, [inaudível] o branco em primeiro lugar, entendeu?

Além disso, minha mãe observava que embora a idosa fosse negra de pele escura, ela criticava outros(as) que tivessem características fenotípicas da população negra. De fato, essa assimilação também contribuiu a facilitar com o processo de subordinação desses segmentos a medida que dificulta a compreensão dos sujeitos acerca das opressões que sofrem, inviabilizando o despertar da consciência racial e de classe.

Diferente de sua mãe, essa idosa optou por não ter filhos ou casar. Quando minha mãe comentou que sairia do serviço para se casar com meu pai e ir morar no interior, segundo minha mãe, a referida idosa lhe respondeu assim: “Tu vai casar, nega? Casa, nega, que tu vai ver o que é bom para tosse! Falou comigo, falando assim ó... Casa, você vai casar, vai pra roça, só criar moleque. Puxar enxada e criar moleque”. Assim, além da situação da referida idosa se colocar numa posição de subordinação, por acreditar que sua função é estar à serviço dos brancos e, de certo modo, tendo uma espécie de admiração por eles, outro ponto é que supostamente coloca a *roça* como um lugar inferior ao trabalho doméstico na cidade e vê de modo negativo o fato da possibilidade da minha mãe *criar moleque*, ao passo que expressava determinada realização em

ter sido babá da pessoa que estava lhe dando assistência na velhice, bem como babá dos filhos desta.

Perguntei mais sobre essa senhora à minha mãe, se ela ainda fazia alguma tarefa doméstica, como ela era, entre outras questões. Minha mãe respondeu-me que ela só cozinhava quando ela não estava e usava roupas bem simples, de *empregada mesmo*. Perguntei se sabia se a idosa recebia salário, minha mãe não soube responder com certeza, mas disse acreditar que não porque eles compravam tudo que ela precisava, cuidavam da saúde dela, etc. Outra informação que considero pertinente é que independente da circunstância, a idosa comia na cozinha:

A velha não queria se misturar. Entendeu? Foi uma coisa que, entendeu como? Conhecendo o lugar dela como empregada. Eu achava ela assim, tipo que se rebaixava muito. Entendeu?

Nesse sentido, se essa mulher por toda sua vida viveu sob tetos de patrões, onde sua vida privada e familiar deviam se confundir com o trabalho, e sem perspectiva alguma de vivenciar determinadas experiências pessoais, estudar ou trabalhar com outra função, sua forma de agir e pensar provavelmente já deviam estar enquadradas ao que os patrões esperavam dela. Assim, ela poderia até mesmo acreditar que sua existência era secundária, cuja função era servir seus patrões, não sendo “merecedora” se quer de ocupar os mesmos espaços destes, como um lugar à mesa.

2.1.4 As violências sofridas por minha mãe Maria

Maria, desde muito cedo vivenciou diversas formas de violências, não só em contexto do trabalho doméstico na sua juventude, mas em contexto familiar. De fato, ela teve que conviver e se adaptar em casa em que trabalhou que era trancada na hora de dormir, teve que se acostumar a não ter sua liberdade de ir e vir garantida em todos as residências de trabalho, ser seguida por

patroa que conferia com as pontas dos dedos a cada tarefa feita, foi acusada de roubo como chantagem para uma patroa não pagá-la e tantas outras situações. Mas isso tudo se soma a uma problemática constante em sua vida: a falta de proteção da sua própria família.

Desde criança, com a separação entre ela e minha avó materna, de certa forma, minha mãe acabou sendo uma “estranha” na casa de parentes, sempre incumbida de tarefas domésticas e muitas responsabilidades e depois, empregada na casa de famílias na capital e Seropédica (RJ). Algo que observo também enquanto filha, é que embora comigo e nossa família minha mãe seja comunicativa, minha mãe é uma pessoa muito reservada até hoje, não costuma reclamar de injustiças que lhe assolam, não só não rebatendo, como sendo extremamente tolerante com as pessoas que a tratam mal e tem receio de ser incômodo para as pessoas. Venho refletindo que isso pode ser um efeito da sua infância e juventude, por ter sido muito cobrada por serviços na casa de parentes e depois em casas que esteve empregada e não tinha muito espaço para diálogo com compreensão. Alguém que sofreu estigmas racistas dentro do contexto do lar, teve demandas de todos os tipos minimizadas, foi silenciada e explorada.

2.2. Betânia

Betânia tem 58 anos, é nordestina, se reconhece enquanto mulher negra de pele preta, é atualmente empregada doméstica diarista e filha de doméstica – a mais velha de oito filhos de um relacionamento interracial, mulher branca com homem negro de pele escura. Nos conhecemos em 2019, através de sua filha, que é uma amiga e colega de trabalho. Meu interesse em tê-la em meu trabalho partiu do fato de ter acompanhado indiretamente, através de relatos de sua filha, um pouco das suas lutas diárias no trabalho doméstico remunerado e informal, e de apreender um pouco de sua infância, no qual sua filha sempre falava com emoção sobre as experiências que Betânia vivenciou não tendo acesso aos mínimos sociais.

Durante a pandemia de covid-19, pude observar que ela tampouco pôde se resguardar, e em período de campanha eleitoral, distribuiu panfletos para candidatos políticos, percorrendo longos caminhos a pé – lembrando que se trata de uma mulher de mais idade e com algumas condições de saúde – como forma de garantir mais algum rendimento financeiro. Isto é, o trabalho subalterno está intimamente relacionado à sua vida.

Apesar de não termos tanto contato, temos uma relação recíproca de carinho uma pela outra, portanto eu a chamo carinhosamente de tia. Ela foi muito receptiva à ideia de contribuir com meu trabalho. No entanto, devido a um contexto de acidente de trabalho que viveu no início de 2023 (onde fraturou algumas costelas numa queda numa das casas em que trabalhava), nesses últimos meses vem retornando ao trabalho e, portanto, tem tentado trabalhar ao máximo, dificultando um pouco que conseguíssemos marcar o nosso encontro em sua casa. Tivemos diversas tentativas de marcar, mas tivemos alguns imprevistos e, por vezes, ela não estava bem de saúde e/ou exausta do trabalho. Além disso, tiveram algumas questões familiares que a preocupavam, assim, dei espaço para que as coisas melhorassem para então solicitar a marcação da nossa entrevista.

Um dia cheguei a ir à sua casa, pois havíamos combinado a entrevista, porém, tivemos um diálogo bastante breve apenas no portão e depois na rua. Contou-me que a casa estava com muitas crianças da família e, portanto, seria difícil conversarmos e, que além disso, dali a pouco mais de uma hora iria fazer uma faxina na casa da vizinha. Eu enfatizei que para mim não haveria problema algum, mas ela achou melhor marcarmos outro dia com mais calma. E então, pediu-me desculpas, mas disse ter resolvido jogar bingo com amigos no bar do bairro antes da faxina.

Com isso, fui caminhando com ela enquanto conversávamos um pouco. Embora não tenha sido como o esperado o nosso encontro, também foi benéfico à pesquisa, pois consegui fazer algumas observações nesse curto período. Ela me contou brevemente sua situação de saúde frente ao acidente de trabalho, relatando um pouco da solidariedade de alguns naqueles meses difíceis em que não podia contar com o dinheiro das suas diárias e nem com algum auxílio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo em vista a sua relação de trabalho informal.

Quanto ao bingo, no momento fiquei pensativa a respeito de tal situação, mas depois cheguei à conclusão de que devido à sua rotina cansativa, tanto no trabalho, quanto em casa, o bingo para ela tratava-se de um meio de socialização e de interação com amigos e vizinhos. Vejo como importante momentos de distração, lazer e interações sociais na vida de sujeitos oprimidos e explorados socialmente, pois, de certo modo, contribuem com a manutenção da saúde mental.

Quanto ao nosso segundo encontro presencial, que aconteceu na sua residência, foram um pouco mais de duas horas de registro em áudio. Em determinado momento, fui solicitada por Betânia a parar a gravação, pois foi um momento em que ela me fez algumas confidências da sua vida que, obviamente devido a questões éticas da pesquisa e quanto ao nível de confiança que me foi concedido, não poderia abordá-las aqui. Sentamo-nos em sua varanda e então demos início à entrevista em direção a construção da história de vida, que foi iniciada comigo perguntando a respeito do início da sua vida, de onde nasceu, como era a sua família, etc. Por poucos minutos as respostas eram curtas e pontuais, até que ela começou a narrar eventos da vida com uma riqueza de detalhes. Depois disso, não tivemos mais encontros presenciais, mas apenas via o aplicativo *Whatsapp*.

2.2.1. Contexto familiar de Betânia e circulação na infância e adolescência

Segundo Betânia, ela é a filha mais velha de sua mãe, sendo a mais velha de oito irmãos. Quanto ao pai, ela sintetizou: “Pai, nunca tive.” Quando nasceu, sua mãe tinha 16 anos de idade e transferiu a responsabilidade de sua criação, sobretudo, à sua bisavó, a quem chamava de mãe – já tratava a mãe biológica pelo nome. Entretanto, Betânia morou com diferentes pessoas a depender do período, com relação consanguínea (mãe ou avó) ou não (pessoas que aceitavam ficar com ela em troca de trabalho), no qual sintetiza: “Fui criada por um monte de gente”.

Pergunta: No caso, sua mãe deu vocês para adoção?

Não, é tipo assim, acho que minha mãe... acho que era pra gente trabalhar, né? Tá? Pra trabalhar... Diz ela que era pra comer e dar roupa, mas só que a gente sofria muito. Só ninguém nunca abusou da gente. Deus sempre... Nunca ninguém abusou de mim, nem dele, o meu irmão, mas bater... Bateram muito.

Betânia relata pouco ter frequentado a escola quando criança, tendo até sido matriculada por sua bisavó numa escola do interior, mas que apenas aprendeu “aquele A na escola”, pois pouco frequentou por tentar retornar à casa da mãe. Ela afirma que aprendeu a ler praticamente só, com aproximadamente 34 anos e com apoio dos filhos e depois conseguiu retornar à sala de aula, concluindo até o 5º ano do ensino básico, só parando quando começa a criar sua última filha (não biológica, mas por ele registrada).

Embora não tenha em sua infância a proteção e acolhimento parental, Betânia encontrou nas figuras da avó e bisavó as suas referências de maternidade:

Na minha vó eu era sempre bem-vinda, que é a mãe da minha mãe. Mas só que eles era muito pobre também. Mais um, entendeu? Aí era assim. Eu sempre entendi, mas eu dava meu jeito. Chamava pra ir pra Cease. Minhas tias que era metida, né? Mas aí eu ia e trazia as coisa. A minha sorte é que nunca, nunca, ninguém... Entendeu? Eu tive sempre e tenho até hoje, Deus, né? Do meu lado, com certeza.

No caso de sua bisavó, a principal referência materna de Betânia, residia com seus tios e que estes se incomodavam com a sua presença.

[...] Porque minha bisavó morava com meus tio. Então, eu ficava lá tipo forçada por causa da minha mãe, né? E do meu avô. Eles não gostavam de criança, não tinha filho, aí não ficava lá por causa deles. Aí eu voltava e ia contra a vontade deles, ficava lá com a minha mãe, era assim. E foi isso até minha mãe falecer.

Outra figura que também possui grande relevância nas suas narrativas de Betânia é de um de seus irmãos, também de pele negra como ela, que também era *dado* por sua mãe, isto é, duas crianças que circularam juntas. Dividiram, portanto, experiências comuns em algumas casas, mas também tendo diferenciações quanto aos papéis de gênero, como podemos observar no

seguinte fragmento de sua narrativa a respeito de uma casa em que ambos tiveram que residir em prol de suas sobrevivências:

Mas eu lavava roupa, limpava casa, eu e meu irmão. Meu irmão saía para vender flores que eles fazia, entendeu? E era assim...

2.2.2. O sentimento de não aceitação por parte da mãe e abandono do pai

Ela expõe que sentia que sua mãe a rejeitava, dizendo-me "eu que não sei se eu era atentada, mas minha mãe nunca aceitou eu, não". Mas logo complementou que acreditava não ser aceita pela mãe justamente por não ter sido criada por ela. O fato de a mãe permutar os serviços domésticos de Betânia e seu irmão – de quem era muito próxima – por alimentação, contribuiu com a nutrição de um sentimento de revolta por ambos com a mãe por essa prática, que já tiveram que morar com algumas famílias, inclusive, uma bem distante da cidade natal (Fortaleza – CE), que é onde a família residia.

Betânia relata que como sua mãe trabalhava como doméstica e ficava muito tempo fora, deixando seus irmãos e ela muito tempo sem comer. Ainda que ainda fosse muito pequena, sentia uma carga de responsabilidade muito grande no cuidado da casa e em garantir a alimentação dos irmãos e irmãs, sobretudo por ser a filha mais velha, cuidando até da mãe quando esta tinha crises de asma.

Ela trazia comida pra gente, então a gente passava o dia todinho esperando ela chegar pra gente comer. Então eu me mandava. Eu ia pra Ceasa, sabe o que é Ceasa? É onde tem fruta, caminhão. Aí eu, meu irmão, minha irmã ia pra Ceasa atrás de fruta, legumes...

Pergunta: Aí pedia as coisas?

Pedia.

Pergunta: Isso pequeninha, tia?

Às vezes nem precisava porque os caminhões iam descarregando, aí a gente perguntava se podia pegar aquelas coisas que caíam no chão, né? Era... Nós ia

nos açougue, entendeu? Pedir coisa, osso. Não se tu conhece uns ossos de que faz sopa. Num tinha tempo ruim pra nós não. Aí chegava em casa e fazia comida pra mim e meus irmãos. [...] Parece que eu sempre fui adulta. Sempre resolvi, sempre fiz minhas coisas. E cuidava da minha mãe, que minha mãe era asmática. Quando ela passava mal, era eu que ia pro hospital com ela, entendeu? Eu que levava ela pro hospital. Sempre era eu pra tudo. [...] Com a minha mãe eu ajudava. Eu lavava roupa. A gente fazia comida. Eu nunca deixei meus irmãos passar fome que eu pedia mesmo, né? Deus me livre. Melhor pedir do que roubar. E pegava fruta e roubava caju (risos)... Castanha pra vender. Entrava no cercado dos outros, mas, isso aí eu fazia, tirar fruta. Me virava. [...] Agora infância mesmo nunca tive não. Tive depois que tive meus filhos. É, que aí eu brincava junto, ficava junto com meus filhos. Saía com eles. Me diverti muito com meus filhos, agora antes não, entendeu?

Nesse sentido, perguntei-lhe se tinha alguma memória brincando em sua infância, ela respondeu-me “Só quando eu ia pra minha bisavó. Lá eu era livre, brincava...”. Posteriormente, veio-lhe na memória que também pedia alimentos com seu bisavô que era uma pessoa com deficiência. Assim, relata ainda que sempre que podia retornava para a casa da sua mãe e seus irmãos, embora sentisse incômodo e insegurança com alguns homens que a mãe namorou, frente à violência doméstica que esta sofreu por diversas vezes e, inclusive, relatou lembrar de determinado namorado da mesma que pediu que ela, Betânia, se sentasse em seu colo.

Com a minha mãe tinha medo, a minha mãe namorava muito, né? Aí os caras não gostavam de mim. [...] Trabalhava em casa de família, aí gostava de uma festinha, aí namorava, né? E eu não gostava. Eles batia nela às vezes, né? Eu não gostava muito deles não. Não sei se era ciúme também, né?

Betânia relata que se afastou em definitivo do lar materno a partir de uma agressão sofrida. Ela revela que nessa mesma época trabalha como doméstica num condomínio e conhece o seu companheiro, aos 13 (treze) anos.

Tipo assim, foram dizer que eu tava namorando, né? Pior que tava mesmo, né? Assim, de um menino e foram me entregar. Aí minha mãe deixava eu dormir, porque eu fugia. Ela deixava eu dormir, aí quando eu acordava não tinha mais como me mexer. Amarrava a rede todinha, entendeu? Eu dormia em rede. Então eu apanhava ali sem poder nem... Nem me mexer. Aí eu fui embora e nunca

mais voltei pra morar não. Aí foi na época que fiquei nesse pessoal aí e conheci ele.

Por outro lado, ela relata conhecer seu pai tardiamente, já quando tinha dezesseis anos de idade, frente à aproximação do próprio, que leva um casal de irmãos para sua casa, sendo ambos maltratados pela madrasta – porém Betânia não acredita que tenha fundo racial nessas ações.

Quando eu conheci meu pai, eu tinha 16 anos. Então, toda vez que a gente ia lá em Fortaleza, eu ia ver o meu pai. Eu chamo meu pai, mas eu chamo pelo nome.

Pergunta: Ele está vivo ainda?

Não sei. Deve tá [...]. Conheci ele, eu tinha 16 anos.

Pergunta: Mas aí quem apresentou vocês?

Eu conheci ele... Ele que foi atrás da gente, que a gente morava num... Minha mãe morava, minha vó morava num sítio, aí a gente vendia manga no asfalto. Ele era caminhoneiro, entendeu? Aí uma vez, eu não sei se ele reconheceu, mas passou perguntando pela I., que era minha mãe, aí falou que era o pai da gente. Nesse dia, eu até fui dele, né? Mas ela conseguiu levar minha irmã e esse meu irmão.

Pergunta: Como assim? Levou pra morar com ele?

Foi. Lá era assim. Qualquer um pegava nós... Graças a Deus, ninguém nunca fez maldade.

Pergunta: Ele era bom pros seus irmãos pelo menos?

Dizem que sofreram muito com a madrasta. Meu irmão mais uma vez fugiu de novo.

Pergunta: Esse era o irmão que a senhora era apegada?

É. Ele e minha irmã, tu conheceu, a B. Diz que eles sofreram muito lá. Eu não. Conseguir escapar. Não dele, mas da madrasta lá. Madrasta loira. Mas aí tem nada a ver não... Que minha mãe era bem loira, bem loira mesmo. Meu pai que é preto. Minha família é mistura de preto e branco.

No decorrer da nossa conversa, Betânia faz algumas reflexões sobre os pais biológicos e a relação de abandono parental vivenciada, onde percebo que com a mãe há uma tentativa maior

de compreensão, frente às dificuldades financeiras que esta passava enquanto trabalhadora doméstica, mãe solo e com muitos filhos. Porém, a realidade do pai era bem diferente, pois se tratava de um caminhoneiro com melhores condições materiais de sobrevivência, nesse sentido, acredito que ela possa observar que ele poderia ter contribuído de alguma forma para que a realidade dos seus filhos fosse diferente do que foi.

Eu sei que ela dava comida pra gente. Ela recebia. Eu tinha até pena, às vez ela nem comia... Eu acho que ela dava a gente porque não tinha condições, né? De cuidar. Hoje eu não quero entender porque meus filhos eu nunca abandonei, assim, eu acho errado isso, mas, cada um, né? Talvez era para isso mesmo, para proteger, né? Mas eu não faria isso. Como eu não fiz com ela, não abandonei de jeito nenhum, ajudei muito. Não me arrependo. Agora meu pai não, nem pai eu chamo.

Pergunta: Nunca te ajudou?

Não. Podia, né? Levar as coisa pra gente, pra não acontecer essas coisa... Deus me livre [...]. Pelo que conheci ele, a família dele, de bem, vivia bem. Até que a mulher dele dizia "é, vocês não têm direito a nada", aí eu falava "eu não vim atrás de nada, não", e eu sei que a gente não tem direito, a gente nem é registrado no nome dele. Nem no registro a gente tem pai. Até que ele falasse, se ele quisesse deixar, entendeu? Mas sei lá, não tenho ele como pai não. Então, amor de pai, nunca soube. Sei por causa do pai dos meus filho, o carinho que meus filho têm por ele e ele pelos filho.

2.2.3. Trabalho subalterno na infância e violências sofridas

Betânia relatou ter começado a trabalhar na casa de outras pessoas com apenas oito anos de idade, enquanto babá, esclarecendo: “Eu ficava na casa dos outros, eu tinha que trabalhar”, relatando que já *pediu*, catou algodão, cuidou de criança e desempenhou outras atividades. Percebo que minha interlocutora não lembra com muitos pormenores de todas as suas experiências laborais na infância, mas conseguiu detalhar determinadas experiências e cenários, que me pareceu serem-lhe mais impactantes, seja pela maior exploração braçal ou violências (ou tentativas de violência) sofridas.

Determinado período, ela calcula que quando ela tinha por volta de 12 anos, sua mãe *deu* Betânia e seu irmão a um casal de idosos que os exploravam intensamente sua força de trabalho infantil em condições análogas à escravidão, inclusive, castigando-os de diversas formas.

Lá nesse lugar que ela deu a gente, era muito triste. Ninguém aguentou a gente, né? A gente só comia se sobrava. Então a gente queria [inaudível], tipo assim... Nós era criança, a gente queria acabar com aquilo ali. Então, quando os velho tava dormindo, a gente jogava sandália nos velho. Os velho batia na gente, porque batia muito. Ele mandava... Botava de joelho em cima de milho, porque ele mandava a gente lavar roupa no rio, aí a gente adorava [inaudível], aí a gente ficava mais tempo...

Quando fala dessa experiência, ela cita a possibilidade de ser a discriminação racial uma das explicações para o tratamento desumanizado e violência que ambos sofreram na casa desse casal.

Assim, mandava meu irmão me segurar. Mandava eu segurar meu irmão, que ele era cego o velho. Então a gente judiava também. Quando o véio vinha pra cima da gente, a gente se abaixava pra ele se lascar na parede. Não sei se pode falar (risos)... É. Mas os filhos ia lá no outro dia, entendeu? Aí pegava a gente, dava castigo, era horrível. É... Não sei se era porque nós era preto, não sei.

Pergunta: Eles eram brancos?

Eram (...).

Pergunta: Mas vocês ganhavam alguma coisa?

Que eu lembro, só comida. E nada, nada... Que eu lembro.

Pergunta: E lavava roupa. Limpava a casa também?

É. Mas só que a gente não sabia, mas fazia tudo.

Pergunta: Quem trouxe vocês da casa de casal de idosos?

Foi tipo assim, uma neta deles. Uma parente, entendeu? Trouxe a gente para Fortaleza, ela e o esposo dela. Eu acho que via, né? O nosso sofrimento lá. Aí trouxe a gente. Perguntou se a gente queria vir, a gente disse que queria e levou nós... Meu irmão ficou com eles. E eu fiquei. Fui pra casa da mãe. Só que minha mãe não ficava muito tempo com a gente não. E tinha padrasto e padrasto nunca gostava de mim, porque assim... Eu sempre era desconfiada. Então esse negócio de padrasto mandar a gente sentar no colo pra tirar espinha, essas coisas, aí eu

desconfiava e saía fora. Ia pra casa da minha vó. Isso minha bisavó tinha morrido, né? Porque com ela era uma maravilha.

Em outro momento, Betânia lembra de outra situação em que sofreu violência física quando criança em decorrência de não saber como limpar o chão da maneira correta e a mesma já faz a alusão com a correção dada aos escravizados nos tempos coloniais.

Tinha uma casa que judiava comigo, assim... Tipo, batia ou... Entendeu? Me empurrava quando eu limpava a casa, que eu limpava mal, né? Que eu era criança... Tipo assim, quando eu passava, nunca esqueço, me deram um soco que eu caí. Num tem quando cê passa o rodo? Cê tem que passar assim pá ocê não pisar, né? Aí eu passava o contrário, eu passava e ia pisando, entendeu? Por cima... Aí em vez de me ensinar era porrada, tipo escrava mesmo, sei lá.

Quando questionei Betânia se em sua infância e/ou adolescência houve algum período em que recebeu salário por seus serviços, ela disse que só aos 18 anos, quando arrumou trabalho numa fábrica.

Nunca recebi. Só depois quando eu... Não. O único dinheiro que vi na minha mão foi com 18 ano, que eu trabalhei em fábrica. Aí só. Mas lá não, comida. E a gente sempre soube dançar. Não sei se por causa da minha mãe... Aí quando tinha desculpa assim, eu e meu irmão, sempre eu e ele, pá gente ganhar roupa, pá fazer roupa no Natal, vestido pra mim, roupa pra ele... [...] Mas graças a Deus, né, fazia coisa errada não... Agora dinheiro na minha mão, nunca. Comprava roupa, dava comida. Quando eu ia ver, quando eu ia pra casa final de semana, aí me dava compra pra mim levar pra casa. Entendeu? Era isso.

Ao detalhar outras experiências nas casas de família, ela recorda que em outra casa que trabalhou quando muito pequena, a patroa pediu-lhe que lhe desse banho, o que gerou medo nela, fugindo daquele lugar com medo de sofrer algum abuso – assim como fugiu de outros, quando percebia algum comportamento que lhe soava suspeito por parte dos adultos que lhe geravam insegurança. Assim, Betânia também não teve proteção em sua infância, restando a ela que

tomasse decisões desde muito nova para tentar garantir sua autopreservação e sobrevivência, bem como a de seus irmãos, quando estava por perto na casa de sua mãe.

2.2.4. Betânia e seu companheiro

Betânia conhece seu companheiro, também homem negro, em sua adolescência, quando ela tinha 13 anos e ele, 29 anos. Como abordado anteriormente, foi em um momento um tanto delicado, tendo em vista que ela foi agredida fisicamente pela mãe e, com isso, Betânia resolve não retornar mais à casa para morar. Ela explica que nessa época R. trabalhava embarcado e, tal como outros homens do trabalho *offshore*, se hospedava no condomínio onde ela trabalhava, fazendo limpeza.

Desse modo, conhecer R. demarca um momento de transição na vida de Betânia. Ela aceita entrar num relacionamento objetivando melhores condições de vida para ela e seu irmão – que foi uma de suas demandas, que ele vivesse com os dois –, uma pausa do trabalho doméstico e, possibilitou com que ajudasse também a mãe e os outros irmãos, segundo ela.

[...] 13 anos acabou tudo isso, época que conheci R. Aí ele queria namorar comigo, eu era nova, né? Não sabia. Não sabia esse negócio de namorar. Mas aí eu topei se ele aceitasse meu irmão. Entendeu? Aí eu peguei... Ele pegou e alugou uma casa. Minha virgindade foi em troca dum lugar pra mim e meu irmão. Aí pronto, a gente só se separou quando eu vim pra cá, em 86, eu e meu irmão.

Posteriormente, ela relata que três anos mais tarde, os dois se separaram, tendo a sua mãe biológica um papel importante na sua orientação em procurar os direitos e pensão alimentícia, visto que era muito nova com dois filhos.

A gente separou, eu tinha 16 anos [inaudível]. Aí nessa época minha mãe foi mãe que botou ele na justiça, né? Porque ele foi embora assim e deixou eu, R. e S. dentro de casa, três menores, né? Aí minha mãe botou ele na justiça, me levou, aí eu fiquei ganhando a pensão dele e quando ele viajava, ficamos mais ou menos... Tinha 16, 17... É, 17 anos, tinha dois anos, só que ele ia sempre lá pra casa ver a crianças, me ajudava. E, tipo assim, às vezes nós namorava. Nunca fiquei com ninguém a não ser ele. Aí com 18 eu comecei a trabalhar numa fábrica de castanha e quando ele chegou pra me buscar, eu tava trabalhando, aí quis trazer a gente. Mas pra me trazer, eu tive que ir lá no fórum, com medo, né? Dele fazer alguma coisa comigo aqui, mas aí ele mandou fechar o negócio da, da pensão lá, pra mim dizer que tá tudo bem, trancar. Aí lá no fórum disseram pra mim não trancar, pra deixar em aberto que pode acontecer alguma coisa aqui. Mas graças a Deus foi tudo bem.

2.2.5. Retorno ao trabalho doméstico remunerado na idade adulta e contextos de trabalho doméstico na atualidade

A partir da reconciliação com R., Betânia com 19 anos e já grávida da terceira filha biológica, juntamente de seus filhos se mudam com R. para Rio das Ostras, por motivos do trabalho deste. Porém, devido a uma situação de adoecimento do seu companheiro, acaba necessitando retornar ao trabalho doméstico. Segundo ela, viu a fome de perto, grávida e com crianças pequenas, acabou se apresentando a uma casa, solicitando ajuda com alimentação e visita ao hospital que o companheiro estava em troca de serviços domésticos. Inclusive, ela revela que permanece fazendo faxina nessa mesma família até hoje.

A fim de saber de como era sua relação com os patrões nos dias de hoje e identificar as relações de poder com os patrões brancos, comecei a questioná-la se havia alguma separação de talheres, comida, etc. nas casas em que trabalha. E então surgiram elementos como: separação de talheres, distinção de alimentação (ela sendo servida comida velha/estragada), quarto de empregada, câmeras e outros, que tendem a demarcar que enquanto uma doméstica, subalterna, Betânia é desumanizada. Portanto, ela não pode compartilhar dos espaços de convívio e nem da

mesma alimentação que os patrões, que estão atentos e vigilantes aos seus passos e qualquer sinal de “insubordinação”. O nosso diálogo deu-se da seguinte forma:

Pergunta: E de separar prato, coisa assim, já aconteceu? Comida?

Até hoje tem uma casa que assim.

Pergunta: Até hoje?

É. Eu tenho uma casa que é na Rua C., que é tudo separado: meu copo, meu prato, meu garfo, minha faca. Trabalho há 26 anos nessa casa. Só vou porque paga bem e eu preciso, né?

Pergunta: E a senhora trabalha o quê? Uma vez na semana lá?

É... era toda semana, duas vez por semana. Agora tô indo de quinze em quinze dias. Aí lá é assim. Entendeu? Mas todo canto era separado [...].

Pergunta: [...] Eles também separam a comida ou só os talheres?

A comida, vamos supor... Eu chego lá, eu levo às vez escondida, né? Que eu tenho o quarto das empregada. Como eles pagam bem, eu tô indo. Aí tem o quarto da empregada que eles [inaudível] as coisas que eu levo. Lá tem câmera e tudo. Lá é assim. Eu fui segunda-feira, então eu ajudo ela a fazer a comida antes de eu pegar na casa. O marido dela gosta muito do meu tempero, né? Então ela faz feijão, faz arroz, carne e tudo. Aí depois ela cata tudinho, aqueles que eu guardei... Vamos supor, segunda-feira eu guardei uns resto de comida, quando eu for daqui a 15 dias, ela pega e tira aqueles ali pra poder eu comer. Só que ela pensa que eu como, mas eu nunca comi. Eu jogo dentro do vaso, nem pros cachorros eu tenho coragem, porque o cheiro é forte. Porque se botasse no congelador dava pra comer, mas sempre foi assim. Eu não tô nem aí porque eu não como mesmo. Aí ela pega e separa. Eu fico vigiando ela comer. Ela esquenta e fica cheirosa. Eu fico vigiando, passando toda hora. Quando ela fala "vem, lindinha, almoçar", eu falo "não, não tô com fome agora, não" pra mim ver ela comer. Então ela sempre come comida que ela fez, tão melhorando um pouco agora... Que ela fez e aquelas velha ela coloca tudo na pia.

Betânia relata, inclusive, determinado dia foi chamada de "fresca" simplesmente por ela ter comido um pedaço do peixe fresco que a patroa cozinhara. E, em mesmo momento, traz na sua narrativa uma reflexão sobre raça, ao analisar as opressões patronais que vivenciou e vivencia até hoje.

É tudo separado, meu prato, meu garfo, tudinho. Até hoje ainda tem gente assim. E nos outros cantos tinha... Mesmo nesse lugar, mas eles separa, aí com certeza, né? Mas eu acho mais que é porque eu era preta, eu acho, não sei, né? Pergunta: Seus patrões eram brancos? Geralmente, eram brancos? Em todo lugar os que precisa da gente é brancos. Pergunta: Mas você chegou a trabalhar na casa de alguém que o patrão é negro? Patroa? Antes quando eu era criança?

Pergunta: Antes ou agora.

Agora eu trabalho. E são os lugares que eu sou mais bem tratada. Deus me livre, hoje não tenho o que falar não. Só dela, mas eu não como mesmo. Num mudo o jeito dela mesmo. São 26 anos lá.

Porém, posteriormente, ela revela que por vezes se sente mal durante o trabalho devido a essas situações que lhe causam estresse.

De vez em quando eu brigo com ela, passo mal. É que eu fico com aquilo, aquela magoa... Uma vez L., não sei se tu soube... Parei ali no postinho, aí me levaram pro... Fiquei no Trauma, que eu não aguentei andar e comecei a ligar. Mas de tanta raiva. Não é raiva...

Pergunta: O que tinha acontecido?

Por causa desse negócio de comida. Pois ela pensar que eu comi... Por que eu não digo pra ela que eu não como? Não, eu não tenho coragem. Todo mundo fica brigando comigo. "Mãe, porque a senhora não fala, mãe?". Aí sabe, eu não tenho coragem, não. Eu deixo ela pensar que eu como, mas eu fico com aquela mágoa.

Pergunta: Ela briga por causa disso?

Não briga, mas deixa ela pensar que eu como. Porque se eu dizer que eu não, ela vai dizer que eu sou metida, sou besta, não sei o que... Aí começa, que a gente discute mesmo. A gente briga mesmo. Às vezes eu deixo ela falando e vou embora, deixo lá tudo por fazer. Fico três mês sem voltar, entendeu? Aí a última vez agora, eu fiquei 6 meses, mas o filho dela teve... Quebrou a perna, teve pino, um monte de coisa. Falava que ela só falava em mim, aí eu voltei. Ela com cara feia e fui. "Eu não vim aqui por causa de você, não. Eu vim aqui por causa do teu filho", entendeu? Hoje em dia ela tá melhor, mas sempre foi assim, mas só lá, agora nos outros cantos sou muito bem tratada.

Ela aborda também que há pessoas que testam sua honestidade, para ver se ela vai roubar algo, como o caso de um homem que contratou seu serviço e escondia R\$ 50,00 (cinquenta reais) toda vez que ela ia fazer faxina, e ela sempre que encontrava, dava a ele o

dinheiro. Ao perceber a constante frequência disso, Betânia marcou um X na cédula, confirmando que era sempre a mesma e falou ao mesmo para consultar suas referências de experiência e deixou de trabalhar em sua casa.

Relatou-me também situações onde clientes da pousada em que faz diárias acusaram-na de roubo, sendo necessário ser acompanhada de um amigo policial senão poderia ter sido agredida. Ela relata que, inclusive, entregou os criminosos, pois achou dinheiro e objetos durante o trabalho.

A mesma fala também do acidente de trabalho que teve no início de 2023, onde em uma das casas em que trabalhava, caiu do sótão, tendo costelas fraturadas. O motivo da queda deu-se devido à presença de uma escada móvel de acesso ao sótão. Ele revela que havia solicitado algumas vezes para que fixassem a escada, o que não foi feito, caindo junto à escada num dia de trabalho. Isto é, um acidente que ocorre devido à negligência dos patrões no ambiente de trabalho de Betânia, que poderia ter tido outro fim. E a própria Betânia não busca seus direitos pela consideração que tem com a família que *ajudou* sua filha no passado, entretanto a *ajuda* desses patrões pode ser observada criticamente a partir do viés da cordialidade, onde patrões, a partir de um comportamento gentil, tiram proveito para si dos que lhe servem, pois quando mais precisa de ajuda e Betânia sofre um acidente de trabalho cujos responsáveis são os donos da casa, quando precisa se afastar da sua função remunerada, os mesmos não se sensibilizam ou se solidarizam.

Sumiram os meus amigo, né? E onde eu caí, durando cinco mês, eu pedia ajuda, mandava R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Pergunta: Mandava 50 no mês?

É.

Pergunta: E a senhora fazia quantas faxinas lá?

Eu trabalhava lá há 11 anos. No pronto-socorro queria que eu colocasse eis no pau, né? Porque procurar meus direito, porque eu vivo disso, né? E agora como ia ser? Aí eu não quis colocar na justiça não. Aí eles pegaram, mandaram... Sabe quem me ajudou muito? Foi uma mulher que eu trabalho há 28 anos lá da Rua S., me ajudou com meus remédio, me ajudou, eu ia... [...] Mandava alguém ir lá

e ela mandava R\$ 300,00 (trezentos reais) pra mim. Aonde eu não cai foi onde me ajudaram, que aonde eu caí não me ajudou não. E até hoje fica implorando pra mim voltar, que ninguém faz faxina lá como eu, mas eu não tenho coragem. Não sei se tô com trauma da queda ou do tratamento que tiveram comigo, que nem ligar pra saber, mandar mensagem pra saber como eu tô. Então eu não volto, não posso dizer que dessa água não beberei, posso voltar. E sabe por que não botei na justiça? Porque quando descobri o diabetes da G. (filha), eless me ajudaram muito, ela me ajudou muito, então eu sou assim, não esqueço o que as pessoa faz pela gente.

Betânia afirma que, durante a pandemia, pediu a essa mesma patroa cesta básica quando não podia trabalhar por estar com covid-19, mas a mesma alegava que tinha medo de pegar a doença, não se solidarizando. Quando perguntei suas razões para permanecer nesse serviço, ela pontua que gosta do trabalho doméstico, que sabe fazer bem, mas logo reconheceu estar nele, sobretudo, pela necessidade – abordando suas dificuldades de saúde física devido à idade e a falta das garantias do INSS.

2.2.6. “Filhos de criação” de Betânia

Betânia aborda também a “adoção à brasileira” que fez do seu irmão mais novo a pedido da sua mãe no leito de morte no final dos anos 1990. Segundo ela, na época já estava morando em Rio das Ostras, tendo pedido a passagem ao prefeito da cidade naquele momento para retornar à Fortaleza para buscá-lo, tendo este na época ainda quatro anos de idade.

O S. é meu irmão, mas é registrado no meu nome. Minha mãe... Os médicos, o médico da minha mãe ligou, acho que ela deu o número pra... Que só ia descansar em paz depois que entregasse o filho dela, né? Pra mim... Ele tinha quatro ano. Aí eu larguei tudo aqui. Deixei meu filho na casa de um e de outro. R. tinha ido trabalhar na Cuba. Em Cuba.

Pergunta: Cuba país?

É. Foi aí que a gente... Ele passou seis meses lá que a gente fez a nossa casinha. Em Cuba ele ficou em Caracas, negócio assim. E... Aí eu viajei. Pedi passagem ao prefeito, na época do Claudio Ribeiro, ele me deu e fui buscar meu filho. E fiquei com minha mãe lá no hospital. Aí quando vi embora, aí tive que registrar o S., porque ela mandou mentir, né? Assim, dizer que o filho era meu, que eu deixei lá pra ela cuidar, mas eu vim pra cá e eu tava bem. Então, minha mãe tava morrendo, ela mandou eu dizer assim, meu deu as receita dela, entendeu? Aí eu fui no cartório e fiz do mesmo jeito, disse que eu tive em casa, porque se eu dissesse que eu tive em casa eu não tinha que provar, né? Num tem o papel que a gente recebe da maternidade... Aí registrei ele e vim embora por causa dos meu filho que ficaram na casa de um e de outro, né? Aí vim embora com ele. Aí com registro só no meu nome.

De fato, essa não foi sua última “adoção à brasileira”, tendo em vista que nos anos 2000 também registrou como sua a filha de outra parente que faleceu ainda muito jovem, vítima de assassinato – esta filha é a única que ainda reside com Betânia e seu marido.

Eu peguei a G. quando mataram a mãe dela e ela começou a mamar em mim. Eu dei... Criei leite do nada. Que ela queria mamar e eu dizia que num tinha, num dava... Aí fui falar pro médico: "doutor, ela fica chorando querendo mamar...", "e por que você não dá?", "não, doutor, eu não sou a mãe". Aí falei tudinho, "é minha sobrinha, peguei pra mim criar", (e ele diz:) "se existe amor aí, dá pra ela, dá o peito que cria". Aí pronto, não saía leite puro, mas saía o colosso [colostrum]. Só que ela mamou um ano e seis meses em mim.

Nesse sentido, ainda que Betânia tenha enfrentado múltiplas violências ao longo de sua trajetória, abandono parental, pobreza, racismo, solidão, circulação, etc., carregando consigo traumas e dores, segue buscando, tal qual em sua infância, estreitar seus laços de afeto e cuidar de todos a sua volta, familiares ou não. No dia em que visitei a sua casa mesmo, ela me contou que tinha acolhido um amigo de sua filha mais nova, que estava sem ter onde morar, há quase dois anos. Entretanto, tal qual na sua infância, também a carga de responsabilidade e exigências que recaem sobre ela no cuidado familiar ainda é pesado e por vezes causam o seu adoecimento, assim como também contribuem as situações vexatórias e estressantes causadas por aqueles que contratam sua força de trabalho.

2.3. Eugênia

Eugênia tem 55 anos, nascida em São Francisco de Itabapoana (cidade no norte fluminense do Rio de Janeiro). Se reconhece como mulher negra, de pele parda ou “morena”. Ocupou-se do trabalho doméstico por alguns anos de sua vida, sendo filha de doméstica, mas atualmente ocupa o cargo de servidora pública municipal de Rio das Ostras, enquanto agente de saúde (cargo de nível médio). Nos conhecemos em 2019 no trabalho e desde então, venho acompanhando de perto parte da sua trajetória e suas múltiplas responsabilidades. Sempre a vi como uma pessoa muito comunicativa com todos ao seu redor e que media muito bem situações de conflitos no trabalho. Acredito que essas habilidades foram construídas ao longo das muitas experiências profissionais e pessoais ao longo de sua vida, que é cercada por diversos percalços, embora com conquistas consideráveis (e, podemos dizer, mobilidade social).

O período precedente à sua atuação na Prefeitura é caracterizado por uma situação de desemprego. Conforme fomos nos conhecendo, ela me contou que seu último emprego formal tinha sido como bancária num banco estatal, função que exerceu por 15 anos, mas que lá sofreu pressões e assédios, que acabaram contribuindo para um momento de adoecimento mental. A partir dessa saída do banco, abriu um salão no qual atuava como cabeleireira, mas que após algum tempo, acabou não conseguindo dar continuidade e se encontrou numa situação de dificuldades financeiras, chegando a ter que fazer faxinas para uma de suas amigas. Numa das entrevistas com ela, inclusive, relatou-me que foi com o adiantamento do valor de faxinas que conseguiu pagar exames admissionais para tomar posse em seu cargo na prefeitura, algo que ela relata com expressiva gratidão.

Eugênia por um tempo considerável também foi a principal responsável por dois idosos, o avô de sua filha e o tio de seu companheiro. Mesmo quando voltou a exercer função remunerada, teve que organizar seu tempo para dar atenção às demandas dos mesmos, que eram muitas, pois tinham mobilidade reduzida e outras questões de saúde. Vi de perto seu sofrimento com a morte precoce do seu companheiro e do avô da filha e, posteriormente, a separação com o

outro idoso, que foi levado a morar com familiares, frente ao falecimento de seu sobrinho, que era com quem residia oficialmente. Além disso, ela que defende causas ambientais e animais em situação de rua, ainda que não seja parte de nenhuma organização, tendo em determinados momentos até quase vinte animais (entre gatos e cães), também passando por momentos difíceis de perdas de alguns deles.

Eugênia e eu, desde que nos conhecemos, tivemos uma boa relação. Somos próximas e conversamos sobre nossas rotinas e situações de nossas vidas cotidianas. Desde que decidi a minha linha de pesquisa, considerei Eugênia como uma das minhas possíveis pesquisadas porque em um momento de desabafo comigo e outras mulheres negras, ela contou um pouco de sua história e a situação de exploração do trabalho ainda criança quando saiu de casa para trabalhar como empregada doméstica. Sua contribuição ao meu trabalho, ao meu ver, possibilitaria muitas reflexões acerca da realidade social de mulheres negras e pobres brasileiras.

Tivemos dois encontros mais formais. De fato, já no primeiro deles, ela me contou sobre tantos episódios e aspectos da sua vida, tanto pessoal, quanto profissional que poderiam ser problematizados, que fez com que eu percebesse que eu realmente deveria também abordar sobre família no meu trabalho, frente às particularidades de suas experiências numa família interracial. Já no segundo encontro, que marcamos oficialmente, fiz o registro em áudio (aproximadamente uma hora e quinze minutos de gravação).

2.3.1. A família de Eugênia

Quanto ao seu contexto familiar, Eugênia foi a quarta filha de sua mãe branca que teve no total onze filhos(as), sendo registrada pelo marido de sua mãe, que era “moreno de cabelo liso”. No entanto seu pai biológico era um homem negro de pele escura – fruto de um relacionamento breve de sua mãe em um período que esteve separada do seu pai em registro. Num primeiro momento, Eugênia citou que sua cor e não a sua condição de ser filha de outro

relacionamento de sua mãe que influenciava no modo que sua mãe lhe tratava, que sentia ser distinto das(os) demais filhas(os).

Porém, na segunda entrevista, ela abordou isso de uma outra forma, explicando que foi o seu cabelo cacheado, um dos seus traços fenotípicos negros que, de certa forma, a “desmascarou” e fez que o pai em registro percebesse que ela não era sua filha, pois apesar do mesmo ser negro de pele clara semelhante a ela, possui cabelo liso. As outras filhas e filhos além de terem a pele mais clara ou branca, tinham o cabelo mais próximo ao liso. Assim, seu pai em registro começou a expressar demasiada rejeição a ela, que teve como consequência o afastamento de Eugênia da sua família por determinado período.

Eugênia por vários anos acabou tendo que morar com sua avó materna, pois sua família se mudou de casa, mas o pai em registro não queria que ela fosse junto. Ela recorda que ficou até os seis ou sete anos (não sabia ao certo) vivendo com sua avó, até que voltasse a viver com sua família nuclear, pois estava entrando em fase de ir para a escola.

Tanto em diversas conversas informais, quanto nas duas entrevistas para a minha pesquisa, sentia que Eugênia expressava uma certa angústia e indignação sobre o seu passado, tanto ao que se refere à sua entrada prematura no trabalho doméstico, quanto familiar, em particular, quando fazia alguma menção à sua mãe

2.3.2 Entrada no trabalho doméstico aos nove anos *por opção?*

Na primeira entrevista, ao me contar o contexto de sua inserção no mercado de trabalho doméstico, explicou-me que começou a trabalhar aos nove anos de idade em casas de família, segundo ela, por opção, pois tinha uma família grande, com vários irmãos e na casa familiar não tinha condições suficientes para garantir alimentação e educação adequada à família que vivia na roça. Assim, com pouca idade pensava em trabalhar para levar um pouco de comida para casa e

ajudar a família. Se analisarmos em termos das leis de hoje, a idade em que Eugênia entrou no trabalho doméstico remunerado configuraria trabalho infantil.

Eugênia relata que sua infância é marcada por sentimentos de solidão e rejeição, pois todas(os) suas irmãs e irmãos (todos brancos) são filhos biológicos da mesma mãe (branca) e pai (que ela denomina de “moreno de cabelo liso”). No entanto, ela atribui a relação duradoura da mãe e do pai em registro devido a uma relação de dependência da mãe, que não teve acesso a estudo e oportunidades, mesmo frente a situação de vício em álcool que seu pai possuía.

O meu pai bebia cachaça a semana inteira, quando chegava o dia que ele recebia sábado, ele ficava no botequim, o dinheiro ficava lá e a gente ficava sem comer.

Eugênia disse que seu relacionamento com suas irmãs e irmãos era bom, mas que percebia que era diferente dos demais, devido ao tratamento que recebia dos tios e, sobretudo, da mãe e do pai em registro. Ela relatou que alguns tios a chamavam de “nega beiçola” devido aos seus traços fenotípicos negros. Já quanto ao pai, ela percebia que ele tinha preferência pela filha mais velha que ela entendia que era por ser branca e dos cabelos claros – já ele não expressava carinho por ela. E quanto à mãe, Eugênia enfatizou não lembrar de momentos de afeto/carinho entre elas, mas lembra somente de um tratamento rígido e ríspido exclusivamente com ela, sendo a única dentre filhas e filhos que recebia castigos físicos da mãe, no qual detalha:

Até por parte da minha mãe eu sofri uma rejeição que ela também me tratava com diferença da maneira que tratava meus outros irmãos. Tanto é que na hora que a gente fazia... Todos faziam bagunça, ela batia só em mim, ela não batia nos outros. Então, é... Eu sempre sofri essa diferença. Eu não tenho lembrança da minha mãe fazendo um carinho em mim, me abraçando, me beijando, coisa de mãe, não... Sempre me tratando com ríspidez, com grosseria. É... grosseria da ignorância dela, né? Não é que ela fosse malvada, que quisesse me fazer mal, mas ela achava que educando daquela maneira ela ia fazer bem ‘pra’ mim, né? Me tratando com rigidez... Me corrigindo com... Batia? Batia, né? Com mão, com beliscão. Beliscava, aquele beliscão torcido que doía. Enfim... Eu amava porque era minha mãe, mas eu sentia que era tratada com diferença realmente por conta de eu não ser igual aos meus irmãos.

Quando Eugênia me disse que resolveu trabalhar na infância “por opção”, fiquei um tanto pensativa por uma criança já se sentir responsabilizada pelo cuidado da família frente a escassez da alimentação e das vestimentas, por ser uma carga bastante pesada. Questionei-me se isto deveria ser uma forma de Eugênia enquanto criança tentar demonstrar funcionalidade ou utilidade para a sua família, pois se ela tinha a constante sensação de desprezo da mãe, talvez se mostrar útil lhe traria a possibilidade de conquistar algum afeto da mesma – e me questiono se isso modificou a forma como a mãe a olhava.

Uma frase de Eugênia que ficou forte nos meus pensamentos foi: “Eu me sentia, assim, rejeitada... Tanto é que eu saí de casa, né? Porque era um ambiente que eu não era feliz ali”. Isso me levou a pensar na agência de Eugênia enquanto criança. Anete Abramowicz (2018), que discorre sobre a Sociologia da Infância, aborda que crianças têm agência e também têm papel na dinâmica social e na transformação da história. Portanto, mediante às suas condições de vida precárias, a dor da rejeição e do racismo intrafamiliar, Eugênia agiu em tentativa de uma vida “melhor” que a estava tendo, algo que para ela aos nove anos poderia parecer insustentável.

2.3.3. Condições de trabalho de Eugênia

Eugênia afirmou que não recebia salário diretamente em todas as casas, mas que às vezes sua mãe ia até a casa em que trabalhava pedir algo para a família (alguma alimentação, por exemplo) e relatou que em uma casa trabalhou intensamente da hora de acordar até a hora de dormir, sendo ela ainda criança responsável pela limpeza de dois imóveis da mesma família, mas que ao fim de seis meses, tudo o que ganhou apenas o suficiente para comprar doces, uns gibis e mandaram-na escolher uma calça jeans. Ela entende hoje que vivenciou trabalho análogo à escravidão, expressando tal compreensão quando repetiu isso em alguns momentos do nosso diálogo.

Eugênia também relatou-me ter tido sempre uma relação boa com as mulheres donas das casas, por mais difíceis que fossem, mas enfrentou problemas com os maridos, relatando situação de tentativa de abuso sexual cometidas por dois patrões diferentes, ambos brancos, sendo algo que mexe muito com ela ainda hoje, sendo um deles um idoso de 63 anos na época, enquanto ela tinha 10 ou 11 anos. Nessa época estava em situação mais vulnerável, sem ter como sair na hora que quisesse da casa e nem como compartilhar tal fato com a dona da casa, por medo. Só depois de algum tempo que conseguiu mudar de residência de trabalho, convivendo com medo até então.

Eugênia relatou que até, aproximadamente, os 16 anos trabalhou como trabalhadora doméstica em várias casas, uma seguida da outra, sob a lógica da precariedade, do trabalho análogo à escravidão. Mas ainda assim, no nosso breve encontro, relatou-me alguns momentos em que conseguia ser feliz, a exemplo de quando os patrões tinham filhas para brincar juntas. Ela explica que só ao engravidar de sua filha e mudar-se de Campos dos Goytacazes para Rio das Ostras, que parou de atuar na função e teve novas experiências de trabalho. Mas em outros momentos da vida teve que recorrer ao trabalho doméstico (fazer faxinas) para sua sobrevivência em situações de desemprego formal já na idade adulta.

2.4 Relatos das interlocutoras sobre comensalidade e o quarto de empregada

No que diz respeito às experiências das minhas interlocutoras nas casas de família, todas me relataram direta ou indiretamente um excesso de carga de trabalho, tendo jornadas exaustivas. A exemplo disso, Eugênia enfatizou que em determinada casa *acordava às 6 horas da manhã e trabalhava o dia inteiro*. Maria, de modo semelhante, relembrou que *era muito serviço, levava o dia inteiro*. Nesse sentido, em suas narrativas pude observar dois elementos pertinentes à compreensão de como é estabelecida a relação de poder entre patrão/patrãoa e empregadas, são eles: o quarto de empregada e a comensalidade.

Quanto ao espaço físico das residências, as três relataram a existência do quarto de empregada em alguma(s) das casas que trabalharam. O quarto de empregada materializa o racismo de patrões na medida em que delimita os espaços que as empregadas poderiam transitar no momento em que não estivessem em serviço, segregando esses sujeitos. Isso mostra que mesmo vivendo sob o mesmo teto que os patrões, empregadas não podem se sentir mais que meras mão de obras, não podendo ter o mesmo conforto (mesmo que temporariamente) que empregadoras(as). Reforça, portanto, o lugar subalternizado da trabalhadora doméstica.

Outro ponto que me chamou atenção trata da distinção da alimentação entre patrões e empregadas, como explicita Eugênia: *Eu comia depois que os outros comiam. Eu comia restos, assim, que sobraram, eu comia.* E Betânia: *A gente só comia se sobrava.* Em contexto mais recente, Betânia explicou que em casa que ainda trabalha fazendo diárias, a patroa não permite com que coma a comida feita no dia, mas reserva para ela restos de comidas velhas. Ela como percebe essa prática, evita comer no trabalho, ou come algo que traz consigo de casa para aguentar o dia todo de faxina.

Como explica Aline Lopes Murillo (2016), há antropológicos (como David Scheiner) que se opõem à prática de considerar que laços de parentesco são constituídos biologicamente, quando, na verdade, o parentesco é uma construção social. Assim, a ideia de *relatedness* (que poderia ser traduzido enquanto relacionalidade) se refere às ações empenhadas dentre aqueles que convivem, estando dentre elas, a comensalidade.

Se observamos então as narrativas de Eugênia e Betânia sobre a dinâmica de comensalidade nas casas que atuavam como trabalhadoras domésticas, perceberemos que o ato de comer e sua dinâmica (como, onde, o que, com quem e quando) poderia ser observada enquanto uma prática onde patroas e patrões buscam reforçar sua posição superior. Isso porque delimita-se que essas trabalhadoras não podem compartilhar momentos à mesa, se alimentar juntamente à família empregadora, justamente pelo valor simbólico dessa prática, pois a comensalidade é comum aos semelhantes, parentes e aqueles que possuem vínculos. E ainda algumas empregadoras(es), mesmo que usem a roupagem da cordialidade, não querem que estas trabalhadoras domésticas percam de vista o seu lugar de inferior.

CAPÍTULO III – ABANDONO E SOLIDÃO DE MULHERES NEGRAS

Neste capítulo, o intuito é abordar alguns fenômenos que se expressam em trajetórias de meninas e mulheres negras, sobretudo, aquelas vulnerabilizadas socialmente, como o abandono na infância, a criação por terceiros, a maternidade solo, os traumas geracionais, a solidão e a sobrecarga de trabalho e mental que encontram ao longo de suas vidas. Para isso, uso como referência além de arcabouço teórico, as experiências das minhas interlocutoras.

Quando reflito sobre a rejeição familiar e/ou abandono vivenciado por mulheres negras na sua infância, não reflito apenas sobre essas experiências na vida das minhas pesquisadas, que são permeadas de racismo familiar, machismo, pobreza, mas também a partir de um olhar mais amplo, ainda que as particularidades desses sujeitos e o olhar que busca englobar a universalidade tenham muito em comum.

Embora a família deva ter uma responsabilidade com o cuidado e proteção das crianças, a partir de uma perspectiva de gênero, é perceptível que devido à maior responsabilização da mulher com seus filhos e a romantização da maternidade, a dor maior das filhas abandonadas é com relação às suas mães e, além disso, a própria sociedade tende a julgar e culpabilizar as mães que abandonam, desconsiderando fatores e condicionantes que fizeram essas mulheres tomar essas decisões.

Há casos em que mulheres se veem em situações tão adversas que deixam seus filhos para serem cuidados por terceiros na tentativa de garantir uma condição de vida melhor em outro lar. Acontece que, como veremos ao longo do capítulo, estar na condição de “filha de criação” costuma ter outro significado para famílias que acolhem essas crianças, requisitando delas trabalho, para tanto, também discorro sobre esse tema.

Trato ainda sobre a maternidade solo, que é uma condição que atinge majoritariamente mulheres negras, que é um dos fenômenos que elucidam a solidão que se encontram nesta sociedade, e pode ser observada enquanto uma opressão interseccional, ao passo que são vistas

como inferiores às mulheres brancas não só no mercado de trabalho, mas também nos relacionamentos afetivos. Portanto, vivenciam dificuldades para cuidar sozinhas de seus filhos e trabalhar para sustentar suas necessidades básicas, necessitando, muitas vezes, de apoio/suporte de outras mulheres negras ao passo que lidam com o olhar moralizador da sociedade, que julga o modo que cria seus filhos, seus relacionamentos, etc.

3.1 Por trás da rejeição e abandono de meninas negras

Durante a pesquisa de campo, duas pesquisadas, Eugênia e Betânia, relataram sentimentos de rejeição e/ou efetivo abandono da família nuclear. Através de suas narrativas, pude perceber o não pertencimento ao lar (família nuclear) e o sofrimento de distintas formas de violências no interior e em decorrência de suas famílias à medida em que tiveram infâncias desprotegidas e tiveram que se submeter ao trabalho doméstico (em grande período não remunerado e em condições análogas à escravidão) para garantir suas sobrevivências. No entanto, pude perceber que ambas as pesquisadas enfatizam mais uma angústia com relação às suas respectivas mães, que suponho vir da expectativa do amor e cuidado incondicionais atribuídos à maternidade socialmente.

Thassia Souza Emidio e Francisco Hashimoto (2008) que discorrem a respeito do amor materno pontuam que até o século XVIII as mulheres tinham filhos exclusivamente para a existência de herdeiros, havendo pouco contato entre mães e filhos (sendo os mesmos de cuidados por amas), dificultando a criação de vínculos de afeto. Porém isso é algo que muda com a industrialização.

(...) A preocupação primordial era com a sobrevivência das crianças, fator que interessava ao Estado, pela necessidade de mão de obra para as recém criadas fábricas. Desta forma, surgiu o discurso que se fundava na felicidade e igualdade e as promessas de obtenção de cidadania para as mães que assumissem seu papel. Algumas mulheres perceberam que desta maneira adquiriam uma

importância e poderes que jamais tiveram na sociedade, em uma “atividade” que os homens jamais poderiam exercer; e então passaram a assumir esse papel, construindo o papel da mãe dentro da sociedade e dando a este sentimento de ‘amor materno’ o sentido esperado pelo Estado, isso proporcionou a queda da mortalidade e o aumento da natalidade e também o sentido esperado por elas que passaram a dedicar a seus filhos um amor que se tornou inquestionável e deu à palavra mãe um sentido amplo e sempre associado a sentimentos positivos (EMIDIO; HASHIMOTO, 2008, p. 29).

Taiane Alves de Lima (2021) complementa explicando que na França no fim do século XVIII, o Estado passa a perceber pessoas como rentáveis ao Estado, devido ao trabalho assalariado, portanto, passa a interferir na criação dos filhos e responsabilizar as mães diretamente com a educação e cuidado dos mesmos. Isso modificou a noção de maternidade, concedendo determinado prestígio para aquelas mães que se dispusessem a se ocupar do cuidado de seus filhos e filhas, substituindo o trabalho feito pelas escravizadas (BADINTER, 1985 apud LIMA, 2021). A valorização da maternidade, por conseguinte, é direcionada às mulheres brancas de classes abastadas.

A mulher europeia, branca e burguesa do final do século XVIII, portanto, viu, na maternidade, a constituição de uma ação valorativa e a perpetuação do Estado nacional e da família tradicional burguesa. Esse empreendimento é totalmente diferente da experiência da mulher negra que vivenciou a negação da maternidade, segundo esses parâmetros, porém, é inegável que o discurso do amor materno e da obrigatoriedade da maternidade recai sobre a vida de todas as mulheres, sejam elas negras, brancas e das mais diferentes classes sociais. (LIMA, 2021, p. 26).

Na verdade, a maternidade negra durante o período escravocrata sequer era reconhecida, pois mulheres negras eram consideradas a partir da rentabilidade dada aos senhores por meio da exploração do seu trabalho, tal qual suas filhas e filhos, além de reproduutoras de mais pessoas escravizadas. É preciso abordar inclusive que com a abolição da escravatura, “os filhos dessas mulheres já não eram mais mercadorias, mas sim indivíduos que dificultavam o desenvolvimento de um novo sistema econômico e retratavam a pobreza e a miséria sistematizadas” (idem), o que

contribuiu com a naturalização e/ou negligência com a contínua violência e genocídio do povo negro.

Se por muito tempo a negra esteve como a figura da ama, que teve que priorizar as necessidades do filho da mulher branca, hoje é também a mulher negra que está em maior número dentro de casas de família na figura da trabalhadora doméstica, responsável pela limpeza do lar e cuidado da casa de uma maioria branca. Embora ainda hoje mulheres lutem por equidade de gênero num mercado de trabalho também elitista e emaranquecido, ainda há uma luta dentro de casa, que provoca tensão entre a vida profissional e pessoal/familiar de mulheres.

Na contemporaneidade, podemos observar que faltam políticas públicas que possibilitem com que mulheres possam disputar vagas de emprego e cargos de lideranças com homens, mas há muito que se mudar no pensamento da sociedade que ainda moraliza e romantiza a maternidade, ao passo que não faz o mesmo com homens em sua paternidade. Pois, como explicam Thassia Souza Emidio e Francisco Hashimoto:

A mulher só era vista como mulher em seu sentido completo quando tinha filhos. Desta forma, a maioria das mulheres tinha, em seus planos e ideais o casamento e os filhos como prioridade, para que um dia pudessem se sentir mulheres, no sentido do ideal social construído para elas (EMIDIO; HASHIMOTO, 2008, p. 30).

Desse modo, mulheres brancas e negras independentemente do modo como criam seus filhos, da classe social, etc., lidam com constantes frustrações entre escolher família ou trabalho, isso porque ser boa mãe e esposa implica executar as tarefas domésticas e cuidados com os dependentes, algo que não ocorre com os homens, que socialmente é visto como provedor e, portanto, tem como prioridade o trabalho, ainda que tente “ajudar” em casa. Uso ajudar porque muitas das vezes, ainda que em lares de casais heteronormativos ambos trabalhem fora, é comum que o homem ainda acredite que as tarefas domésticas são maiores ou totais responsabilidades femininas que não conjuntas de todos que vivem no lar, portanto, é comum que mulheres inseridas ou não no mercado de trabalho estejam sempre sobre carregadas mental e fisicamente.

Quando pensamos na questão do abandono e rejeição que meninas/mulheres negras vivenciam em suas vidas familiares, é preciso considerar que podem haver múltiplos fatores envolvidos, que necessitam uma reflexão mais aprofundada. Acontece que quando direcionamos o nosso olhar sobre a questão das mães que abandonam filhas ou “mães abandonantes” (nos termos de Camila Fernandes (2017)), é preciso que tenhamos certos cuidados e nos desprendamos de certos pré-julgamentos ao analisar a realidade social desses sujeitos que pode ser mais complexa do que supomos.

Podemos pensar que ainda que Eugênia e Betânia tenham se sentido rejeitadas por suas mães e famílias, reconhecendo ou não um fundo racial nessas relações, concluí que ele está ali posto mesmo que somados a outros condicionamentos e particularidades, em face à análise dos diálogos que tivemos durante a pesquisa. Todavia, compreendendo que analiso apenas as narrativas e memórias das interlocutoras e não as de suas mães, não há como considerar o todo. Portanto, minha reflexão se dá a partir de fragmentos.

Por outro lado, minha mãe não cita abandono ou sentimento de rejeição, ainda que tenha vivido longe da sua mãe por anos. Acredito que ela tenha a percepção que o distanciamento entre elas não foi em detrimento de um abandono proposital, mas imposto pela família. Embora, a tia e a prima da minha mãe, em teoria, tenham se responsabilizam por ela, considerando-a como filha e irmã *de criação*, observaremos que a relação entre elas foi mais de exploração do trabalho e financeira que, de fato, fraterna. Ainda assim, pode ser que minha avó Luiza seja considerada uma mãe abandonante aos olhos da sociedade, se não forem considerados os pormenores.

Contudo, analisando os fragmentos de memórias de infância de minha mãe, os escritos de Camila Fernandes (2017) me fizeram muito sentido, ao passo que quando a autora analisa as mães abandonantes busca não só a partir da História, mas também rememora fábulas, que expõem diversas narrativas de abandonos de mães desesperadas, seja para garantir a vida e bem-estar de seus filhos ou mesmo a possibilidade de uma vida com melhores condições objetivas em casos de mães que enfrentam a pobreza.

Um exemplo dado pela autora é “Roda dos Expostos” (conhecida na Idade Média; já no Brasil é vista a partir do século XVIII). Se tratava de uma caixa de madeira giratória presa a alguma instituição onde crianças rejeitadas por diversas razões poderiam ser colocadas, sendo garantido o seu cuidado e anonimato às mães. Fernandes (2017, p. 166) explica que “historiadores também afirmam que, no Brasil, muitas mulheres buscaram a Roda para evitar que seus filhos vivessem no regime da escravidão. “Abandonar” era, nesse sentido, um gesto para evitar que a criança sofresse futuras agruras decorrentes do sistema colonial”.

Dessa forma, pensar o abandono requer um cuidado analítico justamente porque se trata de uma expressão da questão social. Até porque muitas mulheres e mães em outras condições de vida, com rede de apoio e quando não há riscos ao bem-estar físico da criança não deixariam seus filhos. Remetendo novamente à minha avó Luzia, penso que cabe a mim pontuar que embora não tenha sido uma relação de abandono afetivo, porque minha mãe recorda da minha avó semanalmente visitá-la, houve um distanciamento entre elas. Não consigo, nesse sentido, afirmar que o abandono da minha mãe é similar às das outras pesquisadas, justamente por minha mãe não se sentir abandonada, mas magoada pela insistência em ser levada para longe de sua mãe e, segundo, por pensar que talvez a vida de ambas seria ainda mais difícil caso não cedessem às imposições da família extensa, sobretudo, no contexto do Maranhão na década de 1960.

3.2. Mães solos negras

A necessidade de observar a figura da mãe solo no trabalho me aparece no campo, quando, ao entrevistar minha mãe, Maria, ela me relata que era filha de pai desconhecido. A aus  cia desse homem provedor e respeitável aos olhos da sociedade patriarcal refletiu-se nas vidas de sua mãe, minha avó Luzia e dela própria, que foram alvos de violências simbólicas e materiais por parte de familiares. Percebi que a questão da maternidade solo de minha av   foi abordada com muita cautela pela minha mãe pelo peso moral que    para mulheres serem mães

sem um companheiro, principalmente, por ter sido tratado como um tabu pela sua família extensa, até porque se mulheres, sobretudo negras, nos dias de hoje, têm sua sexualidade regulada e são estigmatizadas na maternidade solo, imagine nas décadas de 1950 e 1960, período da infância da minha mãe.

Claudia de Faria Barbosa, Edmeire Oliveira Pires e Maria de Fátima Araújo Di Gregório (2023) se debruçam-se sobre o tema das mães solo. Elas explicam que, mesmo que sejam diversos os fatores que contribuem para a existência de família monoparental, mulheres ainda são ainda as maiores responsabilizadas a esta configuração familiar. Mesmo que a família monoparental tenha sido reconhecida enquanto detentora de direitos pela Constituição Federal de 1988, prevalecem na sociedade discursos discriminatórios que reafirmam a família tradicional. Por conseguinte, “ainda persiste no imaginário social e visão patriarcal autoritária e conservadora de que mulheres são cuidadoras da família. Mentalidade geradora de sobrecarga e do impasse entre maternidade e carreira profissionais” (BARBOSA; PIRES; GREGÓRIO, 2023, p. 30).

Quando observamos os dados apresentados pelas autoras baseados em algumas instituições de pesquisa, percebemos que as famílias ditas como tradicionais, nucleares e heteronormativas (mãe, pai e filhos) já não representam maioria: famílias biparentais em 2012 já correspondiam a 49% dos domicílios; em 2022, 50,8% dos domicílios eram chefiados por mulheres¹³, sendo que mulheres negras representavam aproximadamente 21,5 milhões dos lares monoparentais (56,5%) e mulheres não negras, 16 milhões e 600 mil (43,5%) dos domicílios (IBGE, 2018; DIEESE, 2023 apud BARBOSA; PIRES; GREGÓRIO, 2023). Diante disso, famílias na contemporaneidade não podem ser pensadas a partir de um modelo familiar generalizante, mas devem ser analisadas com suporte da teoria interseccional para que sejam apreendidas as particularidades e demandas de cada configuração familiar.

Outro dado pertinente apresentado por essas autoras e divulgado Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM, 2019 apud BARBOSA; PIRES; GREGÓRIO, 2023) a partir de

¹³ Independente da composição familiar, tal dado se refere aos lares que tinham mulheres como principais responsáveis. Isto significava 38,1 milhões de lares chefiados por mulheres e em contrapartida, eram 36,8 milhões de lares chefiados por homens (idem).

censo escolar aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (divulgado no ano de 2013): 5 milhões e 500 mil era o número de crianças brasileiras que não possuíam reconhecimento paterno na certidão de nascimento. Refletir sobre esse dado me faz pensar que enquanto mulheres são incentivadas desde pequenas à se dedicarem à esfera privada, à casa e aos filhos¹⁴, homens não são incentivados à afetividade, é incentivado ao progresso da sua vida profissional e outras realizações.

Mulheres e homens não são cobrados do mesmo jeito quanto à criação dos filhos e a própria sexualidade. Os relacionamentos das mulheres, sobretudo, das que têm filhos são constantemente moralizados, o que não ocorre com homens. É comum, por exemplo, ouvir histórias de homens que orgulhosamente afirmam possuir filhos em várias regiões que visitou, como se isso reforçasse sua masculinidade, e pouco se questiona quais são as condições de vida dos mesmos. Por outro lado, é comum a estigmatização de mães solas que possuem suas maternidades e vidas sócio-afetivas constantemente julgadas. A sociedade que reforça valores patriarcais, nesse sentido, contribui com a naturalização do abandono paterno.

Taiane Alves de Lima (2021) também aborda a temática da maternidade solo, com recorte em mulheres negras de Fortaleza (CE) e região metropolitana. Ela aponta que a substituição do termo “mãe solteira” por “mãe solo” começa a ocorrer a partir da demanda de feministas de nova geração que se engajaram nesse debate através das redes sociais. “Portanto, ser mãe solo seria para além do estado civil, estando mais relacionado a um estado emocional, no sentido de carregar para si uma experiência de uma maternidade solo” (LIMA, 2021, p. 8). A autora ainda acrescenta que outro termo que vem sendo utilizado trata-se de “mulheres chefes de famílias”, no entanto, ressalta:

Em outras palavras, “chefes de família” se referem a quem é o provedor ou a provedora do ambiente familiar, sem adentrar, por vezes, nos sentidos, símbolos e significados para as vidas das mulheres que, em suas histórias, são marcadas por serem mães solo. Assim

¹⁴ Através das brincadeiras socialmente atribuídas a meninas (como brincar de boneca, com brinquedos que imitam utensílios domésticos, etc.), são disseminados valores do cuidado com filhos e casa, bem como são transmitidas ideias do “amor incondicional”.

sendo, esse termo não está entrelaçado a questões culturais e subjetivas, tais como as emoções, os sentimentos e/ou dificuldades de se criar um filho sem a presença paterna ou de uma rede de apoio (LIMA, 2021, p. 9).

Quando tratamos de estatística, observamos que não coincidentemente mulheres negras compõem o grupo de mulheres que em maior parcela é mãe solo. Trata-se de um pensamento prevalecente no imaginário social que a partir da absorção de valores patriarcais e racistas, tendem a estigmatizar e objetificar negras, como se elas não fossem dignas de relacionamentos estáveis, mas, por outro lado, faz com que elas sejam as maiores vítimas de violência sexual.

Ilzver de Matos Oliveira e Nayara Cristina Santana Santos (2018) discorrem, nesse sentido, que o racismo influencia as escolhas afetivas, tanto por reduzir mulheres negras a estereótipos (como de não serem confiáveis devido à suposta “sexualidade exacerbada”) como pelo fato de se distanciarem do padrão de beleza branco. Oliveira e Santos (2018) também observam que é comum que homens negros quando conquistam determinada ascensão social, tendem a se relacionar com mulheres brancas em detrimento a negras. Ao apoiarem-se em três diferentes pesquisas brasileiras que tratam da questão da nupcialidade de pessoas de negras e negros em épocas variadas no país, constatou-se os seguintes fatos: brancas são as que mais se casam; negras as que mais ficam solteiras e/ou se casam mais tarde, bem como representam maior número entre viúvas e separadas; e que negras de pele clara casavam-se mais que negras de pele escura (BERQUÓ, 1987; SILVA; 1987; PETRUCCELLI, 2001 apud OLIVEIRA; SANTOS, 2018). Portanto, mesmo que muito se escute sobre “gosto pessoal” para relacionamentos, sofremos influência do meio que vivemos, das pessoas que convivemos, a instituições que fazemos parte, a mídia, etc. Dizer que há preferências com “clarinhas” ou “branquinhas”, portanto, não é um gosto pessoal, também não é um gosto pessoal a prática comum de pessoas de relacionarem casualmente com pessoas negras, mas só “assumirem” pessoas brancas.

Apesar de parecer que as escolhas afetivas estão circunscritas à vida privada, indubitavelmente, é impossível negar que o regime escravocrata que durou

quase quatro séculos (e nele compreende-se anos de torturas, humilhações e violências de toda ordem) não tenha afetado a nossa percepção do que é virtuoso, belo e digno de amor. As dimensões da vida em sociedade estão contaminadas pelas influências econômicas, políticas e culturais das ideologias dominantes. É no interior da cultura que os significados são adquiridos, não vivemos em uma bolha social e somos afetados direta ou indiretamente pelo que é reproduzido nas novelas, nos filmes, no mercado publicitário, no mundo da moda. As nossas visões e concepções de mundo são produzidas socialmente (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p. 16).

Outro ponto que precisa ser abordado no que se refere à maternidade solo é a estigmatização dessas mães. Algumas vezes ao longo da minha vida vi homens rejeitarem e tratarem com desdém mulheres exclusivamente por terem filhos. Hoje, com ascensão de movimentos de homens *red pill*, *incel*, etc., é possível observar a enxurrada de discursos de ódio e discriminatórios (machistas, etaristas, gordofóbicos, racistas, etc.) direcionado às mulheres em redes sociais. Fomenta-se, portanto, discursos que subalternizam mulheres aos homens, ditando como elas devem ser e se comportar, e, de certo modo, hierarquizam mulheres a partir de como se encaixam ou não nos pré-requisitos, isto é, se são consideradas ou não mulheres “de valor”. MÃes solo são constante alvos desses grupos.

Estas mulheres ainda vivem sob pressão e sobre carregadas. Precisam dar conta do cuidado de seus filhos ao mesmo tempo em que precisa garantir o sustento familiar, às vezes sem nenhum apoio do genitor e pouca ou nenhuma garantia do Estado. Nesse sentido, Barbosa, Pires e Gregório (2018), reforçam a importância das redes de apoio para essas mulheres (pais, colegas de trabalho, amigos, etc.) e explicitam que tanto a romantização da maternidade, quanto os estigmas que essas mulheres enfrentam quando se relacionam afetivamente tendem a prejudicar sua saúde mental e emocional dessas mulheres. E concluem:

(...) Constatou-se que os elementos diferenciadores da família monoparental feminina podem gerar preconceitos e exclusões aos membros destes grupos. Estes preconceitos se materializam em falta de oportunidades profissionais e acadêmicas, diminuição de interações e sociabilidades, do círculo de amizades, restrição a alguns espaços públicos, menores chances de relacionamentos

amorosos e exclusão de rotina de atividades coletivas como esportes, lazer, movimentos políticos ou religiosos. Dessa forma, a condição impacta nas carreiras e formações, ao tempo em que aloca estas mulheres em uma situação mais propensa à vulnerabilidade social e precariedade impedindo, ou no mínimo adiando processos emancipatórios acadêmicos ou profissionais e afetando a autoestima (BARBOSA, PIRES, GREGÓRIO, 2018, p. 35).

3.3 Circulação de crianças e filhas de criação

Compreendendo que as minhas interlocutoras, cada uma em função dos condicionamentos enfrentados em suas vidas, tiveram algum distanciamento espacial ou rompimento de vínculo com os pais biológicos, tratarei ao longo deste item sobre a prática de circulação de crianças negras, que por vezes ocorre mediante a chamada adoção à brasileira (o conhecido “pegar para criar” sem ser por via legal).

A definição de circulação que trato neste item é a mesma utilizada por Márcia Milena Pivatto Serra (2003, p. 229), que define que “a circulação de crianças pode ser também descrita como um fenômeno migratório, já que implica um movimento de um lar para outro. Podemos dizer que, ao circularem, as crianças “migram” de uma família para outra”. Uma das críticas é a crença de famílias “adotivas” a um suposto ““dever”” de contraprestação da criança ‘adotada’” (AZEVEDO, 2017, p. 33), isto é, oferecendo o básico para a “criação” em troca de força de trabalho no campo e/ou nas atividades domésticas, recebendo tratamento diferente de filhas e filhos biológicos.

Relembrando o debate feito há pouco quando abordei sobre a relação de meninas negras com o abandono, reforço que não há como generalizar ou culpabilizar apenas as mães “abandonantes” dessas meninas, primeiramente, porque não é exclusiva às mães as responsabilidades com a criação de seus filhos. E segundo, por ter em vista que a ausência de condições materiais contribui para que famílias tomem determinadas decisões (que a sociedade julga imorais) que possibilitem maiores chances de sobrevivência.

Como afirmam Mônica Araújo Gomes e Maria Lúcia Duarte Pereira (2005, p. 359), “para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade”. Sobretudo, se pensarmos que décadas atrás, onde ainda não existiam determinadas políticas sociais que existem hoje – como o caso de políticas de transferência de renda, que embora de valor baixo, faz diferença para aqueles nos extratos mais baixos da sociedade.

A partir de Priscila Gomes de Azevedo (2017) em sua tese intitulada “Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais”, podemos perceber que há uma hierarquia de gênero que considera as atividades tidas como masculinas, no campo, enquanto trabalho e as atividades desempenhadas por mulheres sendo consideradas como serviço, onde filhas de criação tendem a serem demandadas a desempenhar o serviço da mãe e os filhos de criação, o trabalho do pai. E, além disso, destaca:

No caso dos filhos de criação que observei, tanto homens, quanto mulheres, a “relação servil” é socialmente naturalizada como inerente à experiência filho de criação. Salvo criteriosas exceções, para manter vivos os laços de familiarização, os filhos de criação devem cuidar dos pais até a morte (AZEVEDO, 2017, p. 47-48).

A autora aborda tanto a responsabilização que recai mais para filhas de criação quanto ao cuidado dos pais “adotivos” em seu envelhecimento, e em determinados casos esposas dos filhos de criação homens, tendo em vista que o cuidado é tarefa considerada feminina socialmente. Azevedo (2017) ainda relata que quando se trata de filhos e filhas consanguíneos, há a figura da filha que não se casou.

Embora outras, senão todas, filhas participem do cuidado, é sempre de modo desigual, cabendo à filha que não casou a obrigação. É importante destacar que não se trata apenas de não se casar, mas de não estudar na mesma proporção dos irmãos, de não trabalhar fora, de ser dependente financeiramente e de coabitar a casa dos pais (AZEVEDO, 2017, p. 77-78).

Márcia Milena Pivatto Serra (2003) nos traz várias informações pertinentes para se pensar a circulação de crianças no Brasil: primeiramente, observa a partir de dados da década de 1990 que crianças maiores e filhos meninos tendem a ser mais acolhidos pelo pai que meninas e crianças pequenas/bebês, o que a autora analisa como a possibilidade de homens/pais terem dificuldades em cuidar de crianças pequenas e meninas sem a presença de uma mulher; e segundo, aborda o fato de meninas serem mais acolhidas por pessoas fora do contexto familiar que meninos, o qual analisa tal informação enquanto uma expressão de uma prática comum que é de “pegar meninas para criar” com intuito de utilizar sua força de trabalho no trabalho doméstico. Segundo a autora, “tal proporção pode estar indicando um tipo de trabalho doméstico infantil feminino, não remunerado, no qual a menina não teria nem o status de filha, nem o de empregada doméstica, pois não seria remunerada como tal” (SERRA, 2003, p. 232).

Esta informação sobre o trabalho infantil feminino pode ser observada em sua concretude quando analisamos a relação entre circulação e a exploração da força de trabalho das três pesquisadas em suas infâncias. Isso porque Eugênia que, primeiramente, era acolhida pela avó (devido ao sentimento de rejeição) e depois foi viver a partir dos nove anos em diferentes casas, executando o serviço doméstico e de cuidado com outras crianças, mas nem sempre recebendo salário, o que demonstra que não era tida nem como suposta “filha *de criação*”, nem necessariamente empregada/funcionária. Depois Betânia, que saía e voltava para a casa da mãe, tendo morado com bisavó, avós e em determinado momento (quando em torno de oito anos de idade) foi acolhida por um casal de idosos que a agredia e requisitava os seus serviços domésticos em troca de alimentação. E Maria, que foi levada a morar com parentes, prima e tia, sendo tirada do convívio com a mãe a partir dos seis anos, contribuindo com a exploração do seu trabalho desde pequena tanto na casa de ambas, quanto na colheita de coco babaçu e, posteriormente, sendo levada ao trabalho doméstico, onde não tinha controle do seu próprio dinheiro – quem geria o dinheiro era a “irmã *de criação*”, sua prima Maria da Paz – esta, por sua vez, foi a filha que nunca casou, alegando responsabilidade em cuidar da mãe idosa (tia da minha mãe).

Serra (2003) aponta que são diversos os fatores que levam as crianças à circulação, mas afirma que a questão financeira costuma ser motivação mais frequente à maior circulação de meninos que meninas. No entanto, no caso das pesquisadas, observamos que embora sejam múltiplos fatores, todas viviam em situação precária em seus lares, mas em suas narrativas relatam rejeição materna (relatado por duas pesquisadas), racismo familiar (relatado por uma), tentativa de melhoria de vida frente à fome e vulnerabilidade da família; a doação de filhos pela mãe – ainda que família vivesse em vulnerabilidade social –, relatado por uma.

Esta autora ainda revela que a separação dos pais era a principal motivação que levavam crianças/adolescentes entre um e 14 anos à circulação na década de 1990, segundo análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1985. Se observarmos que duas das mães das pesquisadas eram mães solo e a outra era casada com outro homem que não o pai biológico da pesquisada, mas pai de suas irmãs e irmãos, portanto, a ausência desses pais biológicos também pode ter influenciado na experiência das pesquisadas quanto à circulação em suas vidas.

Serra (2003), apoiada em dados do IBGE e das PNADs de 1996 a 1999, afirma que na segunda metade da década de 1990, eram mais de 3 milhões o número de crianças em circulação, sendo que a predominância dessa prática era no Nordeste (em torno de metade dessas crianças) e em seguida, Sudeste, com segundo maior número. E posteriormente afirma, “crianças negras (pretas e pardas) parecem circular mais que as brancas. Essa associação sugere que famílias em condições socioeconômicas mais precárias seriam mais suscetíveis de experimentar o afastamento entre a mãe e seus filhos” (SERRA, 2003, p. 237).

Nesse sentido, compreendendo que duas das pesquisadas eram nordestinas (duas nascidas no estado do Ceará) e uma de São Francisco de Itabapoana (interior do estado do Rio de Janeiro), bem como serem todas negras, fez-me refletir que uma pesquisa sobre circulação de crianças dos anos 1990 possa ter feito um panorama de uma realidade já antiga que afeta mais expressivamente determinada classe social, raça, faixa etária e territórios específicos.

3.4 Mulher negra e afeto dentro da família

Como apontam Rita Freitas e Sabrina D’Affonseca (2023), tantos os sentimentos de aceitação e/ou rejeição, o cuidado e o afeto (ou a falta deles) dentro das famílias faz com que os sujeitos desenvolvam diferentes formas de olharem para si e o mundo que o cerca, podendo haver rebatimentos na autoestima e mesmo na saúde mental.

bell hooks (2021) aborda sobre a disfunção emocional dentro das famílias, relatando sua própria experiência pessoal em que não se sentia amada pelos pais:

Sou grata por ter sido criada em uma família que era cuidadosa, e acredito fortemente que, se meus pais tivessem sido bem amados pelos pais *deles*, eles teriam dado amor aos filhos. Eles deram aquilo que receberam: cuidado. Ressalto que o cuidado é uma dimensão do amor, mas somente cuidar não significa que estamos amando (HOOKS, 2021, p. 50).

A autora explica que em muitas famílias é difundida a ideia de que pode haver amor em contextos familiares violentos/abusivos, refletindo posteriormente nas percepções do amor na idade adulta, influenciando mesmo nos relacionamentos amorosos. No caso das minhas interlocutoras, Betânia e Eugênia, posso observar, que lhes faltaram tanto o afeto, quanto o cuidado¹⁵ materno e paterno. Já Maria tinha o afeto de sua mãe, porém, foi privada disso pela sua família extensa, que vez explorava o seu trabalho desde a infância, ao mesmo tempo em que concedia algum afeto. De fato, as três tiveram que prover o seu próprio cuidado, bem como de outros(as) familiares.

Todavia, embora haja a tendência de traumas serem passados de geração em geração, no que se refere a essa relação de abandono afetivo e de cuidado, pude observar em Betânia e Maria o rompimento desse ciclo. As duas, em contraposição, às suas vivências em contextos de violência, buscaram estabelecer bons vínculos afetivos com suas filhas e filhos.

Por outro lado, na relação entre Eugênia e sua filha única pude observar outro fenômeno. Alice Vieira da Silva (2023), que se apoia na literatura de bell hooks, explicita que uma das

¹⁵ Cuidado aqui diz respeito ao atendimento das necessidades básicas.

consequências das práticas racistas e desigualdades sociais enfrentados pelos povos negros historicamente, foi a dificuldade nos relacionamentos, em expressar o amor, tendo em vista que a prioridade era garantir a sobrevivência.

Para essas primeiras gerações de famílias negras livres, a prática do amor se reduzia a ser capaz e a buscar atender as necessidades materiais dos mais vulneráveis. Enquanto carinho e afeto eram reservados apenas às crianças muito pequenas, famílias que sentiam o peso do trauma geracional da escravidão muitas vezes tinham as necessidades materiais como prioridade (SILVA, 2023, p. 37).

E como aponta Silva (2023, p. 38), “uma das grandes consequências desse abandono emocional é a repressão das emoções”. Nesse sentido, embora Eugênia seja negra e sua filha seja branca, ainda que não quisesse protegê-la do racismo, queria distanciá-la das possibilidades de ter uma vida semelhante à que teve. E frente a separação com o pai desta, que Eugênia define enquanto *um pai muito ausente*, ela também acabou se distanciando da filha, que ficou residindo com os avós paternos, para que Eugênia pudesse trabalhar e atender às necessidades de ambas. Em seu relato, ela ainda afirma que a filha se sente abandonada pelo pai e por ela.

Às vezes eu voltava para casa para morar com ela aqui, achando que ia dar certo o relacionamento, mas ele¹⁶ arrumava outras mulheres, entendeu? E eu não tinha aquela maturidade para passar por cima de coisas para ficar com a minha filha. Eu era muito novinha, 18 anos, 19... Eu também queria viver. Enfim... (...) Só que eu não quis levá-la junto comigo para as instabilidades que eu iria viver, que eu sabia que ia ter que enfrentar. Eu queria trabalhar. Não queria que ela passasse necessidade de nada. Não queria que ela sofresse abuso nem agressão de ninguém fora na casa dos outros, né? O lugar seguro que eu achei para ela ficar foi aqui com os avós, apesar desse não ser o pensamento dela, né? Mas foi o que eu achei melhor naquela época. A história é essa aí. É... E eu não me arrependo. “Ah, que você faria diferente?” Não tinha como eu fazer diferente pra visão da vida que eu queria pra ela, tendo em vista a vida que eu tive, né? Então eu não queria que ela passasse nada que eu passei vivendo na casa de um e de outro.

¹⁶ O “ele” se refere ao pai da filha.

Deste modo, em sua narrativa, ela se questiona sobre as angústias relatadas pela filha, pois acredita ter feito o melhor possível para garantir que ela tivesse melhores condições de vida. Portanto, observo para ela que o amor da família está associado ao prover e não necessariamente nos atos de afeto, o que vejo como consequência da sua infância sem afeto e em condições de precariedade.

3.5 Controle moral do trabalho

Outro ponto importante que surge a partir dos nossos dados o controle moral do trabalho sobre crianças e adolescentes, sobretudo, aqueles em situação de vulnerabilidade social, não só por parte da sociedade, mas também de suas famílias. Como sintetizou Azevedo (2017, p. 76) a respeito de sua pesquisa, “poucas eram as famílias que investiam na educação escolar dos filhos, mesmo dos consanguíneos. No caso dos filhos de criação, o aprendizado era decorrente apenas do serviço, prescindindo a escola”.

Isso, particularmente, faz sentido para mim, porque meus pais sempre relataram trabalhar desde pequenos e, enquanto uma pessoa de cidade rural (São Francisco de Itabapoana - RJ), pude observar que nas famílias da minha vizinhança, crianças eram incentivadas desde muito cedo a trabalhar não só pela necessidade, ainda que seja um dos fatores que mais decisivos para essa situação, mas também devido aos valores incorporados pela família sobre o que representa o trabalho e do que promoveria ao crescimento da criança.

No entanto, se olharmos no âmbito do debate da moralização do trabalho a partir da história brasileira, Cecília Maria Bouças Coimbra e Maria Lívia do Nascimento (2008) explicam que na sociedade capitalista, a partir de conhecimentos de Biologia e Medicina, infância e juventude são percebidas como fases de desenvolvimento inerentes à vida humana, portanto, os sujeitos, a depender de qual fase se encontra, possuem características próprias, no que se refere a

questões hormonais, físicas e várias outras, influenciando o comportamento de crianças e adolescentes, como estão e percebem o mundo.

As autoras acrescentam ainda que, além dessas características típicas e, supostamente, universais, crianças e jovens pobres são associados à criminalidade e violência, sendo as primeiras consideradas em perigo e os últimos, perigosos. E, além disso, ressaltam a ampliação de movimento higienista no Brasil, que tem auge em 1920, que também era eugenista/racista e propunha que as práticas médicas intervissem nas famílias pobres e negras, tutelando famílias e orientando comportamentos, já que estas eram potencialmente inclinadas à violência, imoralidade e vícios, mais suscetíveis a doenças, etc.

Clarice Cassab (2010), nessa mesma linha, explica que até a sociedade colonial, as crianças quando chegavam à puberdade já tinham responsabilidades a assumir, requisitando com que aprendessem a se comportar como adultos. Com isso, a ideia/discurso sobre jovem e juventude no país começam a ser pensadas a partir do século XIX, pois “nesse século se institucionalizaram a infância e a juventude pobres sob o olhar da Justiça e da filantropia” (CASSAB, 2010, p. 41), onde eram pensadas estratégias de intervenção embasadas numa perspectiva de moralização da pobreza. “De inexistente, o jovem passou a existente. Mas qual a sua existência? A juventude era vista como um problema. E a escola, como o local privilegiado para educar e disciplinar esse sujeito” (CASSAB, 2010, p. 40).

A partir daí, observamos o investimento em Educação Preventiva, onde o exército passou a receber e escolarizar jovens pobres a partir do século XIX, onde “a pedagogia do trabalho e a prática da fé cristã foram os instrumentos de controle e ordenamento dos jovens pobres naquele momento, e os arsenais de guerra eram para eles espaços de expurgação” (CASSAB, 2010, p. 42).

Já com a transição para a República e trabalho assalariado, a autora também relata que a partir do fim do século XIX, o Código Penal permitiu penas com jovens e outros sujeitos acusados de vadiagem, em termo da época (como o caso de pessoas em situação de rua,

capoeiras, etc.), onde jovens comumente poderiam ser encaminhados às chamadas colônias correcionais. “A Educação pelo trabalho era, dessa forma, o mecanismo fundamental de combate à ociosidade e ao crime – este, visto como consequência natural daquela” (CASSAB, 2010, p. 43).

Nesse sentido, podemos observar que a moralização expressa nas legislações era interseccional: tinha uma classe alvo, tinha uma faixa etária alvo, tinha uma raça alvo – entendendo que era uma conjuntura de recém-abolição da escravatura, ainda prevalecia no imaginário social, como prevalece até hoje, a estigmatização e criminalização do povo negro. De fato, o trabalho é supervalorizado na sociedade capitalista, que acumula à base de exploração da força de trabalho de grupos socialmente oprimidos.

Moralizar e criminalizar o ócio e/ou disseminar valores inerentes ao trabalho (e mesmo romantizá-lo) para sujeitos que cotidianamente sofrem com a precarização do trabalho e da vida, salários baixos e mesmo o desemprego – também essencial à manutenção dos interesses do capital – tem intuito de moldar o comportamento, valores, estimular à subordinação às classes dominantes e assim garantir à ordem. Isso também responsabiliza os sujeitos para com as suas condições de vida e trabalho, sendo que são condicionadas pelos eixos de subordinação/desigualdade, bem como de Estado que oferece mínimos sociais, mas, por outro lado, de modo máximo tende a culpabilizar, criminalizar e até exterminar esses sujeitos.

Com isso, ainda que em contextos mais recentes, tem-se observado uma maior entrada de grupos subalternizados na universidade, ainda é comum perceber em famílias pobres a internalização de valores morais acerca do trabalho, tão propagados nesse modelo de sociedade, no qual há essa crença que pelo trabalho há um crescimento, torna-se mais digno e evita com que sujeitos se direcionem a “caminhos errados”. Tanto que aos olhos da sociedade normalizou-se crianças vendendo doces nas ruas, pois “pelo menos não estão roubando”.

Na realidade, o que podemos observar é uma culpabilização dos sujeitos pela sua condição de pobreza, além do estigma em associar a criminalidade à pobreza. Observamos,

portanto, que faltam de políticas de distribuição de renda, políticas públicas universais, direitos efetivados e ações combativas a todas as formas de opressão. Até porque, como explicam-nos Gomes e Pereira (2005, p. 360), “a situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego”, e podemos acrescentar também as crianças, adolescentes e jovens, sobretudo, negros(as).

3.6 A agência de mulheres negras

Sherry B. Otner (2007) debate sobre agência, à medida que discorre acerca da teoria da prática, iniciado em fins dos anos de 1970. Ela aponta que “a ideia de agência não foi muito desenvolvida em dois dos três textos-chave do início da teoria da prática: Pierre Bourdieu, *Outline of a Theory of Practice* (1978), e Marshall Sahlins, *Historical Metaphors and Mythical Realities* (1981)” (p. 50).

Otner explica que “houve e continua havendo uma tendência a ver a própria teoria da prática como uma espécie de *revival* disfarçado de teorias que não dão ênfase suficiente às coerções reais e profundamente sedimentadas sob as quais as pessoas vivem” (2007, p. 21). Defende, deste modo, que autores iniciais de teoria prática não desconsideravam as questões de poder, porém abordavam-nas de formas distintas, ao passo que explica que “quando se dá forte ênfase ao poder estrutural, tende-se, ironicamente, a um afastamento da questão das práticas reais” (idem, p. 24).

(...) Contudo, a própria palavra “agência” tem algo que remete ao ator autônomo, individualista, ocidental. De fato, as próprias categorias que historicamente estão por trás da teoria da prática, a oposição entre “estrutura” e “agência”, parecem sugerir um indivíduo heróico – O Agente – enfrentando uma entidade tipo *cyborg* chamada “Estrutura”. Mas nada poderia ser mais distante da maneira como enfoco os agentes sociais, encarando-os como estando sempre envolvidos

na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela. Assim sendo, assume-se que todos os atores sociais “têm” agência, mas a ideia de atores como sempre envolvidos com outros na operação dos jogos sérios visa a tornar praticamente impossível imaginar-se que o agente é livre ou que é um indivíduo que age sem restrições (ORTNET, 2007, p. 46-47).

Ortner (2007) explica que críticos de agência tendem a associá-la a uma conceituação burguesa e individualista e nos atenta a alguns riscos ao utilizar o conceito, pois, apoiando-se em John & Jean Comaroff (1992), acredita que ele pode fomentar etnocentrismos¹⁷, bem como “focalizar demais a agência de indivíduos e/ou de grupos resulta em uma simplificação grosseira e excessiva dos processos envolvidos na história” (p. 48).

Silvana Aparecida Mariano (2021), no que diz respeito a agência, revela a sua contribuição deste conceito para tirar as mulheres da figura de passivas da própria história. Entretanto, é preciso entender que a agência não existe somente quando há grandes mudanças na realidade dessas mulheres, pois os agenciamentos dizem respeito às escolhas e ações desses sujeitos num contexto de condicionamentos a elas impostos na sociedade vigente do âmbito de classe, gênero e raça.

Nesse sentido, a autora resume que diante de possibilidades limitadas, observaremos a existência de uma autonomia relativa porque “mulheres empobrecidas, sexualizadas e racializadas se deparariam mais frequentemente com a deformação das preferências” (MARIANO, 2021, p. 4).

¹⁷ À medida que considera que ações e intenções individuais podem determinar economia, estrutura e sociedade (COMAROFF & COMAROFF, 1992 apud ORTNER, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos no decorrer deste trabalho a relação entre mulheres negras com o trabalho subalterno no Brasil, que expressa uma realidade desigual posta a essas mulheres desde a escravatura. Embora mulheres negras sempre tenham sido consideradas como força de trabalho, tendo sua mão de obra explorada mesmo quando mulheres brancas abastadas eram demandadas a estarem em casa, podemos analisar que quando se abre o mercado de trabalho às mulheres de modo geral, observamos que novamente as mulheres negras são sofrem efeitos da opressão de classe, machismo e racismo de modo imbricado, sendo direcionadas aos postos de trabalho mais precarizados, desvalorizados e mal remunerados. O trabalho doméstico remunerado, por sua vez, tal qual nas casas grandes, continuou sendo desempenhado majoritariamente por mulheres negras.

As narrativas das três interlocutoras permitiu com que observássemos os efeitos dos eixos de desigualdade na vida de mulheres negras desde suas infâncias. Se, por um lado, as oportunidades concedidas a essas mulheres para ascenderem socialmente já são escassas, de outro, pudemos perceber que suas famílias também podem contribuir para essas mulheres entrem muito cedo em contextos de trabalho subalterno. Evidente que as condições objetivas tendem a limitar consideravelmente as decisões tomadas pelos responsáveis familiares em como garantir o sustento familiar, porém, frente à desproteção das meninas negras dentro dos seus próprios lares e a perceptível hierarquização¹⁸ de membros familiares, podemos observar que a família também pode ser ambiente em que são reproduzidas violências e eixos de desigualdade.

A rejeição e desproteção familiar faz com que mulheres negras carreguem consigo dores, traumas e solidão, refletindo na autoestima e no modo que percebem si mesmas. Isso pode

¹⁸ Raça foi um fator que pesou muito nas desvantagens das interlocutoras dentro dos seus lares, tanto nas duas famílias interraciais, quanto na família negra. Contudo, considero também outros fatores conjugados a raça que faziam as famílias terem maior desapego (ou mesmo desprezo) por mulheres negras em suas infâncias – ao menos no caso das minhas interlocutoras –, são eles: ser filha de criação, ser filha mais velha e/ou ser filha de outro relacionamento.

contribuir com que mulheres negras assimilem um papel de subordinação (tal qual aquele das demandados em sua socialização na família), dificultando com que perceba e se rebelle com os papéis sociais a elas impostos e as injustiças que enfrenta em seu cotidiano, ou mesmo, que se conforme que essa é a sua realidade – reproduzindo essa ideia com outras pessoas em situação semelhante.

Todavia, é preciso abordar que nem todas as mulheres serão afetadas da mesma forma por essas experiências em suas vidas, tal como pudemos observar a partir das histórias de vida das interlocutoras ao longo do trabalho. As três hoje vivem em condições bem diferentes de suas infâncias. Betânia e Maria, por exemplo, têm casas próprias para residirem. Já Eugênia, ainda que more em uma casa cedida, conseguiu passar em concursos públicos e acessar a universidade, que permitiu deixar o trabalho doméstico e conquistar determinada estabilidade financeira. Betânia é a única que permanece na atualidade no trabalho doméstico (e, em tempos eleitorais, trabalha distribuindo panfletos), vivenciando ainda algumas dificuldades por não ser uma profissional assegurada pela Previdência Social.

Assim, ainda que algumas mulheres negras lidem com traumas e/ou frustrações com o seu passado familiar, de exploração do trabalho e violências interseccionais vividas, podem buscar transformar suas dores em combustível para tentativas de mudanças em suas vidas e rompimentos de ciclos. Evitando, com isso, reproduzir determinados padrões ao constituir a sua própria família (companheiros(as), filhos(as), netos(as), etc.), reforçando lados de solidariedade e afeto, pensando em estratégias para modificação de sua realidade social a partir da construção de autonomia e agenciamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia na infância: traçando algumas linhas. **Contemporânea**, [s. l], v. 8, n. 2, p. 371-383, dez. 2018.
- AZEVEDO, Priscila Gomes de. **Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2017. 372 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- BARBOSA, Claudia de Faria; PIRES, Edmeire Oliveira; GREGÓRIO, Maria de Fátima Araújo di. Mães Solo: disputas e embates da monoparentalidade feminina na contemporaneidade. **Odeere**, Jequié, v. 8, n. 2, p. 19-40, ago. 2023.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, [s. l], v. 30, n. 1, p. 147-163, jan. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 693-732.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 49, n. 17, p. 117-132, set. 2003.
- CASSAB, Clarice. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**, Erechim, v. 34, p. 39-51, dez. 2010.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [s. l], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. 341 p. Tradução: Rane Souza.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Cor, classe, gênero: aprendizado sexual e relações de domínio. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 521-542, 2014.

DAMASCENO, C. “Cor” e “boa aparência” no mundo do trabalho doméstico: Problemas de pesquisa da curta à longa duração. **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

DAMASCENO, C. **Segredos da boa aparência**. Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1940). 1^a Ed. Rio de Janeiro: Edur, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em são paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-599, 2003.

EMIDIO, Thassia Souza; HASHIMOTO, Francisco. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 5, n. 2, p. 27-36, dez. 2008.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de estado. 2017. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de PósGraduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FREITAS, Renita de Cássia dos Santos; D'AFFONSECA, Sabrina Mazo. O Racismo Enraizado nas Famílias Inter-Raciais de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l], v. 43, p. 1-12, 2023.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GONÇALVES NETO, João da Cruz; SILVA, Keilla Ingrid. A formação da propriedade fundiária no Brasil: a lei de terras de 1850. **Revista Themis**, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 173-195, dez. 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s. l], p. 223-244, 1984.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 117-132, jun. 2008.

LIMA, Taiane Alves de. "**Mãe solo é mãe sozinha**": tecendo vivências de mães negras em Fortaleza – Cee região metropolitana. 2021. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2021.

LOPES, Vilma de Souza. Porque um feminismo negro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 90-104, jan.-jun. 2020.

MARIANO, Silvana Aparecida. Agência e autonomia feminina: aportes para estudos sociológicos em contextos de pobreza urbana. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1-12, 2021.

MURILLO, Aline Lopes. “**Cultures of relatedness**. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/obra/cultures-relatedness>> Acesso em 01 de setembro de 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 283 p.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos; SANTOS, Nayara Cristina Santana. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade de mulheres negras. **Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 2, n. 7, p. 9-20, out. 2018.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth.; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de Subjetivação de Mulheres Negras: Efeitos da Discriminação Racial. **Psicologia & Sociedade**, [s. l], p. 266-274, 2009.

ORTNER, Sherry B.. Conferências de Sherry B. Ortner. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (org.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 17-80.

PINHEIRO, Luana et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua (Texto para Discussão). Brasília: Ipea, 2019.

PORFÍRIO, Tamis. **A cor das empregadas:** a invisibilidade racial no debate do trabalho doméstico remunerado. 1^a ed. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Clacso**, Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias interraciais:** tensões entre cor e amor. Salvador: EDUFBA, 2018.

SERRA, Márcia Milena Pivatto. Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 229-239, jul.-dez. 2003.

SILVA, Alice Vieira da. **O amor como verbo** a prática amorosa como ferramenta de transformação a partir de bell hooks. 2023. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Filosofia, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SILVA, Aline Pacheco; BARROS, Carolyne Reis; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. **Mosaico: estudos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Layla Gomes da. **As múltiplas opressões que incidem sobre as mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea**. 2019. 104 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Instituto de Humanidades e Saúde, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2019.

VIEIRA, Bianca. **Mulheres negras no Brasil:** trabalho, família e lugares sociais. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.